

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAULO ROBERTO TADEU MENECELLI FILHO

DIPLOMACIA CULTURAL CHINESA:
INSTRUMENTOS DA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA
NO SÉCULO XXI

BRASÍLIA

2018

PAULO ROBERTO TADEU MENECELLI FILHO

DIPLOMACIA CULTURAL CHINESA:
instrumentos da estratégia de inserção internacional da China no século XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Profa. Dra. Danielly Silva Ramos Becard

BRASÍLIA

2018

PAULO ROBERTO TADEU MENECELLI FILHO

DIPLOMACIA CULTURAL CHINESA:
instrumentos da estratégia de inserção internacional da China no século XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional e Comparada

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Danielly Silva Ramos Becard

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Danielly Silva Ramos Becard (Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Leite Lessa (UERJ)

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa (UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur (UnB – Suplente)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, já de início, à Prof.^a Dr.^a. Danielly Silva Ramos Becard, que, além da imprescindível orientação, me inspirou, com sua dedicação, a prosseguir com afinco pelos rumos acadêmicos.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja bolsa de estudo auxiliou na elaboração desta pesquisa e cuja altíssima importância para produção científica nacional jamais deveria ser esquecida pelos que governam o país.

Ademais, agradeço ao Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa e à Prof.^a. Dr.^a. Mônica Leite Lessa, pelas leituras atentas e pelas contribuições no exame de qualificação, que ajudaram no direcionamento e no avanço desta pesquisa.

Agradeço, além disso, ao diplomata Germano Corrêa, cujo apoio e incentivo nas fases ainda bastante iniciais deste projeto foram imprescindíveis para que ele deixasse de ser só um projeto.

Gostaria de agradecer a cada um dos inúmeros colegas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília que, ao longo desses quase dois anos, dividiram comigo as alegrias e as angústias da vida acadêmica.

Além disso, gostaria de agradecer muitíssimo aos diversos amigos que me auxiliaram ao longo de todo esse percurso, que começou bem antes da UnB. Como não conseguiria nomeá-los todos, agradeço a cada um deles em nome de Guilherme Rosa Varella, que esteve presente desde a escolha do tema – cultural – de meu primeiro trabalho de conclusão de curso, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; e de Mariana Mazzini Marcondes, que, além de ter dividido comigo os bancos da mesma Faculdade, segue me ajudando e me inspirando até hoje, desde amparos emocionais, até correções metodológicas de última hora.

Gostaria também de agradecer aos meus pais, Paulo e Marta, que desde sempre me apoiam e me incentivam a seguir adiante, com determinação e sorriso no rosto.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente à Leila de Souza Teixeira, que, há dez anos, me ensina a ver as belezas visíveis e invisíveis do mundo. Sua companhia tornou esse caminho não só possível, mas muito mais divertido.

In the present era, culture has become a more and more important source of national cohesion and creativity and a factor of growing significance in the competition in overall national strength.

(Hu Jintao, na cerimônia de abertura do XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em outubro de 2007)

We will improve our capacity for engaging in international communication so as to tell China's stories well, present a true, multi-dimensional, and panoramic view of China, and enhance our country's cultural soft power.

(Xi Jinping, na cerimônia de abertura do XIX Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em outubro de 2017)

(...) a cultura pode desempenhar um papel importante na superação de barreiras convencionais que separem povos; na promoção ou estímulos de mecanismos de compreensão mútua; na geração de familiaridade ou redução de áreas de desconfiança. Nem sempre isso ocorrerá, é verdade. Mas é suficiente que ocorra com certa frequência para que estejam plenamente justificados os esforços e recursos canalizados nessa direção.

(RIBEIRO, 2011, p. 24)

RESUMO

A presente dissertação propõe-se à análise do uso, da percepção internacional e dos possíveis resultados das ações promovidas por meio dos instrumentos de diplomacia cultural chinesa, em especial, da mídia, do cinema e dos Institutos Confúcio (IC), durante o período de 2003 a 2018, momento de crescente reconhecimento pelo governo chinês da necessidade da melhora da imagem da China no mundo. A busca pela compreensão de como a China utiliza tais instrumentos e de como eles são percebidos por outras nações baseia-se nos estudos e referenciais teóricos de Valerie M. Hudson e Kenneth E. Wilkening, acerca da utilização da cultura como força dinâmica e elemento da competição política de poder, bem como nos de Joseph Nye sobre a cultura como fonte de poder brando. A presente dissertação sustenta-se, igualmente, nas investigações sobre as potencialidades da diplomacia cultural de desarmar tensões e de superar barreiras entre Estados e povos, e nos exames a respeito das peculiaridades do chamado *soft power* cultural chinês. Além da pesquisa qualitativa, de fonte secundária sem prescindir de documentos primários, foi também utilizada pesquisa quantitativa, com o objetivo de analisar, por meio de dados estatísticos, como o *soft power* da China vem sendo recebido. Ademais, realizou-se um estudo de caso sobre os Institutos Confúcio nos Estados Unidos, com o objetivo de alcançar descrições e explicações detalhadas de um caso específico, visando a compreender uma quantidade maior de casos similares. Esta dissertação permitiu compreender que, ainda que sob críticas, tendo sido variáveis as percepções dos outros países, o governo chinês utilizou de forma crescente a diplomacia cultural, transformando-a em um de seus principais instrumentos de estratégia de inserção internacional no século XXI.

Palavras-chave: China; diplomacia cultural; *soft power* cultural; *soft power*; Institutos Confúcio.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the usage, international perception and possible results of the actions of the Chinese cultural diplomacy tools, especially the media, the cinema and the Confucius Institutes (CIs), between 2003 and 2018, period of growing acknowledgment by the Chinese government of the need to improve China's image worldwide. The search for understanding how China uses such tools and how they are perceived by other nations is based on studies from Valerie M. Hudson and Kenneth E. Wilkenning, regarding the employment of culture as a dynamic force and an element of political competition of power; as well as on researches from Joseph Nye on culture as a source of soft power. It is also built on the investigations about cultural diplomacy's potential of disarming tensions and overcoming barriers between States and peoples, and on inquiries concerning the peculiarities of the so-called Chinese cultural soft power. In addition to qualitative research, using secondary sources, without neglecting available primary sources, it was also conducted quantitative research, in order to explore, through statistic data, the reception of the Chinese soft power. Furthermore, it was conducted a case study on the experience of the CIs in the United States, aiming to reach detailed descriptions and explanations of a specific case, to understand a wider amount of similar cases. The present dissertation allows the comprehension that, although under criticism and with a variable reception from other countries, the Chinese government will continue to use cultural diplomacy as one of the main tools of China's international insertion strategy in the 21st century.

Keywords: China; Cultural Diplomacy; cultural soft power; soft power; Confucius Institutes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Categorias de Poder.....	36
Figura 2: Total de Investimento nos IC, em milhões de dólares.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: 10 principais países em número de Institutos Confúcio (abril/2018).....	86
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – DIPLOMACIA CULTURAL: VISÕES CHINESAS	27
1.1. Cultura sob perspectiva chinesa	27
1.2. Soft Power com características chinesas	32
1.3. Um modelo de diplomacia cultural chinesa?	38
CAPÍTULO 2 – DIPLOMACIA CULTURAL CHINESA: INSTRUMENTOS DA ESTRATÉGIA GLOBAL	46
2.1. Mídia Chinesa: novas perspectivas de informação ou maior alcance da versão oficial?	46
2.2. Cinema e Chinawood: dos filmes feitos para a China aos filmes feitos pela China	55
2.3. Institutos Confúcio: a plataforma de promoção do idioma e da cultura chineses que inquieta o mundo ocidental	60
2.3.1. Caracterizando os Institutos Confúcio	60
2.3.2. A polêmica em torno dos Institutos Confúcio	64
2.3.3. Indo além: potencialidades e resultados dos Institutos Confúcio	68
CAPÍTULO 3 – INSTITUTOS CONFÚCIO NOS ESTADOS UNIDOS: DEBATES, PERCEPÇÕES E RESULTADOS	84
3.1. Institutos Confúcio nos EUA: estrutura e configuração	84
3.2. IC como ameaça: da liberdade acadêmica à segurança nacional	89
3.3. Mesmos fatos, outras perspectivas: IC como possibilidade	98
CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

Em 2007, o então presidente da China Hu Jintao destacou, perante o XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, que, “na era atual, a cultura tem-se tornado uma fonte cada vez mais importante de coesão social e de criatividade, bem como um fator de crescente importância no fortalecimento do poder nacional abrangente” (HU, 2007, tradução nossa¹). E acrescentou: “devemos (...) fortalecer a cultura como parte do *soft power* de nosso país, para melhor garantir os direitos culturais básicos e o interesse do povo” (tradução nossa²).

Nesse contexto, a China não poupou esforços – nem recursos – para fortalecer sua diplomacia cultural. Entre as ações mais evidentes desse processo pode-se destacar as seguintes:

- 1) a internacionalização da mídia chinesa, com destaque para as “Big Four” (SHAMBAUGH, 2013) – a *Xinhua News Agency*, que já tem mais de 180 escritórios internacionais, transmitindo 24 horas por dia em 8 idiomas: chinês, inglês, francês, russo, espanhol, árabe, japonês e português (HARTIG, 2015b); a *China Central Television (CCTV)*, que mudou de nome para *China Global Television Network (CGTN)* em dezembro de 2016 e transmite em seis canais, dois em inglês e os outros em árabe, francês e espanhol³; a *China Radio International (CRI)*, que transmite em 65 idiomas, sendo a segunda maior rádio do mundo, atrás apenas da *BBC Radio* (YANG, 2018; HUANG, 2018); e os jornais *China Daily*, que, além de publicar em território chinês, atua em Hong Kong, nos EUA, no Canadá, bem como em países da Europa, Ásia, África e América Latina⁴, e *Global Times*, que inclui entre seu público-alvo embaixadores, líderes de negócios, políticos e intelectuais, tanto chineses quanto estrangeiros⁵;
- 2) o fortalecimento do cinema chinês – a China já é o país com maior número de salas de cinema do mundo (PWC, 2017) e, segundo Kokas (2017), com o

¹ No original: “In the present era, culture has become a more and more important source of national cohesion and creativity and a factor of growing significance in the competition in overall national strength”.

² No original: “We must (...) enhance culture as part of the soft power of our country to better guarantee the people's basic cultural rights and interests”.

³ CCTV to launch CGTN. **CGTN America**, 30 dez. 2016. Disponível em: <<https://america.cgtn.com/2016/12/30/cctv-to-launch-cgtn>>. Acesso: 20 abr. 2018.

⁴ About China Daily Group. **China Daily**. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/static_e/aboutus.html>. Acesso: 02 abr. 2018.

⁵ About the Global Times. **Global Times**. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/about-us/>>. Acesso: 21 abr. 2018.

crescimento e o potencial do mercado cinematográfico chinês, “mais do que somente feitos na China, as novas produções serão cada vez mais feitas para a China” (tradução nossa⁶);

- 3) e, finalmente, a expansão dos Institutos Confúcio (IC) – que, até outubro de 2017, já contava com 516 IC e 1.076 Salas de Aula Confúcio em 142 países/regiões do mundo⁷;

O discurso de Hu Jintao de 2007 mencionado anteriormente não foi o resultado de um momento isolado de valorização do *soft power* e da diplomacia cultural da China. Escrevendo em 2006, Robert Ross e Alastair Ian Johnston já destacavam que a liderança chinesa estava cada vez mais consciente de que a reputação da China em outros países poderia ser um fator importante nas avaliações acerca das intenções chinesas e nas correspondentes respostas ao aumento das capacidades da China (ROSS; JOHNSTON, 2006). Outros acadêmicos também apontaram que a preocupação com a imagem internacional⁸ era uma das forças motrizes da política externa chinesa (DING, 2008; RABINOVITCH, 2008; LI, 2009; BARR, 2011; WANG, 2011; SUN, 2015; HARTIG, 2016). Nesse sentido, Natalia Francesca Riva (2015, p. iii) afirmou que a teoria do *soft power* foi concretamente incluída na estratégia nacional da China durante toda a era de Hu Jintao (2003-2013) e, mais assertivamente, na atual era de Xi Jinping (2013 aos dias atuais). Tal inclusão estratégica, inclusive, gerou a incorporação, ao jargão político chinês, da expressão “*ruan shili*” (*soft power*), bem como do inovador conceito de “*soft power cultural*” (*wenhua ruan shili*).

Dessa forma, a partir do contexto ora apresentado, o tema da presente dissertação é a relação entre a diplomacia cultural chinesa (e o *soft power* cultural, conceito que será melhor abordado no **Capítulo 1**) e a estratégia de inserção internacional da China no século XXI. O tema enquadra-se, dentro do grande campo das Relações Internacionais, na área de Análise de

⁶ No original: “if the market continues to grow, rather than simply being made in China, new productions will increasingly be made for China”.

⁷ Somente a título de comparação: entre organizações culturais semelhantes, só a Aliança Francesa tem mais de 1.000 classes ou instituições, e apenas a Aliança Francesa e o *British Council* estão presentes em mais de 100 países; entretanto, enquanto os Institutos Confúcio surgiram em 2004, a Aliança Francesa foi criada há mais de 120 anos, e o *British Council*, há mais de 80 anos (ZAHARNA; HUBBERT; FALK, 2014). Fonte dos dados sobre os Institutos Confúcio: Five years of sheer endeavour: what data says about Confucius Institute (2012-2017). **Hanban News**. Disponível em: <http://english.hanban.org/article/2017-10/26/content_703508.htm>. Acesso: 25 abr. 2018.

⁸ Muitos estudos sobre diplomacia cultural e *soft power* trabalham com o conceito de identidade nacional no lugar do conceito de imagem (REEVES, 2004; RIBEIRO, 2011; HAYDEN, 2012). Isso porque a identidade seria criada pelos países, sendo a imagem internacional somente a projeção externa dessa identidade, em um processo que tem relação com *nation-branding* e outros conceitos (MELISSEN, 2006). Não obstante a relevância dessa distinção e desse debate, isso não será objeto de análise da presente dissertação, vez que a bibliografia utilizada nesta pesquisa emprega predominantemente o termo imagem, motivo pelo qual será este o termo usado.

Política Externa (APE), para a qual o fator mais relevante é a cultura como uma força dinâmica e um elemento da competição política de poder (HUDSON, 2014). Nesse sentido, interessa menos a cultura em si, e mais a compreensão sobre quem propôs qual ideia e como as ideias foram empregadas (WILKENING, 1999). A utilização da cultura como elemento político tem relação direta com a pergunta de pesquisa da presente dissertação, qual seja: de que forma o governo chinês utiliza a diplomacia cultural como um dos principais instrumentos de estratégia de inserção internacional da China no século XXI?

Para se chegar à resposta para essa pergunta, pretende-se, ao longo da pesquisa, responder também às seguintes perguntas secundárias: como o caráter autoritário do regime chinês interferiu na seleção e na representação de elementos culturais presentes na diplomacia chinesa? Qual o lugar do “socialismo com características chinesas” no exercício da diplomacia cultural da China? Como a diplomacia cultural chinesa relacionou-se com questões referentes à segurança e à soberania culturais domésticas? Como se estabeleceu, na China, a tênue distinção entre diplomacia cultural e propaganda? Como atores internacionais reagiram ao exercício da diplomacia chinesa?

A hipótese da pesquisa é a de que há um reconhecimento, por parte do governo chinês, de que, para fortalecer a estratégia de inserção internacional do país no século XXI, é necessário melhorar a imagem da China diante do mundo e, com isso, a percepção que outras nações e outros povos têm da China. Nesse sentido, a diplomacia cultural colabora com a inserção internacional chinesa pois permite um maior conhecimento acerca da China no exterior, ajudando a desarmar tensões e a criar um ambiente mais favorável à inserção internacional chinesa. Assim, a diplomacia cultural pode conciliar a busca de interesses nacionais com a possibilidade de construção de relações de colaboração com outros Estados e povos, por meio da superação de barreiras e desconfianças e da criação de pontes entre culturas diferentes.

Para testar a hipótese de pesquisa de que a diplomacia cultural colabora com o maior conhecimento da China no exterior, melhorando o modo como o país é visto e, com isso, ajudando em sua inserção internacional, serão analisadas, inicialmente, as perspectivas chinesas acerca da diplomacia cultural, de modo a compreender como a China entende essa importante dimensão das Relações Internacionais. Em seguida, serão estudadas as características da diplomacia cultural chinesa, desde seus fundamentos até as ações que coloca em prática, visando a entender seus efeitos e seus potenciais resultados, bem como a percepção do ambiente no qual são recebidas essas iniciativas. Por fim, de modo a aprofundar ainda mais essa investigação, será feito um estudo de caso sobre os Institutos Confúcio nos Estados Unidos, de modo a analisar a implementação dessa política, as reações no país norte-americano e os

possíveis efeitos e resultados dessas ações. A escolha dos EUA para o estudo de caso deve-se ao fato de que o país norte-americano, como se verá, recebe mais IC do que qualquer outro país do mundo⁹. Além disso, também foi nos EUA que ocorreu o maior número de fechamento de IC¹⁰, o que provocou um amplo debate tanto na academia quanto na mídia e na política do país. Pretende-se, dessa forma, ter uma perspectiva ampla e, ao mesmo tempo, profunda, sobre a diplomacia cultural chinesa.

Com relação às fontes e aos métodos de análise, além da pesquisa qualitativa, de fonte secundária sem prescindir de documentos primários, foi também utilizada pesquisa quantitativa, com o objetivo de analisar, por meio de dados estatísticos, como o *soft power* da China vem sendo recebido. Ademais, realizou-se um estudo de caso sobre os Institutos Confúcio nos Estados Unidos, com o objetivo de alcançar descrições e explicações detalhadas de um caso específico (JOHNSON; REYNOLDS; MYCOFF, 2016), visando a compreender uma quantidade maior de casos similares (GERRING, 2004). Quanto ao recorte temporal, a escolha pelo período de 2003 a 2018 se dá por dois motivos principais. Primeiramente, como já apontado, foi nos períodos de Hu Jintao (2003-2013) e de Xi Jinping (2013-) que a teoria do *soft power* foi concretamente incluída na estratégia nacional da China, inclusive com a incorporação das expressões *soft power* e *cultural soft power* no jargão político chinês (RIVA, 2015, p. iii). Em segundo lugar, por meio da revisão da literatura, ficou evidente que tanto a estratégia de inserção internacional da China quanto a diplomacia cultural chinesa sofrem inflexões relevantes nesse período. A literatura especializada identificou uma grande estratégia global da China iniciada sob Hu Jintao (2003-2013), que recebeu o nome de “ascensão pacífica” (OLIVEIRA; LESSA, 2014), ou “desenvolvimento pacífico”, quando a política externa chinesa, refinada pela experiência, reforçou, entre outras, sua dimensão cultural (BECARD, 2013). Portanto, o recorte temporal mostra-se adequado para compreender as relações entre a estratégia de inserção internacional da China e sua diplomacia cultural.

O presente trabalho justifica-se tendo em vista que há, na comunidade acadêmica, um crescente interesse por estudos sobre as interações entre cultura e Relações Internacionais, seja em uma perspectiva teórica, seja em uma análise prática das ações de *soft power*, diplomacia pública e diplomacia cultural. Ademais, ainda há espaço para o aumento do volume de pesquisas acadêmicas nessas áreas na academia brasileira. Segundo Antônio Carlos Lessa

⁹ Em abril de 2018, somente os EUA tinham 110 IC e 501 Salas de Aula Confúcio, de um total de 516 IC e 1.076 Salas de Aula Confúcio em 142 países/regiões do mundo. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10971.htm>. Acesso: 28 abr. 2018

¹⁰ Como se verá na seção 2.3.2. desta dissertação, ocorreram nove fechamentos de IC no mundo, sendo quatro deles nos EUA.

(2012), o campo de estudo da dimensão cultural das Relações Internacionais, apesar de antigo e bem provido no exterior, foi pouco desenvolvido no Brasil, cenário que começa a mudar, acompanhando o perfil que o Brasil assume na política internacional contemporânea. Também vêm aumentando em número as investigações sobre a diplomacia cultural chinesa, principalmente em decorrência da recente valorização da cultura por parte do governo chinês no momento de maior inserção internacional da China. Contudo, essa crescente produção acadêmica, tanto sobre a dimensão cultural nas Relações Internacionais, quanto sobre a diplomacia cultural chinesa, não é de toda refletida na academia brasileira. Uma busca por “diplomacia cultural” na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹¹ encontra 11 (onze) resultados, sendo somente 7 (sete) deles relacionados de fato à diplomacia cultural. Quando se acrescenta a China, a carência de pesquisas acadêmicas no Brasil é ainda mais evidente. Uma busca por “diplomacia cultural” e “China” na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontra somente um resultado, não diretamente relacionado à diplomacia cultural chinesa¹². Uma busca por “Instituto Confúcio” não encontra nenhum resultado¹³. Esses dados indicam que há possibilidades de ampliar os estudos sobre a diplomacia cultural no geral e, acima de tudo, sobre a diplomacia cultural chinesa no particular.

Apesar de ainda não ser objeto de pesquisas específicas, algumas ações da diplomacia cultural chinesa aparecem em trabalhos como parte de estudos mais amplos. Por exemplo, em dissertação sobre a diplomacia cultural brasileira no período de 2003 a 2010, Bruno do Vale Novais (2013, p. 56), ao fazer um histórico sobre a diplomacia cultural de alguns países, mencionou que a “China também pretende recorrer à diplomacia cultural como meio relevante à reconfiguração de sua imagem”, principalmente por meio dos Institutos Confúcio. Julio Lucchesi Moraes (2013), por sua vez, em artigo sobre a Economia da Cultura chinesa, analisou também a expansão dos Institutos Confúcio, principalmente com relação à recente decisão governamental de dar ênfase à cultura como parte do *soft power*, mencionando algumas reações no ocidente ante a esse crescimento da presença internacional chinesa. O embaixador Acir Pimenta Madeira Filho (2016), em tese sobre os Institutos de Cultura como instrumento de diplomacia, elaborada para o Curso de Altos Estados do Itamaraty, também fez um histórico

¹¹ Todas as pesquisas mencionadas foram realizadas em 14 ago. 2017, por meio do mecanismo de “pesquisa simples” no site <bdtd.ibict.br>.

¹² O estudo listado trata do direito autoral na era da sociedade da informação, fazendo uma análise comparada de convenções internacionais. Pesquisa realizada em 05 set. 2017, por meio do mecanismo de “pesquisa simples” no site <bdtd.ibict.br>.

¹³ Pesquisa realizada em 05 set. 2017, por meio do mecanismo de “pesquisa simples” no site <bdtd.ibict.br>.

sobre como alguns países, entre eles a China, utilizam a diplomacia cultural. O embaixador mencionou a decisão do governo chinês de usar o grande estoque de poder brando do país com “o propósito de dissipar essas desconfianças dos parceiros internacionais – e de conquistar prosélitos no exterior”, visando a “se afirmar como nação confiável e afinada com os princípios da convivência pacífica” (MADEIRA FILHO, 2016, p. 88). O autor fez uma análise sobre a estrutura de governo responsável pela diplomacia cultural chinesa, com destaque para os Institutos Confúcio, mencionando também as reações de outros países por conta de desconfianças de que os IC “representassem uma estratégia de difusão ideológica de Pequim” (pp. 89-90). Esse crescente interesse sobre os Institutos Confúcio corrobora também a ideia de que é preciso avançar nos estudos sobre a diplomacia cultural chinesa.

Outro aspecto que denota a relevância da presente pesquisa é que há um número crescente de trabalhos nas academias brasileira e internacional sobre os aspectos econômicos da inserção internacional chinesa, mas poucos trabalhos exclusivamente dedicados à compreensão de elementos político-culturais desta mesma inserção. Dessa forma, pretende-se, com esta pesquisa, colaborar para superar essa lacuna nas literaturas brasileira e internacional. Além disso, uma melhor compreensão sobre essa importante dimensão da inserção internacional chinesa no século XXI pode ser bastante informativa para o corpo diplomático brasileiro, dada a posição da China como um dos maiores parceiros internacionais do Brasil.

Por fim, a presente dissertação pretende demonstrar que a cultura pode desempenhar uma função importantíssima na promoção de aproximação e de harmonia entre Estados e povos. Ou, nas palavras do embaixador Edgard Telles Ribeiro (2011, p. 24), a valorização do fator cultural se deve a uma percepção muito grande de que a cultura “pode desempenhar um papel importante na superação de barreiras convencionais que separem povos; na promoção ou estímulos de mecanismos de compreensão mútua; na geração de familiaridade ou redução de áreas de desconfiança”. O embaixador ainda fez a ressalva de que isso nem sempre ocorrerá: “mas é suficiente que ocorra com certa frequência para que estejam plenamente justificados os esforços e recursos canalizados nessa direção”. Entre esses esforços, inclui-se a expansão da pesquisa acadêmica.

No presente trabalho, serão utilizados, em particular, os conceitos de cultura, *soft power* e diplomacia cultural. São ideias que, como não é raro nas Relações Internacionais, possuem definições amplas, variadas e, por vezes, até mesmo contraditórias. Para evitar as armadilhas dessa polissemia, serão aqui estabelecidos alguns parâmetros conceituais introdutórios. Importante destacar que, neste momento, serão elencadas referências gerais, conforme consolidado da literatura especializada, mas isso nem sempre contempla as perspectivas

chinesas. Essa problemática será enfrentada no **Capítulo 1**, onde serão analisadas as visões chinesas da diplomacia cultural.

Uma das maiores dificuldades daqueles que se dedicam ao estudo da cultura é exatamente a sua definição. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “a definição de cultura é há muito tempo controversa, tendo o termo já sido usado de diversos modos” (tradução nossa¹⁴). De fato, Terry Eagleton (2003, p. 12) afirma que “existe algo estranhamente necessário acerca da superabundância gratuita que denominamos cultura”. Por conta exatamente dessa amplitude do conceito, com frequência ocorre o que Clifford Geertz (2003) considera uma teorização *pot-au-feu* – quando se joga tudo dentro do caldo conceitual que é o todo complexo da existência humana. Nesse sentido, torna-se ainda mais importante ter clareza nas concepções, para evitar o risco de se afundar no oceano profundo (HÄBERLE, 2000) da cultura e seus significados.

Segundo a UNESCO, uma definição comumente utilizada é a de Edward Burnett Tylor (1871), que afirma que “[cultura] é o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes, e qualquer outra capacidade e habilidade adquirida por [um humano] como membro de uma sociedade” (tradução nossa¹⁵). De acordo com Jörn Rüsen (2007), há um conceito amplo de cultura, que engloba tudo aquilo que, no homem e em seu mundo, não pertence à natureza. Mas há também um conceito em sentido estrito – e, segundo o historiador e filósofo alemão, “mais adequado aos objetivos das ciências humanas” –, no qual “cultura quer dizer especificamente os conteúdos interpretativos da subjetividade” (RÜSEN, 2007, p. xiii).

Renato Ortiz (2008) também aponta essa perspectiva subjetiva e simbólica da cultura. Segundo o professor, “a esfera da cultura é um domínio dos símbolos”, que têm “a capacidade de apreender e relacionar as coisas”; “neste sentido, o homem é um animal simbólico, e a linguagem, uma das ferramentas imprescindíveis que define sua humanidade” (ORTIZ, 2008, p. 122). E conclui: “não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade são interdependentes” (ORTIZ, 2008, p. 122).

Estevão Martins (2007), em sua obra *Cultura e poder*, também adota uma noção ampla de cultura, diretamente vinculada à ação racional do homem. Para o professor, a cultura não fica “restrita ao produto, por assim dizer, estático dos resultados ou dos objetos”, sendo “tomada

¹⁴ No original: “The definition of culture has long been a controversy and the term is used in a variety of ways”. Cultural Diversity. UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/cultural-diversity/>>. Acesso: 21 jul. 2017.

¹⁵ No original: “One commonly used definition is: ‘[Culture] is that complex whole which includes knowledge, beliefs, arts, morals, laws, customs, and any other capabilities and habits acquired by [a human] as a member of society’”. Cultural Diversity. UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/cultural-diversity/>>. Acesso: 21 jul. 2017.

como fator dinâmico de ação, formação e transformação”. Dessa forma, “a cultura que enquadra e altera as relações sociais ingressa forçosamente na equação do poder como fator decisivo”. (MARTINS, 2007, p. 2).

Nesta pesquisa, será adotada uma perspectiva ampla de cultura, que de certa forma considera elementos de boa parte das definições mencionadas acima. Nesse sentido, será tomada como referência a definição trazida pela UNESCO, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001, que afirma que:

(...) a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2001).

As indagações acerca do peso da cultura nas Relações Internacionais são antigas, nunca levaram a consenso e vêm ganhando cada vez mais força (CERVO, 2007). Segundo Monica Herz (1997), no final dos anos 1990, os estudos sobre a dimensão cultural das Relações Internacionais eram um dos temas que, ao lado dos debates em torno do papel das instituições internacionais e da legitimidade das teorias de caráter normativo, dominavam o estudo do sistema político internacional. Também no Brasil surgiram, na década de 1990, diversos trabalhos que integraram a dimensão cultural como campo de estudo das análises de Política Externa brasileira, entre eles, por exemplo, as obras de Gerson Moura, Monica Herz e José Flávio Sombra Saraiva (LESSA; SUPPO, 2007).

Em artigo intitulado *Contribuciones teóricas y metodológicas al estudio de la dimensión cultural en las relaciones internacionales*, Hugo Rogelio Suppo e Mônica Leite Lessa (2004) apresentaram um interessante histórico sobre como as diferentes teorias e escolas das Relações Internacionais abordaram o fator cultural, mostrando que esse elemento esteve presente em praticamente todas elas, embora considerado de maneira secundária. Segundo Suppo (2012), essa perspectiva muda com o construtivismo, que passa a integrar temas até então relativamente marginais nas outras teorias, como, por exemplo, a identidade e a cultura (SUPPO, 2012). Alguns pontos desse debate permeiam esta pesquisa, em especial quando acrescentada, no **Capítulo 1**, a perspectiva chinesa. Por ora, ainda mais relevante é o destaque dado ao fator cultural nas Relações Internacionais com o conceito de *soft power*.

Criado por Joseph Nye em 1990, o conceito de *soft power* é definido como a habilidade de conseguir o que se quer por meio da atração mais do que por meio da coerção ou do pagamento (NYE, 2004). Segundo o acadêmico norte-americano (NYE, 2006), o *soft power* de

um país pode advir de três recursos: sua cultura (quando ela é atrativa para outros), seus valores políticos (quando eles regem a atuação do país em casa e no exterior) e suas políticas externas (quando elas são vistas como legítimas e com autoridade moral). Nye (2004) atenta para o fato de que esses poderes brandos não são novos, mas que um diferencial para a análise é o modo como eles podem ser difundidos, diante das mudanças tecnológicas ocorridas principalmente a partir da segunda metade do século XX.

O conceito criado por Nye teve ampla repercussão e divulgação, sendo objeto de muitos debates e de algumas críticas. Segundo Craig Hayden (2012), a ideia de que o *soft power* se distingue do *hard power* por conta de um foco em atributos intangíveis, cooptação e atração parece direta e elegante, mas o *soft power* permanece ainda difícil de ser aplicado de uma forma analiticamente consistente, uma crítica também endossada por Tod Hall (2010). Outra crítica feita ao conceito de Nye é a de que o *soft power* se baseia em uma concepção de poder que não especifica claramente as distinções entre capacidades (os recursos que o ator pode ter), veículos (políticas ou outras tentativas de usar os recursos de *soft power*) e efeitos (resultados que podem derivar do *soft power*) (HAYDEN, 2012). Leonardo Ramos e Geraldo Zahran (2010), por sua vez, afirmaram que a distinção entre *hard* e *soft power* é somente de grau, tanto na natureza do comportamento quanto na tangibilidade dos recursos. Janice Bially Mattern (2005) colocou em xeque se o *soft power* seria, verdadeiramente, um poder brando. Já Joseph Joffe (2006), tratando do *soft power* dos EUA, destacou que “pode haver pouca ou nenhuma relação entre a ubiquidade norte-americana e sua influência de fato”; e exemplificou: “um boné dos Yankees é um resumo de todas as coisas americanas, mas ele dificilmente significa reconhecimento ou afeição por um time de Nova York ou pelos EUA” (tradução nossa¹⁶). Laura Roselle, Alister Miskimmon e Bem O’Loughlin (2014) também afirmaram que as análises sobre *soft power* focaram muitos nos recursos ou capacidades, ou em como utilizá-los, mas não se a influência de fato ocorre, sugerindo como alternativa uma investigação que usa o conceito de narrativa estratégica.

O próprio Joseph Nye participou por diversas vezes do debate, respondendo às críticas. Segundo o acadêmico de Harvard, conforme o termo passou ao domínio público, ele foi ampliado e distorcido, algumas vezes ficando irreconhecível (NYE, 2006). De toda forma, o autor afirmou que exagerou na intangibilidade dos recursos porque a teoria neorrealista das Relações Internacionais, então em moda, era dominada não apenas pela tendência a definir

¹⁶ No original: “There may be little or no relationship between America's ubiquity and its actual influence. (...) A Yankees cap is the epitome of things American, but it hardly signifies knowledge of, let alone affection for, the team from New York or America as such”.

poder em termos de recursos, mas principalmente de recursos tangíveis; mas admitiu que deveria ter deixado mais claro que intangibilidade não é uma condição necessária para o *soft power* (NYE, 2010b). Além disso, comentando sobre a dificuldade de medição da influência, Nye (2006) afirmou que, de fato, avaliar se um recurso de poder produz o resultado esperado depende do contexto, uma realidade que não é única dos recursos de *soft power*: por exemplo, ter um grande exército de tanques pode levar à vitória militar se a batalha for no deserto, mas não se for nas selvas pantanosas do Vietnã. Ademais, Nye (2010b) reconheceu que a dificuldade de distinguir comportamentos que visem a aumentar o poder brando, de um lado, dos próprios recursos de poder (cultura, valores e diplomacia), de outro, seria um desafio à aplicação do conceito de *soft power*.

Nye, posteriormente, ainda avançou na conceituação de *soft power* e propôs um novo conceito: *smart power*. Segundo o acadêmico, ele criou o termo em 2013 para responder às críticas de que o *soft power*, sozinho, poderia produzir políticas externas efetivas (NYE, 2009). Nye afirmou que um país pode usar coerção e pagamentos (*hard power*) ou atração (*soft power*) para conseguir os resultados que deseja; e seguiu: “se um Estado consegue estabelecer a agenda de outros ou moldar suas preferências, ele pode economizar muitos *carrots and sticks*, mas raramente conseguirá substituí-los por completo” (tradução nossa¹⁷). Por isso, concluiu o professor, há necessidade de estratégias inteligentes e de combinar instrumentos de *hard* e *soft power* (NYE, 2009).

Ainda mais recentemente, algumas publicações, como o relatório divulgado em dezembro de 2017 pelo *International Forum for Democratic Studies*, da *National Endowment for Democracy*, argumentaram que o termo *soft power* deve ser repensado, sugerindo a utilização do conceito de *sharp power*. Segundo aquele documento, esses recursos intangíveis, quando exercidos por regimes autoritários, seriam *sharp*, pois furam, penetram e perfuram os ambientes políticos e informacionais de democracias jovens. Os regimes autoritários, assim, não estariam necessariamente buscando ganhar “corações e mentes”, a referência comum dos esforços de *soft power*, mas, sim, influenciar seus públicos-alvo por meio da manipulação das informações que chegam a eles¹⁸.

Analisando o conceito de *sharp power*, Joseph Nye (2018) afirmou que, se o termo for usado como sinônimo de guerra de informações (*information warfare*), o contraste com *soft*

¹⁷ No original: “If a state can set the agenda for others or shape their preferences, it can save a lot on carrots and sticks. But rarely can it totally replace either. Thus the need for smart strategies that combine the tools of both hard and soft power”.

¹⁸ O documento “Sharp Power: Rising Authoritarian Influence: New Forum Report” está disponível em: <<https://www.ned.org/sharp-power-rising-authoritarian-influence-forum-report/>>. Acesso: 25 fev. 2018.

power se torna claro, pois *sharp power* seria uma forma de *hard power*. Ele manipula informações, que são intangíveis, mas a intangibilidade não é a característica distintiva do *soft power* – ameaças verbais, por exemplo, são ao mesmo tempo intangíveis e coercitivas. Nye (2018) ainda afirmou que verdade e abertura criam uma linha divisória entre *soft* e *sharp power*: quando a *Xinhua*, agência oficial de notícias da China, transmite em outros países, ela está empregando técnicas de *soft power*, algo aceitável; quando, ainda segundo Nye (2018), a Rádio Internacional da China apoia de modo encoberto 33 rádios em 14 países, a fronteira do *sharp power* foi cruzada, e a violação de voluntarismo deve ser exposta¹⁹.

De toda forma, apesar de debates e críticas – algumas muito atuais – quanto ao conceito de *soft power*, a sua utilização como referência conceitual mostra-se ainda bastante útil nos estudos envolvendo diplomacia cultural. Isso porque “a caracterização do *soft power* permite a observação do poder ‘abstrato’ ou imensurável de um Estado no cenário internacional, diferentemente do concreto percebido por suas riquezas ou armas” (TOSCANO, 2017, p. 22).

Em artigo intitulado *Soft Power and Cultural Diplomacy*, Joseph Nye (2010a) afirmou que a distinção entre poder medido em resultados comportamentais e poder medido em termos de recursos é importante para entender a relação entre *soft power* e diplomacia cultural. Segundo o acadêmico, os recursos que produzem *soft power* derivam dos valores que um país expressa em sua cultura, nos exemplos de suas práticas e políticas domésticas e no modo como ele se porta no relacionamento com outros; já a diplomacia cultural é um dos instrumentos de diplomacia pública que os governos usam para mobilizar esses recursos, comunicando com o público de outros países, não somente com seus governos (NYE, 2010a).

Antes de avançar na conceituação de diplomacia cultural, é pertinente esclarecer outro termo tratado acima por Nye: diplomacia pública. Em artigo sobre a diplomacia pública e o *soft power*, Antônio Ferreira de Lima Júnior (2017, p. 5) afirmou que tem havido, atualmente, “muita confusão sobre o conceito de diplomacia pública, pois ele tem sido usado intercambiavelmente com ‘diplomacia cultural’, ‘propaganda estrangeira’, ‘relações públicas internacionais’ e ‘diplomacia midiática’, por exemplo”.

Em sua obra sobre *Soft Power e Diplomacia Pública*, Craig Hayden (2012) também abordou essa questão. Ainda na introdução, o autor alerta que:

“Diplomacia pública” como usado aqui engloba, mas não se confunde com outros termos como “propaganda”, “comunicação estratégica”, “nation-branding”, “transmissão internacional”, “diplomacia cultural” e outros títulos

¹⁹ Tanto a *Xinhua* quanto a *China Radio International* serão analisadas no **Capítulo 2**, na seção **2.1.**, desta dissertação.

empregados de forma intercambiável ou em conjunção com “diplomacia pública”. Referir-se a esses termos em relação à diplomacia pública” não significa diminuir seus usos por vezes controversos, mas sim capturar interpretações diferentes de *soft power* e como ele tem sido justificado em programas de diplomacia pública (tradução nossa²⁰).

Em tese sobre diplomacia pública, *soft power* e cooperação educacional, Daniella Maria Barandier Toscano (2017, p. 29) afirmou que “a diplomacia pública, capaz de moldar a imagem atrativa de um país, irá se apresentar como um instrumento eficaz de exercício do *soft power* e uso de seus recursos, favorecendo suas chances de alcançar um resultado almejado”. Fazendo um histórico sobre o termo, a acadêmica também aponta elementos que podem ter colaborado para a confusão entre os conceitos de diplomacia pública e cultural. Segundo Toscano (2017 p. 30), na década de 1970, a diplomacia pública era posta em prática “sob o guarda-chuva da diplomacia cultural norte-americana”. A diplomacia cultural – bastante empregada na Guerra Fria, tanto pelos EUA quanto pela União Soviética – refletia a ideia de estar separada da política externa de um país. Na década de 1970, ainda de acordo com Toscano (2017, p. 30), surgem indícios de diferenciação entre as duas diplomacias, e a diplomacia pública passa a abarcar a diplomacia cultural – “dado que a pública vinha sendo desenhada para estabelecer a comunicação direta com a opinião pública de outros países, por meio de intercâmbios educacionais internacionais e o ensino de idioma no exterior”. Toscano (2017) mostra ainda os debates nos EUA – assim no governo como na academia – acerca da diferenciação entre as ações de propaganda e as diplomacias pública e cultural do país.

Lima Júnior também tratou do tema. Para o acadêmico, uma das razões dessa imprecisão conceitual que cerca a diplomacia pública talvez decorra do “fato de o conceito ter sido cunhado nos Estados Unidos para recontextualizar e rotular atividades antigas de propaganda” (LIMA JÚNIOR, 2017, p. 5). Segundo ele, quando ações de diplomacia se restringem somente a atividades de propaganda e *marketing* internacional, elas “tendem a adotar uma perspectiva etnocêntrica, na medida em que consideram o público estrangeiro como sendo passivo, ao ponto de aceitarem e absorverem sem questionamentos as informações que lhes são transmitidas”. E concluiu: “a diplomacia pública deve ser idealmente considerada como parte fundamental no processo de elaboração e execução da política externa e não como uma etapa ulterior de *marketing* internacional” (LIMA JÚNIOR, 2017). Como destaca Jan Melissen (2005), a

²⁰ No original: “‘Public diplomacy’ as it is used here encompasses but does not conflate other terms such as ‘propaganda,’ ‘strategic communication,’ ‘nation-branding,’ ‘international broadcasting,’ ‘cultural diplomacy,’ and other labels used interchangeably or in conjunction with public diplomacy. Talking about these terms in relation to ‘public diplomacy’ is not meant to diminish their often controversial usage, but rather to capture the different interpretations of soft power and how it has been justified through public diplomacy programs”.

diplomacia pública deve ser construída com base na confiança e na credibilidade, pois visa objetivos de médio e longo prazos.

Definindo diplomacia pública, Mark Leonard (2002) considera três dimensões do conceito: a transmissão de informação, a distribuição de uma imagem positiva do país e a construção de relações duradouras de modo a criar um ambiente favorável para a consecução de políticas exteriores. Tanto na segunda quanto na terceira dimensões estariam presentes ações culturais, como a promoção de eventos e de intercâmbios culturais (LIMA JÚNIOR, 2017) – ações que, como se verá a seguir, são típicas da diplomacia cultural. Não por acaso, grande parte dos autores, como Nye (2010a), afirma que a diplomacia cultural é um dos instrumentos da diplomacia pública.

Soares (2008), em artigo sobre a diplomacia cultural do Mercosul, seguiu nessa linha, afirmando que a diplomacia cultural é um instrumento da diplomacia pública, pois esta “se preocupa com a imagem internacional do país e procura estabelecer relações de confiança com os países, trabalha com metas de longo prazo e busca estabelecer relações de cooperação entre os países, mais do que entre os Estados”. A embaixadora Cynthia P. Schneider (2006, p. 191) vai na mesma direção, afirmando que a diplomacia pública consiste em tudo o que uma nação faz para explicar-se para o mundo, sendo que a diplomacia cultural – “o uso de expressões criativas e de intercâmbios de ideias, informações e pessoas para aumentar o entendimento mútuo” (tradução nossa²¹) – fornece boa parte do conteúdo da diplomacia pública.

Entretanto, há algumas posições divergentes. Patricia Goff (2013), em artigo sobre diplomacia cultural publicado no *The Oxford handbook of modern diplomacy*, admitiu que, “de fato, há muitas similaridades e sobreposições [entre diplomacia pública e diplomacia cultural]. Ambas têm fundamentalmente uma essência ideacional e miram audiências estrangeiras para além dos círculos diplomáticos” (GOFF, 2013, p. 333, tradução nossa²²). Mas há também muitas diferenças: uma delas é “o fato de que a diplomacia cultural não é unidirecional”, enquanto “a diplomacia pública e o *branding* envolvem a projeção para o exterior da mensagem de alguém” (GOFF, 2013, p. 333, tradução nossa²³). Maurits Berger (2008, p. 3, tradução nossa) concordou: “enquanto a diplomacia pública é unilateral, com ênfase em explicar a posição de alguém para outros, a diplomacia cultural adota perspectiva bi ou multilateral, com ênfase no

²¹ No original: “the use of creative expression and exchanges of ideas, information, and people to increase mutual understanding”.

²² No original: “What is the relationship between cultural diplomacy and public diplomacy? To be sure, there are many similarities and overlaps. Each shares a fundamental ideational essence. Each targets audiences beyond official diplomatic circles”.

²³ No original: “Cultural diplomacy is also distinguished by the fact that it is not unidirectional. Public diplomacy and branding tend to involve the outward projection of one's message”.

reconhecimento mútuo” (tradução nossa²⁴). Segundo o acadêmico, “a diplomacia cultural foca em interesses comuns, e a condição para isso é que um precisa saber o que mexe com o outro” (BERGER, 2008, pp. 3-4, tradução nossa²⁵).

Percebe-se, nessa contraposição de ideias, que a diferenciação que alguns autores fazem entre diplomacia pública e cultural reside no caráter unidirecional da primeira. No entanto, em um enfoque mais atual, também se almeja uma diplomacia pública bidirecional. No início do século XXI, sugeriu-se, nos debates acadêmicos, o surgimento de uma Nova Diplomacia Cultural, que teria como características uma maior cooperação entre Estados, mas também entre atores não-estatais, organizações internacionais, não-governamentais e da sociedade civil (MELISSEN, 2005; TOSCANO, 2017). Assim, com essa Nova Diplomacia Pública, passa-se de um processo de via única para outro de via dupla, buscando-se o estabelecimento de um diálogo fundamentado no intercâmbio de ideias, culturas e pessoas, em uma lógica de cooperação (LIMA JÚNIOR, 2015). Ou, nas palavras de Nye (2010a), “a melhor diplomacia pública e cultural é uma via de mão dupla” (tradução nossa²⁶).

Como um dos instrumentos da diplomacia pública, a diplomacia cultural pode ter um papel importante para o seu sucesso. Em sua já mencionada tese sobre o *Instituto de cultura como instrumento da diplomacia*, Madeira Filho (2016, p. 21) afirmou que a diplomacia pública tem como função “utilizar processos de comunicação cuja finalidade é esclarecer à opinião pública as políticas governamentais”, facilitando a compreensão e evitando mal-entendidos, baseados na desinformação ou na propaganda, e, se possível, conquistando a simpatia e a confiança do público. Assim, o diplomata conferiu destaque à diplomacia cultural:

Nesse particular, as ações da diplomacia cultural – como ramo privilegiado da diplomacia pública – podem render os melhores resultados, pois criam uma atmosfera de receptividade e de acolhimento às ideias, aos valores e mesmo ao registro afetivo dos diferentes sistemas nacionais. A cultura, entendida como sistema estético, filosófico e moral de expressão dos valores de uma comunidade (ou das comunidades, em chave universalista), tem a característica de “desarmar tensões²⁷”, de criar uma atmosfera de abertura à alteridade, de adesão à diferença (MADEIRA FILHO, 2016, p. 23).

²⁴ No original: “while public diplomacy is unilateral with an emphasis on explaining one's policies to the others, cultural diplomacy takes a bi- or multilateral approach with an emphasis on mutual recognition”.

²⁵ No original: “Cultural diplomacy focuses on common ground, and the condition thereto is that one needs to know what makes the other tick”.

²⁶ No original: “The best public and cultural diplomacy is a two-way street”.

²⁷ Segundo Madeira Filho, a observação sobre a característica da cultura de “desarmar tensões” foi feita pelo embaixador Edgard Telles Ribeiro em conversa com o autor.

Com relação ao conceito de diplomacia cultural, Edgard Telles Ribeiro (2011) define-o como a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas, também, política, comercial ou econômica. Para Mônica Leite Lessa (2002), ela tem a função de promover ou de divulgar a cultura, os programas culturais, as instituições culturais ou científicas, as ideias ou os autores de um país. Dessa forma, a diplomacia cultura é um recurso privilegiado na construção de imagem, de prestígio e de confiança que o país requer (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2005). Para Nicholas J. Cull (2012), a diplomacia cultural é aquela que pratica a exportação da cultura de um país, a serviço de sua política externa. Nota-se, nessas definições, que a diplomacia cultural funcionaria como a vertente cultural do *soft power* dos Estados, ajudando na promoção de uma visão particular, como o ato de apresentar um bem cultural para o público na tentativa de envolvê-lo em ideias consideradas representativas (FISHER, 2009). Nesse sentido, a diplomacia cultural estaria bastante próxima da ideia de promoção externa do país por meio da cultura, que poderia relacionar-se com a diplomacia pública tradicional, que seria unilateral (BERGER, 2008) e envolveria *nation branding* (GOFF, 2013).

Há, contudo, outras perspectivas. Milton Cumming (2003), por exemplo, compreende a diplomacia cultural como o intercâmbio de ideias, informações, valores, sistemas, tradições, crenças e outros aspectos de cultura, com a intenção de fomentar o entendimento mútuo. Patricia Goff (2013, p. 331), por sua vez, argumentou “que a diplomacia cultural pode ser útil na superação de diferenças e na abertura de novas vias de comunicação” (tradução nossa²⁸). Edgard Telles Ribeiro (2011) também destacou a característica dialogada da diplomacia cultural, afirmando que a reciprocidade, idealmente, deveria permear toda a política de difusão cultural. O embaixador destacou que o fator cultural “pode desempenhar um papel importante na superação de barreiras convencionais que separem povos; na promoção ou estímulos de mecanismos de compreensão mútua; na geração de familiaridade ou redução de áreas de desconfiança” (2011, p. 24). Cynthia P. Schneider também tem uma percepção semelhante, considerando que a diplomacia cultural pode “empoderar vozes locais” (2012) e ser um “fator humanizador” (2010), tendo, assim, potencial para transformar sociedades.

Madeira Filho (2016) apontou a importância de as burocracias estatais adaptarem-se para a necessária tarefa de difusão cultural. Segundo o autor, como o tema da diplomacia cultural é um conceito obrigatório nos tratados ou textos analíticos de política externa, isso implica “mudança de comportamento do estamento diplomático em sua ação cotidiana no

²⁸ No original: “In particular, I argue that cultural diplomacy can be helpful in bridging difference and in opening new avenues of communication”.

exterior. Cada vez mais, os representantes diplomáticos tendem a considerar, de modo inescapável, como uma de suas missões fundamentais a difusão cultural” (MADEIRA FILHO, 2016, p. 28).

Isso dialoga com outro aspecto relevante na bibliografia sobre o tema, que diz respeito à participação de outros agentes, que não o Estado, na promoção da diplomacia cultural. Edgard Telles Ribeiro (2008, p. 3), por exemplo, afirma que “a diplomacia cultural é, nada mais, nada menos, do que as relações culturais postas a serviço da política externa” (tradução nossa²⁹). Simon Mark (2008, p., tradução nossa³⁰) destaca que é possível conceber a diplomacia cultural como uma “prática diplomática do governo, posta em ação em apoio aos objetivos da política externa do governo ou de sua diplomacia (ou ambos), geralmente envolvendo direta ou indiretamente o Ministério das Relações Exteriores dos Estados”.

Robert Frank (2012) por outro lado, adota uma posição mais ampla, reconhecendo interações entre Estado e sociedade civil. Para o acadêmico, a produção cultural e intelectual da diplomacia cultural é feita pela sociedade civil; os agentes da sociedade civil, por sua vez, em diversas ocasiões recorrem à ajuda estatal para levar a cabo seus projetos culturais. Mônica Leite Lessa (2012) também adota uma perspectiva mais abrangente, afirmando que a diplomacia cultural consiste em ações formuladas, orientadas, dirigidas e financiadas, total ou parcialmente, pelo Estado, seja por meio de seus agentes ou de colaboradores não estatais.

Quanto aos métodos da diplomacia cultural, Edgard Telles Ribeiro elenca alguns exemplos:

(...) a) intercâmbio de pessoas; b) promoção da arte e dos artistas; c) ensino de língua, como veículo de valores; d) distribuição integrada de material de divulgação; e) apoio a projetos de cooperação intelectual; f) apoio a projetos de cooperação técnica; g) integração e a mutualidade na programação (RIBEIRO, 2011, p. 31).

Percebe-se, pelas definições acima, que há algumas divergências acerca da definição de diplomacia cultural. Alguns autores consideram-na um instrumento da diplomacia pública dos Estados (SCHNEIDER, 2006; NYE, 2010a; SOARES, 2008), principalmente dentro do quadro da Nova Diplomacia Pública, que busca estabelecer diálogo, num processo de mão dupla (LIMA JÚNIOR, 2017). Por outro lado, Edgard Telles Ribeiro (2011) considera que a

²⁹ No original: “Because cultural diplomacy is nothing more, nothing less, than cultural relations put at the service of foreign policy.”.

³⁰ No original: “possible to conceive of cultural diplomacy as a diplomatic practice of governments, carried out in support of a government's foreign policy goals or its diplomacy (or both), usually involving directly or indirectly the government's foreign ministry”.

diplomacia cultural é a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas, também, política, comercial ou econômica; ao mesmo tempo, afirma que a reciprocidade, idealmente, deveria permear toda a política de difusão cultural e que o fator cultural pode ajudar na superação de barreiras, na promoção de cooperação mútua e na redução de desconfianças. Quanto à participação de atores não-estatais, há também algumas posições discordantes, como vimos acima, indo de uma análise da diplomacia cultural como as relações culturais postas a serviço da política externa (RIBEIRO, 2008), até uma posição mais ampla, com a de Robert Frank (2012) e Mônica Leite Lessa (2012), que consideram a participação de agentes não-governamentais em cooperação com o Estado nas ações de diplomacia cultural.

Não obstante algumas divergências pontuais, é possível extrair elementos centrais das definições acima, de modo a guiar o presente estudo. Como integrante da política externa dos Estados, a diplomacia cultural busca atender aos interesses nacionais. Essa busca será mais bem-sucedida se houver diálogo com outros Estados e agentes, colocando em prática iniciativas que contribuam para a diminuição de diferenças, a geração de familiaridades e o estabelecimento de novas vias de comunicação. Afinal, uma diplomacia pública e cultural cooperativa pode gerar ganhos para todos (NYE, 2010a) e ajudar na construção de pontes que abranjam diferentes culturas (MELISSEN, 2005).

Nesta introdução, foram delineados os aspectos centrais da presente dissertação, como a pergunta de pesquisa, os objetivos e os procedimentos metodológico. Além disso, foram apresentados os principais conceitos abordados pela pesquisa. Entretanto, como já se alertou, as definições e os debates trazidos anteriormente nem sempre contemplam as perspectivas chinesas acerca desse debate. Desse modo, no próximo capítulo, serão analisadas as visões chinesas acerca da diplomacia cultural.

CAPÍTULO 1 – DIPLOMACIA CULTURAL: VISÕES CHINESAS

No presente capítulo, buscar-se-á compreender o significado de cultura na China, de modo a estabelecer a formação e a conformação do *soft power* e da diplomacia cultural chinesa. Em seguida, serão levantados questionamentos sobre a existência de um modelo chinês de diplomacia cultural.

1.1. Cultura sob perspectiva chinesa

O conceito de cultura tanto sob perspectiva ocidental quanto chinesa é tão geral que seria difícil dar uma definição estrita e precisa do fenômeno cultural: “qualquer país ou nação com história certamente terá uma cultura, e qualquer lugar com algum comportamento humano terá uma cultura também” (ZHANG, 2017, p. 19, tradução nossa³¹). A questão apontada por Guozuo Zhang (2017), diretor do *Center of Chinese Soft Power Studies*, em livro no qual buscou traçar as diretrizes para o estudo do *soft power* cultural chinês, caminha no sentido dos debates acerca das dificuldades de definir o que é cultura, trazidos brevemente na **Introdução**.

Uma das razões para isso pode ser a similitude de fontes. Segundo Riva (2015, p. 42), os autores chineses dedicados ao estudo de *soft power* geralmente partem de definições proeminentes de cultura das áreas de sociologia e antropologia, com referências a Neil J. Smelser e a Edward B. Tylor, entre outros. Um exemplo de definição com contornos antropológicos é usado por Sheng Ding (2008, p. 59), autor de *The Dragon’s Hidden Wings: How China Rises with its Soft Power*, que caracterizou cultura como o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

De fato, segundo Wang Yiwei (2012), há muitas similaridades entre a China e o ocidente no concernente ao entendimento de cultura; mas há também diferenças muito claras. De acordo com o diretor executivo do *Institute of International and Public Affairs* da *Tongji University*, em Xangai, China, o conceito chinês de cultura, na verdade, a vê como uma abreviação de *cultivação humanística*: somente pessoas têm cultura, e uma sociedade humana só pode ser discutida em termos de cultura (YIWEI, 2012, p. 48). O autor ainda afirmou que há duas

³¹ No original: “The reason why the concept of culture is so general is that cultural phenomena are almost omnipresent. Any country or nation with a history will surely have a culture, and any place with any human behavior will have culture, too”.

diferenças principais entre o entendimento chinês e ocidental de cultura: enquanto o conceito chinês destaca autodisciplina, o conceito ocidental foca em heteronomia; enquanto o conceito chinês foca em cultivação, o conceito ocidental foca em identidade (YIWEI, 2012, p. 49).

Uma outra definição bastante interessante é a de Majie Zhu (2002), no artigo *Contemporary Culture and International Relations*, presente na obra **Cultural impact on international relations**, da coleção **Chinese philosophical studies**. Zhu (2002) afirmou que, em seu sentido mais amplo, cultura refere-se à soma de riqueza material e espiritual criada na história prática da sociedade humana; em seu sentido estrito, cultura é a ideologia social e seus sistemas e corporações correspondentes, incluindo pontos de vista e ideias sobre política, leis, ética, artes, religiões, ciências e sistemas compatíveis. E destacou: em nenhuma dimensão deve a cultura ser vista como estática; a cultura é um processo dinâmico (ZHU, 2002, pp. 22-23).

Além disso, Zhu (2002), partindo dessa conceituação, identificou cinco modos pelos quais a cultura pode influenciar as relações internacionais: 1) o impacto que a cultura tem nas conquistas do Estado, o que significa que nenhum resultado pode ser alcançado se o fator cultural for desconsiderado, pois é a cultura que fornece as bases espirituais, éticas e econômicas da vida humana; 2) a cultura como a bússola do processo decisório, que significa que os líderes são guiados pelos conceitos culturais em suas avaliações acerca das questões políticas; 3) a cultura como formadora das estruturas sociais e econômicas, que significa que a cultura fornece a base para as instituições sociais e econômicas; 4) a cultura como uma importante variável nas relações internacionais, referindo-se à percepção da cultura como a estrutura dominante das relações internacionais, a base primordial do comportamento nacional, e a fonte principal de conflitos internacionais; 5) a noção de que a fundação essencial para a harmonia nas relações internacionais é fornecida pela convergência e pela complementaridade de culturas, o que significa que a cultura pode ser vista como uma propulsora das relações internacionais (ZHU, 2002, pp. 26-28).

Tratando especificamente da cultura chinesa, Zhang (2017), por sua vez, afirmou que é possível identificar três níveis de análise. No nível macro, a cultura deixa sua marca quando ela existe no cérebro humano – é por isso que, além da cultura material, há também a cultura espiritual. No nível médio, a cultura inclui campos relacionados ao desenvolvimento da China, como a economia, a política, a cultura, a sociedade, a ecologia, a defesa nacional, a diplomacia, a política partidária etc. Refere-se à ideologia que é possível de se propagar por meio da linguagem, da imagem e do discurso e que pode influenciar a psicologia, as emoções e os valores das pessoas. E inclui todo o conhecimento em filosofia, ciências sociais, literatura, artes, leis, regulações, políticas, religiões, crenças, convenções, costumes, moralidades, que podem

ser transmitidos de um grupo de pessoas para outro. No nível micro, inclui todo o conhecimento concreto de diferentes disciplinas, campos e escolas artísticas e literárias, além de leis, regulações e políticas (ZHANG, 2017). E reforçou: a cultura possui como valor fundamental a essência dos valores centrais do socialismo, que comandam todos os outros valores e influenciam sua orientação (ZHANG, 2017, p. 57).

Tendo em vista a importância atribuída à cultura, é possível argumentar que a cultura é vista na China como tendo um papel relevante enquanto meio para atingir objetivos estratégicos (RIVA, 2015). Nesse sentido, Bonnie S. Glaser e Melissa E. Murphy (2009) trataram da atuação do governo chinês para utilizar esse potencial da cultura chinesa a seu favor. As autoras mencionaram uma reforma do sistema cultural chinês feita em 2002, que visava a “fazer da cultura socialista com características chinesas uma poderosa atração e inspiração não só para o povo chinês, mas também para a população do mundo todo” (GLASER, MURPHY, 2009, p. 15, tradução nossa³²). Já Hongyi Lai (2012) afirmou que as elites chinesas perceberam que a China poderia interferir no interesse global pela cultura chinesa tradicional e contemporânea, no momento de ascensão da China. De toda forma, o autor também destacou a diversidade da cultura chinesa contemporânea: “atualmente a China possui recursos culturais multifacetados, variando desde maravilhas naturais, culinária e medicina tradicional até literatura, artes, filosofia e religiões populares” (LAI, 2012, pp. 85-86, tradução nossa³³).

Este, por sinal, é um ponto de destaque na bibliografia sobre o tema: a interação entre a cultura tradicional e a cultura contemporânea chinesas. Isso porque, nesse processo de valorização do *soft power* cultural chinês (conceito que será melhor elaborado nas próximas seções), é dada muita ênfase à cultura tradicional chinesa. Por exemplo: em 2003, o então premier chinês Wen Jiabao, em discurso na Universidade de Harvard, destacou que, de “Confúcio ao Dr. Sun Yat-sen, a cultura tradicional chinesa apresenta muitas ideias e qualidades preciosas, que são essencialmente populistas e democráticas” (tradução nossa³⁴). Ainda segundo Wen Jiabao, a cultura tradicional chinesa – que valoriza a bondade e o amor nas relações humanas, a harmonia sem uniformidade, o patriotismo, o respeito aos mais velhos e

³² No original: “was aimed at making ‘socialist culture with Chinese characteristics a powerful attraction and inspiration not only to the Chinese people, but to the people throughout the world”.

³³ No original: “Today’s China possesses multifaceted cultural resources ranging from natural wonders, cuisines, and traditional medicine to literature, arts, philosophies, and folk religions”.

³⁴ No original: “From Confucius to Dr. Sun Yat-sen, the traditional Chinese culture presents many precious ideas and qualities, which are essentially populist and democratic”. Remarks of Chinese Premier Wen Jiabao: “Turning Your Eyes to China”. **Harvard Gazette**, 10 dez. 2003. Disponível em: <<http://news.harvard.edu/gazette/story/2003/12/harvard-gazette-remarks-of-chinese-premier-wen-jiabao/>>. Acesso: 20 jun. 2017.

aos professores – tem um grande papel na união e na regulação da família, do país e da sociedade³⁵.

Quing Cao (2011), em análise sobre o discurso referente ao *soft power* na China, afirmou que um dos aspectos de maior destaque é justamente o consenso na elite intelectual e política de que os valores tradicionais chineses fornecem uma sustentação ontológica e epistemológica bastante desejada para o desenvolvimento futuro do país. Segundo o autor, apesar de suas diferenças, políticos e acadêmicos concordam na imperatividade do renascimento da cultura tradicional impulsionado pelo apoio popular (CAO, 2011, p. 20).

Talvez não por acaso, Zhang (2017), em obra que pretende delinear os princípios para os estudos sobre o *soft power* cultural chinês, ressaltou exatamente que a cultura tradicional chinesa é o gene e o símbolo espirituais da nação chinesa, fornecendo nutrição espiritual e sendo a razão pela qual a nação chinesa está prosperando. Segundo o autor, “a cultura tradicional é a base, a trajetória de desenvolvimento histórico, a alma da China, que a distingue de outras nações” (ZHANG, 2017, p. 46, tradução nossa³⁶). O autor ainda comentou sobre a relação da cultura tradicional com a contemporânea: “evoluindo das tradições ancestrais da cultura chinesa e absorvendo culturas estrangeiras durante o processo de sua evolução, a cultura contemporânea chinesa mantém a base, a trajetória de desenvolvimento e a alma de cultura chinesa tradicional” (ZHANG, 2017, p. 46, tradução nossa³⁷).

Contudo, ainda segundo Zhang (2017), também deve haver mistura e adaptação. Cultura, ele continuou, inclui não só os produtos culturais do marxismo-socialismo com características chinesas, a revolução cultural depois da fundação do Partido Comunista Chinês, a melhor parte da cultura tradicional da nação chinesa, mas também a melhor parte da cultura ocidental que já foi aceita ou que ainda será aceita pelo povo chinês (ZHANG, 2017).

Nesse quesito, vale destacar um trecho da entrevista que Zhang (2017) conduziu com Joseph Nye em 2012, e que vem publicada no livro do acadêmico chinês. Ao responder a uma colocação de Zhang sobre as especificidades do *soft power* cultural chinês, Nye afirma que é importante para a China desenvolver seu *soft power*, e que a cultura tradicional chinesa sempre teve grande apelo e foi muito popular fora do país. Contudo, Nye destaca que a China fica muito atrás dos EUA ou da Europa, onde existem sociedades civis e organizações não

³⁵ Idem.

³⁶ No original: “The traditional culture is the root, the historical development path, and the soul of China that distinguishes it from the other nations”.

³⁷ No original: “Evolving from the ancient traditions of Chinese culture and absorbing foreign cultures during the process of its development, the contemporary Chinese culture retains the root, development path and the soul of traditional Chinese culture”.

governamentais, nas mãos de quem está o *soft power*, afirmando que, se a China quiser ampliar seu *soft power*, deve diminuir seu controle sobre a cultura, a mídia e a opinião pública. E complementa: “quando perguntaram ao diretor chinês Zhang Yimou por que temas históricos eram frequentemente retratados em seus filmes, ele respondeu que se seus filmes fossem sobre a China contemporânea, eles provavelmente seriam censurados” (ZHANG, 2017, p. 97, tradução nossa³⁸).

Jeffrey Gil (2017) também abordou esse tema. Segundo o autor, culturas são diversas e multifacetadas, e nem todos os elementos da cultura chinesa são considerados adequados para o objetivo da diplomacia cultura chinesa. Assim, o governo chinês enfatiza aqueles elementos que ele julga que o resto do mundo considerará mais agradáveis, interessantes e admiráveis, ao mesmo tempo em que ignora e diminui o papel de outros aspectos, incluídos aqueles considerados subversivos (GIL, 2017).

Falk Hartig (2015), em sua pesquisa sobre os Institutos Confúcio (IC), também mencionou essa questão. Segundo o autor, há certa ambiguidade entre algumas das pessoas no comando dos IC com relação ao que realmente é a cultura chinesa, havendo até mesmo certa desvalorização insinuada dos conteúdos culturais fornecidos pelo IC. Hartig (2015) afirmou que algumas críticas feitas ao IC relacionam-se ao foco exclusivo em cultura tradicional chinesa, o que não necessariamente condiz com o gosto ocidental, mais interessado em arte contemporânea da China. E arrematou: considerando que ocidentais provavelmente relacionam arte contemporânea chinesa com pessoas como Ai Weiwei³⁹, não deveria ser uma grande surpresa que as demandas dos ocidentais sejam diferentes das propostas por oficiais chineses, que favorecem cursos de caligrafia chinesa no lugar de manifestações culturais contemporâneas (HARTIG, 2015b, p. 179). Entretanto, o autor pondera que é importante olhar com cautela as representações feitas acerca dos IC, como sendo locais dedicados exclusivamente à cultura tradicional, o que não é totalmente verdadeiro. Por exemplo, Hartig (2015, p. 180) citou apresentações de bandas chinesas de punk rock em um IC da Alemanha e conversas com diretores de cinema chinês contemporâneo em um IC da Austrália.

³⁸ No original: “When asked why the historical themes appear so frequently in China’s movies, Chinese director Zhang Yimou, answered it was that movies about the contemporary China would be censored”.

³⁹ Ai Weiwei (1957-) é um dos mais importantes e conhecidos artistas chineses da atualidade. Além de *designer* arquitetônico (foi um dos responsáveis pelo *design* do Ninho de Pássaro, estádio construído para as Olimpíadas de Pequim de 2008), artista plástico e pintor, Ai Weiwei tem destacada atuação como ativista social, com posições bastante críticas ao governo chinês, em especial no tocante à censura e às violações de direitos humanos. Para um relato do próprio artista sobre como ele foi considerado pelo governo chinês a pessoa mais perigosa da China: <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2018/feb/15/ai-weiwei-remembering-sichuan-earthquake>>. Para conhecer mais sobre o artista: <<http://aiweiwei.com>>. Acesso: 21 abr. 2018.

Na seção seguinte, será analisado como o conceito de *soft power* ganhou nuances diferentes na China, principalmente levando em consideração as ideias de cultura chinesa anteriormente vistas.

1.2. Soft Power com características chinesas

O conceito criado por Joseph Nye em 1990 teve repercussão na academia e no discurso político chineses ainda no início daquela década. Wang Huning, renomado cientista político e assessor sênior do governo central chinês, é apontado como o responsável por introduzir, em 1993, os escritos de Nye na China (XIAO, 2017). Na interpretação de Wang Huning, *soft power* significa a cultura que representa o poder de um país, destacando que, das fontes de influência delineadas por Nye, a cultura é a que tem um papel particularmente importante para a China (SWEET, 2017).

Glaser e Murphy (2009, p. 11) afirmaram que as discussões sobre *soft power* na China tornaram-se mais sofisticadas depois que os acadêmicos começaram a analisar o *soft power* no contexto da sociedade chinesa atual e do desenvolvimento pacífico do país, que também pode ser denominado “*soft power* com características chinesas”. Essa questão ganha importância pois, conforme salientou Mingjiang Li (2008), entender como o *soft power* é discutido na China é um bom começo para entender a importância do conceito dentro da política externa chinesa.

Guozuo Zhang (2017), por sua vez, salientou que, com o crescimento do estudo e do interesse sobre o tema, era “o momento de se desenhar um esboço de pesquisa para o estudo do *soft power* cultural da China, de modo a prover uma base sólida para discussão para os acadêmicos chineses envolvidos” (ZHANG, 2017, p. 37, tradução nossa⁴⁰). E, já no prefácio da obra, Zhang (2017, p. ix) destacou: “o *soft power* cultural da China é radicalmente diferente daquele de Joseph Nye, em termos de seu princípio orientado para as pessoas, de suas categorias, de suas áreas principais e de seus problemas centrais” (tradução nossa⁴¹).

Uma das diferenças apontadas por Zhang (2017) diz respeito justamente à concepção de cultura presente no conceito de *soft power* de Nye, que seria somente um de seus elementos, ao lado dos ideais e da política. Segundo Zhang (2017, p. 12), “aparentemente, o entendimento de Nye sobre cultura é muito estreito: não existiriam valores políticos ou políticas externas sem

⁴⁰ No original: “Therefore, it is high time that a research outline was drawn for the study of China’s cultural soft power to provide a sound basis for discussion for the Chinese scholars concerned”.

⁴¹ No original: “In addition, it is made clear that China’s cultural soft power is radically different from Joseph Nye’s in terms of its principle of people orientation, its categories, major areas and central problems”.

cultura” (tradução nossa)⁴². Por isso, na China, a cultura é considerada o coração e a alma do *soft power* (KONG, 2015; ZHANG, 2017), e um recurso central de poder do Estado (GLASER; MURPHY, 2009). Hongyi Lai (2012) salientou que a cultura é tida como uma importante ferramenta para a China aumentar seu *soft power*, e que, por meio de trocas culturais, o país espera garantir ao mundo que é uma nação civilizada, responsável e confiável. A cultura recebe um foco tão central que o conceito de *soft power* quase equivale, no país, a “poder cultural” (CAO, 2011; DING, 2008). Como resultado da forte valorização do aspecto cultural do poder brando, o termo *soft power* vem sendo gradualmente substituído, na China, pelo de *cultural soft power*, sendo que a cultura aí incluiria valores do marxismo e do socialismo com características chinesas, e até mesmo elementos da cultura ocidental transformados e adaptados ao sistema cultural chinês (KONG, 2015).

Importante destacar que, segundo alguns autores, essa escolha de valorização do aspecto cultural do *soft power* pode ter outras razões do que somente um conceito mais amplo de cultura. Shaun Breslin (2012), por exemplo, também realçou o papel que a promoção da história e da cultura tem para o *soft power* chinês, principalmente por meio dos Institutos Confúcio e, em menor medida, da mídia e do cinema. Segundo o professor da *University of Warwick*, na Grã-Bretanha, e *fellow* da *Chatham House Asia Program*, os líderes chineses têm consciência de que a cultura e a prática políticas atuais do país podem mais assustar do que atrair ou tranquilizar observadores externos. O sistema político atual da China pode ser um problema em termos de projeção de imagem nacional, mas há uma crença de que a história do país oferece muita atratividade e é a chave do desenvolvimento do *soft power* chinês, concluiu o acadêmico (BRESLIN, 2012).

Na realidade, o termo *soft power* cultural vem substituindo tanto o de *soft power* como o de diplomacia cultural. Na obra de Zhang (2017), por exemplo, quando o autor fez um histórico de utilizações do *soft power* cultural por outros países, ele mencionou a diplomacia cultural britânica, sem questionar semelhanças ou diferenças dos termos. No caso chinês, ele afirmou que seu conceito diferencia-se do de Nye pois o *soft power* cultural chinês tem objetivos diferentes (enquanto a pesquisa de Nye visava a servir os interesses diplomáticos dos EUA e a defender seus objetivos hegemônicos, o propósito da pesquisa sobre *soft power* cultural da China é aumentar a força nacional abrangente, interna e externamente); e conotação mais ampla (a categoria de Nye limita-se ao apelo cultural, à atração de sistemas e valores políticos e à persuasão diplomática, ao passo que o conceito apresentado por Zhang salienta o

⁴² No original: “Apparently, Nye’s understanding of culture is too narrow: There would be no political values or foreign policies without culture”.

poder brando cultural). Portanto, o autor concluiu que a cultura tem um papel peculiar, insubstituível no *soft power* da China, sendo, além do coração e da alma, o próprio molde que enquadra todos os aspectos do *soft power* chinês (ZHANG, 2017). Ademais, o termo *soft power* cultural tem sido bastante utilizado por Xi Jinping, que afirmou que, “para construir uma sólida fundação para o *soft power* cultural da nação, a China precisa aprofundar a reforma de seu sistema cultural, promover os valores centrais do socialismo e fortalecer a indústria cultural” (tradução nossa⁴³). Yun Xiao (2017, p. 31) também destaca a difusão do conceito de *cultural soft power* na China, tanto na Internet (segundo o autor, uma pesquisa rápida no mecanismo de busca *Baidu* retornou mais de 2 milhões de resultados) quanto no governo, sendo usado como slogan por agentes nas mais diversas situações⁴⁴.

Quing Cao (2011) igualmente apontou diferenças entre o conceito de *soft power* chinês e o originalmente criado por Nye. Segundo o autor, a definição é distinta em duas formas cruciais: 1) Nye descreve o *soft power* primordialmente em termo de seus valores instrumentais – “*getting others to want the outcomes that you want*” –, enquanto a concepção chinesa enfatiza seu valor de comunicação – alcançar um entendimento sobre a imperatividade de construir uma cultura nacional e uma identidade fortes e coerentes como a base do *soft power* da China; 2) enquanto o conceito de Nye é dirigido para o exterior, objetivando exclusivamente mudar o comportamento de pessoas fora dos EUA, o conceito chinês é direcionado tanto para dentro quanto para fora, focando principalmente, contudo, em alterar prioridades e práticas domésticas para desenvolver recursos de *soft power*. Mais do que isso: segundo Cao (2011), o *soft power* chinês é concebido como uma parte integral e crucial da construção da cultura nacional, e sua projeção para o exterior é vista como uma extensão natural do esperado rejuvenescimento cultural chinês. Consequentemente, reviver valores tradicionais, fortalecer as infraestruturas de comunicação e principalmente desenvolver uma robusta identidade nacional constituem componentes centrais – e, portanto, características definidoras – do discurso oficial de *soft power* na China (CAO, 2011, p. 12).

Zhimin Chen e Lulu Chang (2013) também investigaram o debate sobre o conceito de *soft power* na China, constatando o aumento do interesse pelo tema na academia chinesa. Segundo os autores, de acordo com os dados de publicações acadêmicas na China nas áreas

⁴³ No original: “In order to build a solid foundation for the nation's cultural soft power, China needs to deepen the reform in its cultural system, promote socialist core values and push forward the cultural industry”. In: “China to promote cultural soft power”. **China Daily**, 01 jan. 2014. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-01/01/content_17208354.htm>. Acesso: 20 jun. 2017.

⁴⁴ Xiao (2017, p. 31) cita dois exemplos de uso de *cultural soft power* como slogan em situações bastante diversas: “Suiping County People’s Court of Law raises cultural soft power to build a clean government” e “Yangzhou Police cleverly uses cultural soft power to develop a strong team”.

militar, política e jurídica, entre 1990 e 2011, o número de artigos contendo as palavras “soft power” era 1022, enquanto o número de artigos contendo as palavras “hard power” era 30. Isso, segundo Chen e Chang (2013, p. 5), “indica que a pesquisa chinesa sobre poder se dedica com mais ênfase ao *soft power*” (tradução nossa⁴⁵). Os autores, no entanto, são críticos à teoria de Nye, pois, ao estabelecer que *hard power* é baseado em ameaças e persuasão e relacionado a recursos materiais militares e econômicos, enquanto *soft power* é baseado na atração e relacionado a recursos intangíveis como cultura, ideologia e instituições, o acadêmico americano acaba criando as simplistas conexões entre recursos tangíveis-coerção e recursos intangíveis-atração, omitindo relações muito mais complexas entre recursos de poder e suas aplicações (CHEN; CHANG, 2013). Segundo eles, Nye, em trabalhos posteriores, ao criar o termo *smart power*, avança na direção de que recursos tangíveis podem, em determinadas circunstâncias, produzir comportamento de *soft power*, ao passo que recursos intangíveis também podem, em certos casos, produzir comportamento de *hard power*. Isso, para Chen e Chang (2013), apesar de significar um avanço, não seria um desenvolvimento satisfatório da teoria de Nye, pois ainda carregaria algumas contradições: Nye não assevera que “o poder tangível e físico também pode produzir influência baseada na atração no geral (não somente em casos excepcionais), e que recursos intangíveis e não físicos também podem produzir influência em coerção no geral (não somente em casos excepcionais)” (CHEN;CHANG, 2013, p. 7, tradução nossa⁴⁶).

Chen e Chang (2013) afirmaram que Nye percebeu que recursos intangíveis podiam produzir comportamento coercitivo de *hard power*, mas ele não tinha um exemplo apropriado. Nye utilizava o caso da ameaça de uso da força militar: algo intangível – uma ameaça – que poderia gerar um comportamento de coerção, típico de *hard power*. Segundo os autores, porém, o uso da força não está envolvido nas ameaças militares, mas a eficácia das ameaças militares baseia-se na força militar; portanto, a ameaça militar é ainda uma forma coercitiva de usar o poder militar material (CHEN; CHANG, 2013, p. 8). Não obstante, eles destacaram que:

De fato, entre países do Terceiro Mundo, especialmente a China, que tem instituições diferentes das ocidentais, é fácil encontrar alguns exemplos nos quais recursos intangíveis são usados de modo coercitivo contra esses países. Países ocidentais geralmente tiram vantagem de seu poder discursivo na opinião pública internacional e usam declarações de políticos e notícias da

⁴⁵ No original: “This phenomenon indicates that Chinese research on power much more strongly focuses on soft power”.

⁴⁶ No original: “tangible and physical power can also produce influence based on attraction in general (not only in exceptional cases), and intangible and non-physical resources can also produce influence on coercion in general (not only in exceptional cases)”.

mídia para produzir uma imagem negativa de um país e demonizar seus competidores. Mais do que isso, países ocidentais colocam pressão moral sobre um país para forçá-lo a mudar suas políticas domésticas e externas, assim provocando o efeito de um ‘ataque suave’. Na história da RPC, a China sofreu muito desse uso coercitivo de recursos intangíveis (CHEN; CHANG, 2013, p. 8, tradução nossa⁴⁷).

Avançando nas análises de Nye, os autores trabalharam com as categorias de *soft power*, *soft hard power*, *hard power* e *hard soft power*, conforme exposto na **Figura 1**, abaixo:

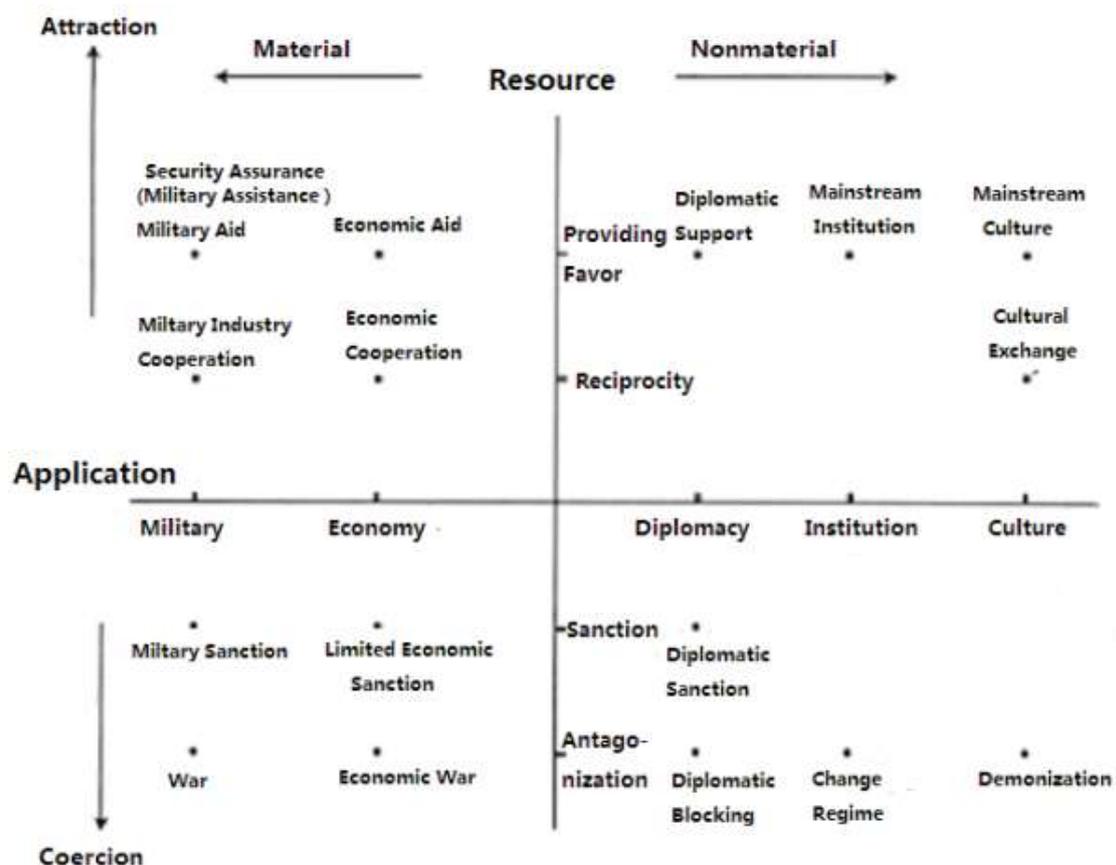


Figura 1: Categorias de Poder. Fonte: CHEN; CHANG, 2013, p. 10.

Segundo Chen e Chang, o *soft power* (quadrante de cima e da direita da **Figura 1**) é um tipo de poder que geralmente utiliza recursos não materiais e métodos de atração para

⁴⁷ No original: “In fact, among Third World countries, especially China, which has different institutions than Western countries, it is easy to find some examples where intangible resources are used in a coercitive way toward these countries. Western countries usually take advantage of their discursive power on international public opinion and use politicians’ statements and media reports to produce a negative image of a country and demonize its competitor. Beyond this, Western countries could put moral pressure on a country to force it to change its domestic and foreign policies, thus realizing the effect of a ‘soft strike’.¹⁷ In PRC’s history, China has suffered a lot from such coercive use of intangible resources”.

influenciar outros. Pode atuar tanto com reciprocidade, como no exemplo de intercâmbios culturais por meio da mídia, que podem promover entendimento e melhorar a comunicação; mas também com a concessão de benefícios: “um país pode desenvolver um nível maior de influência sobre outros quando oferece benefícios não recíprocos, como apoio diplomático, ou quando cultiva cultura e instituições de *mainstream*” (CHEN; CHANG, 2013, p. 10, tradução nossa⁴⁸). O *soft hard power* (quadrante de cima e da esquerda da **Figura 1**), por sua vez, é caracterizado pelo uso de recursos materiais para atração: o uso de *hard power* produz mais do que coerção, podendo também exercer atração, como por meio de ajuda militar e econômica, e da cooperação econômica, comercial e militar. Segundo os autores, à medida que a globalização e a democratização das relações internacionais aumentaram, o uso do *hard power* foi sofrendo mudanças significativas, uma delas sendo a passagem do uso *hard* para o *soft*. “O desenvolvimento do uso *soft* tanto do *hard* quanto do *soft power*, como uma das grandes estratégias do uso do poder, está em sintonia com as tendências atuais”, afirmam os autores (CHEN; CHANG, 2013, p. 11, tradução nossa⁴⁹), destacando que isso já foi notado por acadêmicos chineses.

Já o *hard power* (quadrante de baixo e da esquerda da **Figura 1**) é caracterizado pelo uso coercitivo do poder material para exercer influência. Segundo os autores, estão incluídas nessa categoria a guerra, as sanções militares leves, a guerra econômica total e as sanções econômicas limitadas. Finalmente, o *hard soft power* (quadrante de baixo e da direita da **Figura 1**) é um modo especial de usar o poder: ele emprega recursos brandos e não materiais para exercer influência de maneira coercitiva. Segundo os autores, um exemplo seria a coerção cultural exercida por meio de guerras de propaganda, que prejudicam a legitimidade dos regimes pela difamação e pela demonização (CHEN; CHANG, 2013).

Com base nas categorias acima, Chen e Chang (2013) afirmaram que a estratégia de poder da China baseia-se principalmente no uso atrativo do *hard power* econômico e em tipos diferentes de recursos de *soft power*, especialmente a política externa, com ênfase mais em defesa do que em uma tentativa de produzir efeitos externos. Assim, os autores fizeram algumas recomendações para melhorar a estratégia de poder da China, destacando que o país deve: 1) priorizar seu *hard power* econômico; 2) focar em melhorar seu *soft power*; 3) expandir gradualmente o uso *soft* do *hard power* militar; 4) aumentar seu *hard power* e *hard soft power*

⁴⁸ No original: “(...) a country can develop a higher degree of influence over others by offering non-reciprocal benefits such as diplomatic support, cultivating a mainstream culture and institutions”.

⁴⁹ No original: “The development of the soft use of both hard and soft power, as one of the grand strategies of power use, is in step with the trend of the times”.

para níveis condizentes com sua posição no mundo; 5) continuar a usar seu poder somente para fins defensivos, enquanto aumenta seus esforços para moldar o mundo exterior.

Dessa forma, percebe-se que a discussão acerca do *soft power* é um *hot topic* na China, segundo as palavras de Glaser e Murphy (2009, p. 11), tendo o conceito de Nye exercido um grande impacto na academia chinesa. Contudo, o conceito na China foi tomando dimensões próprias, seja na forma de “*soft power* com características chinesas”, como colocam Glaser e Murphy (2009, p. 11), seja no desdobramento de novas categorias de *soft power*, *soft hard power*, *hard power* e *hard soft power*, como fazem Chen e Chang (2013). A seguir, serão expostos os debates acerca do conceito de diplomacia cultural, como ele se relaciona com os de *soft power* e de diplomacia pública e, mais adiante, quais as nuances que o termo adquire na academia chinesa. Finalmente, buscar-se-á verificar se há, de fato, um modelo chinês de diplomacia cultural.

1.3. Um modelo de diplomacia cultural chinesa?

Nas duas seções anteriores, foram apontados alguns traços distintivos da diplomacia cultural chinesa, como a utilização de uma ideia bastante abrangente de cultura e a valorização do elemento cultural do *soft power*, a ponto de ser cunhado o termo *soft power* cultural. Agora, serão investigados mais alguns aspectos que podem contribuir para a análise acerca da existência de um modelo chinês de diplomacia cultural, principalmente com relação às categorias das ações de diplomacia cultural; à função doméstica do *soft power* cultural na defesa e promoção de segurança e soberania culturais; e à distinção entre diplomacia pública e propaganda.

Segundo Hongyi Lai (2012), os esforços da diplomacia cultural chinesa podem ser divididos em três categorias: 1) programas culturais oficiais formais visando a melhorar a imagem internacional e a influência da China; 2) programas de intercâmbio cultural e de promoção de exportações culturais; e 3) a promoção do aprendizado do mandarim e dos estudos da China. Alguns exemplos dessas ações, que serão melhor estudados no capítulo seguinte, incluem a ampliação dos Institutos Confúcio, que ensinam a língua chinesa e servem de plataforma para exposições de arte e cultura (NYE, 2012); a amplificação da presença global da China por meio de serviços de radiodifusão internacionais (ALBERT, 2017); a divulgação da cultura chinesa no exterior (KONG, 2015); assim como a forte promoção de intercâmbios culturais (XIAO, 2017).

As ações chinesas de diplomacia cultural citadas anteriormente correspondem a ações também desenvolvidas por governos de outros países. A título de exemplo, como expõe Edgard Telles Ribeiro (2011) sobre a diplomacia cultural brasileira, em livro publicado pela primeira vez em 1989, entre os métodos de atuação da diplomacia cultural, incluem-se: intercâmbio de pessoas; promoção da arte e dos artistas; ensino de língua, como veículo de valores; apoio a projetos de cooperação intelectual; e o apoio a projetos de cooperação técnica. Assim, não há, nas formas de atuação, tantas diferenças entre os dois países com relação aos modelos tradicionais de diplomacia cultural.

Um dos aspectos relevantes da diplomacia cultural chinesa, já mencionado anteriormente, que poderia constituir um de seus traços distintivos, é utilização dupla do *soft power* cultural, tendo a cultura funções para dentro e para fora da China. Isso relaciona-se com questões referentes à segurança e à soberania culturais. Em artigo sobre a projeção cultural chinesa, Jeffrey Gil (2015) afirmou que, no século XXI, a China mudou de uma postura que somente tenta proteger sua cultura de influências externas para outra que busca projetar a cultura chinesa de modo a defender seus interesses e influência. Mas destacou: a perspectiva de proteger a cultura chinesa de influências do mundo ainda segue viva.

Nesse sentido, alguns autores até mesmo relacionaram o empenho chinês na construção de seu *soft power* com questões de incertezas internas. Segundo Jukka Aukia (2014, p. 72), no discurso chinês, o *soft power* cultural enfrenta os desafios da modernização por meio da ênfase na segurança cultural, em meio à globalização da construção da imagem nacional através do exemplo. Assim, o autor apontou a natureza dualística do *cultural soft power* chinês: resolver problemas de imagem da China internacionalmente, ao mesmo tempo em que protege a cultura chinesa domesticamente dos perigos de uma ameaça cultural do ocidente. Isso, continuou Aukia (2014), seria uma resposta de uma nação em busca de si mesma, ainda se debatendo com um senso de inadequação derivado de uma dominação histórica do ocidente. Kingsley Edney (2016) foi além: o desejo da China por *soft power* seria movido por inseguranças psicológicas e materiais. Trabalhando com o conceito de segurança de regime – a condição na qual as elites políticas estão seguras com relação a mudanças violentas em seu governo – o autor salientou que as duas principais fontes de insegurança para as autoridades chinesas são a falta de legitimidade e a falta de coesão nacional. Edney (2016) afirmou que a segurança do regime do Partido Comunista Chinês é ameaçada pelo desafio ideológico do ocidente, mas também por fontes alternativas de autoridade fora do partido, em especial na periferia da China. O autor comentou ainda que, apesar de o status de Estado autoritário em um mundo dominado por normas liberais-democráticas ser frequentemente apresentado como uma limitação ao *soft*

power da China, esse perfil de *outsider* ideológico é um incentivo para o país desenvolver seu *soft power*. O foco chinês em fatores domésticos não é simplesmente um indicador da falta de *soft power* chinês, mas releva também uma diferença qualitativa entre os tipos de insegurança que influenciam a abordagem chinesa de *soft power* e os que podem influenciar uma democracia liberal ocidental (EDNEY, 2016).

Outros estudiosos destacaram o caráter integrado do *soft power* cultural chinês, o que Da Kong (2015, p. 76) – em sua tese sobre a diplomacia cultural chinesa por meio de empréstimos de exposições para museus de Londres, defendida em 2015 na Universidade de Leicester, Reino Unido – chamou de princípio de mão-dupla, ou mútuo, da diplomacia cultural chinesa: o entendimento duplo do *soft power* determina o desenvolvimento cultural interno e a promoção cultural externa como dois igualmente importantes componentes da diplomacia cultural chinesa. Ou, como colocaram Glaser e Murphy (2009, p. 20), a perspectiva chinesa de *soft power* é holística: os aspectos domésticos e de política externa no desenvolvimento do *soft power* são concebidos como um todo orgânico.

Nesse sentido, Zhang (2017) destacou essa perspectiva interna, afirmando que o *soft power* cultural pode afetar a coesão, a solidariedade e a estabilidade de longo-prazo da China, sendo parte intrínseca da força nacional abrangente do país. O autor mencionou o colapso da União Soviética (oficialmente extinta em 31 de dezembro de 1991), o caos político subsequente no Leste Europeu, a Revolução das Cores (a partir dos anos 2000) e a Primavera Árabe (em 2011), ressaltando que, apesar de existirem razões diferentes em cada evento, todos eles começaram com o colapso da defesa ideológica e do *soft power* cultural.

A análise fica ainda mais complexa quando a ela se adiciona um componente de grande fluidez: a Internet. Segundo Beina Xu e Eleanor Albert (2017), alguns sites considerados pelo governo chinês como potencialmente perigosos – como *Wikipedia*, *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e alguns serviços do *Google* – são totalmente bloqueados ou temporariamente “derrubados” durante períodos de controvérsia, como o dia 4 de julho, aniversário do massacre da Praça Tiananmen ou os protestos de Hong Kong que ficaram conhecidos como a Revolução dos Guarda-Chuvas. Um estudo de Harvard, coordenado por Gary King, Jennifer Pan e Margaret Roberts (2017), estimou que o governo usou mais de 2 milhões de blogueiros e usuários de mídias sociais para fabricar e postar cerca de 448 milhões de comentários por ano⁵⁰ – comentários que valorizavam os atos do governo, os símbolos do regime e a história

⁵⁰ Os autores trabalharam com documentos do *Internet Propaganda Office* (um setor do Departamento de Propaganda) do distrito de Zhanggong, na China, vazados por um *blogger* anônimo em dezembro de 2014. Os dados referiam-se aos anos de 2013 e 2014, e, por meio de extrapolações, os autores estimaram a dimensão e o alcance dessa produção de *posts* coordenada pelo Estado chinês.

revolucionária do Partido Comunista Chinês. O estudo interpretou tais medidas como um esforço do partido para desviar a atenção de ações coletivas e de queixas e negatividade em geral (KING *et al*, 2017).

Mas mesmo nesse ponto é necessário observar outras perspectivas. Em livro de 2012 intitulado **Cyber-nationalism in China – challenging Western media portrayals of Internet censorship in China**, Ying Jiang, da Universidade de Adelaide, Austrália, analisou como blogueiros chineses, que abraçaram o consumismo e que tendem a ser apáticos com relação à política, demonstraram paixão política e reagiram raivosamente à cobertura feita pela mídia ocidental sobre questões de censura na China.

Daya Kishan Thussu (2018), por sua vez, apontou outras formas de analisar a relação entre Internet e relações culturais chinesas internacionais. Segundo o acadêmico, a interação da China com ideias ocidentais sempre se deu de forma complexa, como no caso das versões chinesas do comunismo e do capitalismo. Assim, Thussu (2018) afirmou que, com relação ao capitalismo digital, a China também adotou sua própria versão, que o autor chamou de cyber-capitalismo com características chinesas. Esse cyber-capitalismo chinês teria como características a alta prioridade à cyber-soberania, criando o maior mercado online para uma *sino-esfera* global; o estabelecimento de propriedades cibernéticas nacionais, protegidas da competição com gigantes digitais globais por meio de regimes regulatórios rigorosos; e a globalização das corporações digitais da China. Assim, concluiu Thussu (2018), enquanto os debates internacionais acerca da Internet chinesa têm focado nos problemas relacionados à censura, o governo da China e suas corporações cibernéticas cada vez mais globalizadas vêm fortalecendo sua presença mundial: além de a China ser o único país do mundo com suas próprias versões do *Google*, *Facebook*, *Amazon*, *Twitter* e *WhatsApp*, companhias chinesas como *Baidu*, *Huawei*, *Xiaomi*, *Tencent* e *Alibaba* estão cada mais globais.

Para deixar claro: a defesa de uma análise que leve em conta outras perspectivas não significa, de modo algum, uma relativização da condenação da censura praticada pela China. Como já se afirmou, essa dissertação tem como um de seus fundamentos a crença no potencial transformador da cultura, que pode reduzir preconceitos e aproximar povos, o que dificilmente ocorrerá enquanto governos repreenderem e limitarem expressões culturais de seus cidadãos. E isso, além dos diversos casos já mencionados, fica evidente também nos discursos teóricos produzidos na China. Um exemplo é a obra já mencionada de Guozuo Zhang (2017), financiada com recursos do Ministério das Finanças da República Popular da China, onde se lê o seguinte, no tocante à Internet:

Para manter a estabilidade social e política ou a segurança da ideologia *mainstream*, nós devemos também compreender características da Internet – sua rapidez, estado de alerta, multiplicidade de atores e facilidade de promulgação da informação – e tomar medidas para assumir o controle do direito de fala e ascender às alturas do comando da opinião pública (ZHANG, 2017, p. 8, tradução nossa⁵¹).

Entretanto, Zhang (2017) afirmou também que limitações e controles não precisam resultar em fechamento completo para influências externas. Para o autor, é imperativo que a China não só aprimore os valores socialistas fundamentais como também aprenda de culturas avançadas com uma mente aberta, sob a condição de que a segurança das ideologias nacionais seja resguardada. Dessa forma, concluiu, deve-se tirar proveito da diversidade de culturas no mundo, ao mesmo tempo em que se protegem os valores socialistas fundamentais. Nesse sentido, percebe-se que a diplomacia cultural da China é vista como uma estratégia fundamental para compensar a hegemonia cultural dos países ocidentais e para contrabalancear a modernização cultural e a ocidentalização dentro da China (KONG, 2015).

Essa participação intensa do Estado chinês na construção da diplomacia cultural do país é outro aspecto constantemente mencionado na literatura especializada, inclusive com dúvidas acerca da tênue distinção existente, no país, entre diplomacia cultura e propaganda. E esses debates acerca de uma excessiva ingerência do governo chinês vêm levantando questionamentos sobre a efetividade dos esforços chineses de valorizar seu *soft power* cultural.

Há quem afirme que isso pode limitar a capacidade de a sociedade chinesa se desenvolver livremente. David Shambaugh (2015, tradução nossa⁵²), por exemplo, destaca que “enquanto o sistema político [da China] negar, em vez de permitir, o desenvolvimento humano livre, seus esforços de propaganda enfrentarão uma batalha difícil”. Joseph Nye, na já mencionada entrevista a Zhang (2017), seguiu na mesma linha: se a China quiser fortalecer seu *soft power*, “seu controle sobre a cultura, a mídia e a opinião pública deve diminuir” (tradução nossa⁵³). Outros questionam se de fato o que é divulgado pelo governo chinês condiz com a realidade: para Elizabeth Economy, do *Council of Foreign Affairs*, por exemplo, “se as

⁵¹ No original: “In maintaining the social and political stability or the security of the mainstream ideology, we must also fully realize the characteristics of the Internet – its swiftness, alertness, multiplicity of the actors, and easiness of the promulgation of information – and take measures to assume control of the right to speak and rise to the commanding heights of public opinion”.

⁵² No original: “So long as [China’s] political system denies, rather than enables, free human development, its propaganda efforts will face an uphill battle”.

⁵³ No original: “If China is to boost its soft power, its control over culture, media and public opinion should be relinquished”.

narrativas chinesas não abordarem as deficiências do país, torna-se muito difícil vender a ideia da China como fornecedora de valores atrativos” (*apud* ALBERT, 2017, tradução nossa⁵⁴).

Segundo Da Kong (2015), o engajamento ativo do governo chinês em transmitir suas iniciativas de diplomacia cultural aumenta o risco de elas serem relacionadas com propaganda, o que acaba prejudicando a efetividade dessas medidas. E um reflexo disso, destacou Kong (2015), pode ser percebido nas críticas recebidas pelos Institutos Confúcio. Nesse ponto, Jeffrey Gil (2015), em estudo específico sobre os Institutos Confúcio, também reconheceu essas críticas – de que os IC seriam mecanismos de propaganda do governo chinês. Embora tenha afirmado que, até onde pôde investigar, não encontrou evidências para apoiar essas suspeitas, salientou que o fato dessas preocupações existirem pode, por si só, ter um efeito limitador no projeto dos IC⁵⁵ (GIL, 2015, p. 221).

Na já mencionada entrevista conduzida por Guozuo Zhang (2017) – ele próprio ex-vice-diretor do Escritório Teórico do Ministério de Propaganda da China – com Joseph Nye, um dos aspectos discutidos foi a questão da propaganda. Zhang contestou algumas críticas de Nye a questões de democracia e direitos humanos na China, dizendo que há opiniões e versões divergentes sobre esses conceitos. Ao que Nye respondeu: “nenhuma propaganda é a melhor propaganda. Eu não acredito que essa fala vazia na propaganda da China tenha muita audiência internacionalmente” (Zhang, 2017, p. 99, tradução nossa⁵⁶). Zhang, por sua vez, afirmou que, apesar de diferenças no conteúdo ou no padrão, propaganda é essencial para qualquer Estado ou partido, e que quando os candidatos à presidência dos EUA estão tentando ganhar publicidade, isso é propaganda também. Mas concluiu: “Sim, é verdade que nós devemos acompanhar os tempos e melhorar o conteúdo ou o modo como nossa publicidade ou propaganda funciona, para deixá-la mais atraente” (ZHANG, 2017, p. 99, tradução nossa⁵⁷).

Há também um aspecto conceitual que pode tornar ainda mais complexa essa questão. Segundo Falk Hartig (2016), na China, em vez do conceito estrangeiro de diplomacia pública, prefere-se usar os nativos *duiwai xuanchuan* ou *wai xuan*, que podem ser traduzidos como “propaganda externa”, bastante relacionados com o uso crescente da mídia de massa. Nesse sentido, o acadêmico salientou que, diferentemente do que ocorre no ocidente, o termo *xuan chuan* (propaganda) tem uma conotação positiva, associado a atividades favoráveis como a

⁵⁴ No original: “If China’s narratives don’t address the country’s shortcomings, it becomes very hard to sell the idea of China as a purveyor of attractive values”.

⁵⁵ Os Institutos Confúcio serão analisados com maior profundidade no próximo capítulo.

⁵⁶ No original: “No propaganda is the best propaganda. I don’t believe that the empty talk in China’s propaganda has much audience internationally”.

⁵⁷ No original: “Yes, it is true that we should really keep up with the times and improve steadily the content or way of our publicity or propaganda work in order for it to become appealing”.

divulgação de notícias, a formação da ideologia e até mesmo a publicidade (HARTIG, 2016, p. 13).

Hartig (2016) também destacou outro possível ponto distintivo da diplomacia cultural chinesa. Fazendo a análise desde a perspectiva da diplomacia pública, o autor afirmou que, na China, esta é vista mais como um instrumento para alcançar objetivos estratégicos e funcionais do que como um instrumento de mutualidade. Ou seja: enquanto o discurso não-chinês foca na mutualidade, intercâmbio e comunicação recíproca (pelo menos na teoria), a China está mais preocupada em divulgar sua mensagem e em convencer o mundo de suas intenções positivas (HARTIG, 2016). Um dos motivos para isso, segundo Hartig (2016), é o entendimento dominante entre os acadêmicos chineses acerca da importância estratégica da cultura na condução da diplomacia pública chinesa. Assim, a cultura não é vista somente como uma parte importante do poder nacional abrangente, mas também, e muito mais, como um instrumento efetivo na luta de poder e interesse entre as nações, a ser usado para atrair sociedades e pessoas de outros países.

Hartig (2016) ainda ponderou que essa visão realista da cultura – como um instrumento para perseguir interesses próprios competitivos – pode parecer um tanto incomum para alguns observadores ocidentais, especialmente onde a cultura é oficialmente vista como um instrumento positivo usado para conduzir intercâmbios culturais apolíticos, feitos ou para o seu próprio bem ou em um contexto mais idealista de intercâmbio e engajamento igualitários. A China, por sua vez, tem uma abordagem mais pragmática, que pode ser explicada pela perspectiva do país acerca de uma opinião pública global cética (HARTIG, 2016). Mas é também bastante relevante a ressalva feita pelo acadêmico, com relação aos debates de diplomacia pública: conceitualmente, a ideia da nova diplomacia pública realça uma mudança em direção a um maior diálogo e engajamento; entretanto, na prática, as estratégias de diplomacia pública seguem numa abordagem simplista de comunicação em sentido único, que somente foi atualizada com novos métodos de divulgação – redes sociais, por exemplo (HARTIG, 2016).

Esse ponto conduz o estudo para questionamentos centrais. Haveria, de fato, diferenças suficientes para caracterizar um modelo chinês de diplomacia cultural? Na prática, a China usa instrumentos de diplomacia pública e cultural semelhantes aos de outros países, incluindo a utilização de mídia internacional, intercâmbios acadêmicos, exposições internacionais de cultura e de arte, e institutos culturais no exterior (LAI, 2012; KONG, 2015). Existem algumas diferenças de foco e de ênfase nas ações da diplomacia pública e cultural, como observa Hartig (2016), as quais podem se dar, entretanto, mais na retórica do que na prática.

Por outro lado, há peculiaridades relevantes nas concepções chinesas de *soft power* e diplomacia cultural. Algumas das características distintivas da diplomacia cultural chinesa são: a valorização da cultura no conceito de *soft power* – resultando no conceito de *soft power* cultural; um discurso mais pragmático quanto à utilização da cultura como instrumento de poder; uma maior centralidade do Estado nas ações de diplomacia cultural – que tem maior controle na escolha das narrativas que serão divulgadas externamente e que decide o que entrará no país; a distinção menos evidente entre diplomacia pública e propaganda; e a utilização da diplomacia cultural também para objetivos de segurança cultural e coesão internas. Talvez elas não sejam suficientes para demonstrar a existência de um modelo chinês de diplomacia cultural, mas são suficientes para demonstrar que há pontos que exigem uma análise mais atenta e profunda, levando em consideração as perspectivas chinesas sobre conceitos que podem ter sentidos diferentes daqueles presentes na literatura tradicional. Este é um motivo a mais para justificar a realização deste estudo, que, no próximo capítulo, passará a investigar a diplomacia cultural chinesa em ação.

CAPÍTULO 2 – DIPLOMACIA CULTURAL CHINESA: INSTRUMENTOS DA ESTRATÉGIA GLOBAL

Neste capítulo, serão analisados os principais instrumentos da diplomacia cultural chinesa: a mídia, o cinema e os Institutos Confúcio (IC). Busca-se, com isso, compreender as ações empreendidas pelo governo chinês para colocar em prática a sua diplomacia cultural. Pretende-se, igualmente, analisar as percepções e reações de atores do sistema internacionais diante de tais instrumentos da diplomacia cultural chinesa.

2.1. Mídia Chinesa: novas perspectivas de informação ou maior alcance da versão oficial?

Nesta seção, serão analisados os principais componentes da mídia chinesa, como eles se posicionam dentro da estratégia mais ampla de diplomacia cultural do país, o processo de internacionalização pelo qual vêm passando, bem como críticas recebidas e resultados alcançados.

A presente seção iniciar-se-á pela contextualização do processo de *going-out* da mídia chinesa. Em discurso proferido em um simpósio com intelectuais, em maio de 2016, o presidente chinês Xi Jinping afirmou que, após a China ter resolvido as questões de sua população ter sido vítima da fome e da violência externa, era o momento de o país resolver o problema de ser vítima de repreensão da comunidade internacional, sugerindo que um novo sistema de discurso deveria ser desenvolvido para facilitar o entendimento mútuo entre a China e o mundo e para, em última análise, promover o *soft power* da China (HU; JI; GONG, 2018).

Segundo Wanning Sun (2015), enfrentar as discrepâncias entre como a China se vê e como ela é vista pelo mundo tornou-se a mais importante *raison d'être* da diplomacia pública chinesa. A relação entre a expansão da mídia e o empenho em contar a história da China para o mundo ficou bastante visível neste outro discurso de Xi Jinping, proferido em 2014:

Para fortalecer o *soft power* da China, o país precisa construir sua capacidade em comunicação internacional, construir um sistema de comunicação, usar melhor as novas mídias e aumentar a criatividade, a atratividade e a credibilidade da publicidade da China. As histórias da China devem ser bem contadas, as vozes da China devem ser bem divulgadas, e as características da China, bem explicadas (tradução do autor⁵⁸).

⁵⁸ No original: “To strengthen China's soft power, the country needs to build its capacity in international communication, construct a communication system, better use the new media and increase the creativity, appeal

De acordo com Sun (2015), uma consciência sobre a necessidade de enfrentar essa diferença de percepção começou a crescer ainda na década de 1990, mas aumentou muito em 2008, seguindo o sucesso da China em sediar as Olimpíadas de Pequim e o fracasso em convencer o mundo ocidental de seu pleito sobre o Tibete, bem como o modo pelo qual lidou com questões de direitos humanos relacionadas ao caso tibetano. Assim, em 2009, o governo chinês decidiu acelerar a iniciativa de internacionalização da mídia, anunciando um financiamento de cerca de US\$ 6 bilhões para esse fim (HU; JI, 2012). Como consequência, no início de 2010, os “Quatro Grandes” veículos de mídia de Pequim – *Xinhua News Agency*, *China Central Television (CCTV)*, *China Radio International (CRI)* e *China Daily/Global Times* – revelaram novos lançamentos de suas vertentes internacionais (SHAMBAUGH, 2013, p. 181). Não por acaso, d’Hooghe (2015) afirmou que o governo chinês considerava a mídia como o maior instrumento da diplomacia pública chinesa. Dessa forma, para compreender melhor essa expansão, serão analisados, a seguir, cada um desses “Quatro Grandes” veículos de mídia de Pequim.

A *Xinhua News Agency* é a maior agência de notícias da China, sendo considerada, inclusive, a maior agência de notícias localizada em um país não pertencente à OCDE⁵⁹ (HARTIG, 2015b). Atualmente, a *Xinhua* tem mais de 180 escritórios internacionais – superando, assim, o número de escritórios internacionais da *AP*, *Reuters* e *AFP* – com mais de 3 mil correspondentes e funcionários recrutados localmente, publicando notícias em oito idiomas (chinês, inglês, francês, russo, espanhol, árabe, português e japonês) e disponibilizando programas de áudio, vídeo e fotografia 24 horas por dia (ZHOU; WU, 2018; YANG, 2018). Além disso, em 2015, a *Xinhua* unificou suas diversas plataformas nas mídias sociais sob a nova marca, a *New China*, destacando a importância de construir uma agência de notícias online para aumentar sua influência por meio das novas mídias (FENG, 2018).

A *China Central Television (CCTV)* é outro importante instrumento da internacionalização da mídia chinesa. A promoção da televisão chinesa começou na década de 1980 – coincidindo com as políticas governamentais de reforma e abertura —, sendo marcada

and credibility of China's publicity. The stories of China should be well told, voices of China well spread, and characteristics of China well explained”. China to promote cultural soft power. **China Daily**, 01 jan. 2014. Disponível em: <http://usa.chinadaily.com.cn/china/2014-01/01/content_17208365.htm>. Acesso: 21 abr. 2018.

⁵⁹ “A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) constitui foro composto por 35 países, dedicado à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Suas reuniões e debates permitem troca de experiências e coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental”. Fonte: O Brasil e a OCDE. **Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15584-o-brasil-e-a-ocde>>. Acesso: 09 mai. 2018.

pelo desenvolvimento de uma televisão via satélite (HU; JI; GONG, 2018). A CCTV foi descrita em 2008 pelo então presidente Hu Jintao como uma importante janela por meio da qual os chineses podiam aprender sobre o mundo exterior e o mundo exterior podia aprender sobre a China (SI, 2014). A *CCTV* lançou seu primeiro canal 24 horas em inglês em 2000, e, atualmente, além de ter mudado seu nome para *China Global Television Network (CGTN)* em dezembro de 2016, transmite em seis canais, dois em inglês e os outros em árabe, francês e espanhol⁶⁰. Além disso, a *CGTN* começou a operar centros regionais de notícia pelo mundo, numa tentativa de oferecer perspectivas diferentes para histórias locais e de vocalizar as perspectivas chinesas sobre assuntos internacionais. Os dois centros no exterior – *CCTV America*, em Washington D.C., e *CCTV Africa*, em Nairóbi, ambos montados em 2012 – possuem estúdios de alta tecnologia e empregam jornalistas chineses bem como correspondentes e âncoras de notícias internacionais (HU; JI; GONG, 2018). Além disso, em 2016, a *CCTV* transmitiu em 171 países estrangeiros, tendo assinado acordos de cooperação com cerca de 70 instituições de mídia estrangeira – entre elas a *Austrian Broadcasting Corporation* e a *BBC Worldwide, British Film and Television Production Association* – e acordos de intercâmbio de notícias com centenas de instituições estrangeiras de mídia (HU; JI; GONG, 2018).

Outro meio relevante de difusão de conteúdo é o *CCTV News Content* (criado em janeiro de 2011), que produz seus próprios vídeos de notícias culturais, econômicas, sociais e políticas, fornecendo-os para outras transmissoras do mundo todo – entre elas, *CNN, BBC, NBC, NHK, KBS*. Em 2015, os materiais de vídeos produzidos pela *CCTV News Content* foram usados por quase 1.700 canais de TV de 92 países e regiões (HU; JI; GONG, 2018).

Em 2017, a *CGTN* já tinha uma audiência de 200 milhões de telespectadores fora da China, bem como mais de 50 milhões de seguidores no *Facebook* – um dos maiores contingentes para uma agência de notícias no mundo (THUSSU; DE BURGH; SHI, 2018). E essa aceleração da internacionalização da *CGTN* se deu em contraste com o momento vivido pelas redes midiáticas ocidentais, que vêm fechando escritórios internacionais (HU; JI; GONG, 2018).

Outro importante veículo é a *China Radio International (CRI)*. Fundada em 1941 e operada pelo Estado chinês, é a única rádio chinesa transmitida no exterior⁶¹. Desde o início, a *CRI* tinha o objetivo de transmissões voltadas para o exterior: seu primeiro programa foi em

⁶⁰ CCTV to launch CGTN. **CGTN America**, 30 dez. 2016. Disponível em: <<https://america.cgtn.com/2016/12/30/cctv-to-launch-cgtn>>. Acesso: 20 jun. 2017.

⁶¹ About China Radio International. **CRI English**. Disponível em: <<http://english.cri.cn/11114/2012/09/20/1261s723239.htm>>. Acesso: 21 abr. 2018.

japonês, pois foi produzido durante e por causa da guerra de resistência da China contra a agressão japonesa (HUANG, 2018). Atualmente, a CRI é uma entidade multimídia que transmite em 65 idiomas no exterior, que a torna a organização de mídia com o maior número de idiomas do que qualquer outro veículo *mainstream* de mídia, e a segunda maior rádio do mundo, atrás apenas da *BBC Radio* (YANG, 2018; HUANG, 2018). Além disso, também está ampliando seus serviços com novos desenvolvimentos em tecnologia da informação, como o *CRI Online*. Segundo Kuo Huang (2018), visando ao objetivo de tornar-se um grupo de mídia internacional inovativo, abrangente e moderno, a *CRI* começou o processo de transição de uma organização de mídia de uma só plataforma para um grupo integrado de mídia, incorporando todos os meios de comunicação em massa, mudando o foco, anteriormente em comunicação tradicional, para as novas mídias, bem como passando de uma instituição com base na China para um grupo midiático internacional.

Além de atuações em parceria com rádios de outros países, a *CRI* passou, a partir de 2006, a montar estações de rádio internacional, sendo a primeira delas em Nairóbi, Quênia⁶². Ao final de 2015, a *CRI* já tinha cerca de 130 estações de rádio no exterior e acordos de cooperação com 160 canais no mundo; além disso, a *CRI* estabeleceu seis escritórios regionais no exterior, mais 32 escritórios de correspondentes e 4.112 *audience clubs* (HUANG, 2018).

Há na China dois jornais publicados em inglês direcionados para audiências internacionais: o *China Daily* e o *Global Times*. O *China Daily* é o mais antigo, de 1981, e de maior circulação, mas o *Global Times*, que derivou do *People's Daily*, vem ganhando parte do mercado. Além disso, ambos têm sites bastante informativos (SHAMBAUGH, 2013).

Em 2010, o *China Daily* passou por um “relançamento”, visando a aumentar seu público doméstico e a ampliar sua presença internacional (SHAMBAUGH, 2013). Segundo seu site oficial, a circulação global do *China Daily* é de 900 mil exemplares, sendo 600 mil distribuídos no exterior, para cerca de 45 milhões de leitores, nas versões impressa e digital, no mundo todo⁶³. Ainda de acordo com seu site, além da China, o jornal é publicado em Hong Kong, EUA, Canadá, bem como em países da Europa, Ásia, África e América Latina, sendo as edições distribuídas para governos, embaixadas, consulados, *think tanks*, universidades, instituições financeiras, corporações transnacionais, organizações internacionais, hotéis e leitores de alta renda. Há três versões com edições diárias – o *China Daily*, publicado na República Popular da China, o *China Daily Hong Kong* e o *China Daily USA* —, bem como edições semanais para

⁶² Idem.

⁶³ About Us. **China Daily**. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/static_e/aboutus.html> Acesso: 05 mai. 2018.

Ásia, Europa, América do Norte, África e América Latina, além do *China Watch*, um suplemento mensal publicado no *Washington Post*, *Los Angeles Times* e *Daily Telegraph*, de Londres (HARTIG, 2018). Além disso, o aplicativo para celulares e *tablets* do *China Daily*, lançado em 2009, já tinha mais de 5 milhões de leitores em mais de 180 países/territórios em 2016 (MI, 2018).

Em seu capítulo sobre o *China Daily* no livro **China's media go global**, organizado por Daya Kishan Thussu, Hugo de Burgh e Anbin Shi e publicado no início de 2018, Falk Hartig (2018) afirmou que o jornal pertence ao *People's Daily*, o principal jornal em mandarim da China, sendo, por isso, descrito como porta-voz do Partido em seus esforços para se comunicar com o mundo exterior. Além disso, como o controle sobre o *China Daily* é exercido pelo Departamento de Publicidade do Partido Comunista Chinês – com ocorre com outros jornais chineses – alguns autores, como Lanigan (2015), descrevem o *China Daily* como um esforço de propaganda do governo central, por meio de reportagens jornalísticas, sobre políticas governamentais e assuntos sociais cotidianos. Outros autores, como Liu (2011), afirmam que, apesar dessa proximidade com o Partido, o *China Daily* é considerado como levemente mais liberal do que outros jornais em mandarim. Hartig (2018) comentou a experiência de um jornalista alemão que participou de um programa de intercâmbio jornalístico entre Alemanha e China em 2009, tendo trabalhado no *China Daily*, e que descreveu o jornal como parcialmente capaz de fornecer notícias de modo informativo e profissional; só parcialmente porque, especialmente quando tratando de tópicos considerados sensíveis para o governo, como Tibete e Taiwan, o jornal funcionava como um balcão de venda das políticas oficiais do Partido.

Apesar de também ser controlado pelo *People's Daily* – conhecido por seus leitores fortemente nacionalistas (SHAMBAUGH, 2013; THE CHINESE, 2010), o *Global Times* não segue rigorosamente a mesma linha. Lançado em 2009 já em inglês, o *Global Times* foi considerado pela revista britânica *The Economist* uma “inovação notável”, fugindo do nacionalismo do *People's Daily* e até mesmo noticiando eventos que são do tabu na China – o *Global Times*, por exemplo, foi o único jornal chinês a noticiar o aniversário dos protestos na praça Tiananmen, e sua repressão, em 1989 (THE CHINESE, 2010). Em 2013, o *Global Times* lançou uma edição bilíngue nos EUA, com 16 páginas em chinês e 24 páginas em inglês, impressas em Los Angeles, Estados Unidos, tornando-se o primeiro jornal da RPC a publicar versões diárias em chinês e em inglês, nos EUA, ao mesmo tempo (MI, 2018).

No geral, as críticas feitas à mídia chinesa são as mesmas que serão destacadas no caso dos outros instrumentos de diplomacia cultural chinesa analisados nesta dissertação: os veículos de comunicação seriam porta-vozes do governo chinês e meios de disseminação de propaganda

do Partido Comunista Chinês. Sun (2015) afirmou que a expansão e a internacionalização da mídia chinesa foram feitas visando a contar a história da China para o mundo e a diminuir as discrepâncias de percepção entre o que a China pensa de si e o que o mundo pensa da China, mas que, ironicamente, porém não surpreendentemente, as ações da China acabaram se tornando uma nova fonte de ansiedade para o ocidente.

A intensa presença da *CGTN* na África, onde a China tem um de seus escritórios regionais, também foi objeto de diversos estudos acadêmicos. Vivien Marsh (2016), em pesquisa na qual comparou o programa *Africa Live*, da *CCTV Africa*, com o programa *Focus on Africa*, da *BBC World News TV*, afirmou que, apesar de a *CCTV* mostrar sinais de que está desenvolvendo uma alternativa ao olhar ocidental – que reduziria a África a conflitos e fome –, os temas e os interesses chineses têm um efeito desproporcional na agenda editorial do veículo. Já Iginio Gagliardone (2013) argumentou que a *CCTV Africa*, em seus esforços para promover o *soft power* chinês – não está atuando por meio da promoção direta de uma narrativa alternativa sobre a China, mas, sim, pela proposta de novos meios de olhar para a África. Zhang Yanqiu e Simon Matingwina (2016) também afirmaram que a *CCTV Africa* tem, em larga medida, conseguido abordar temas africanos de uma perspectiva nova e diferente.

Em análise sobre o *China Daily*, Hartig (2018) levantou outra questão: é evidente que o jornal é uma das vozes de Pequim, por conta de seu potencial alcance global, mas será que essa voz será ouvida e, caso seja, como as audiências internacionais reagirão às suas mensagens? Segundo o acadêmico, levando em consideração os números não tão expressivos de circulação do jornal, a impressão é que a voz global de Pequim transmitida pelo *China Daily* não alcança uma quantidade significativa de leitores (ainda), o que pode levar à conclusão de que há outros motivos para os esforços de internacionalização da mídia promovidos pela China. Um deles, destacou Hartig (2018), pode estar relacionado com a postura da diplomacia pública chinesa de *talk back*: mais importante do que as pessoas lerem o *China Daily* é a mensagem explícita de que a China não deixa mais a prerrogativa de interpretar o que o país é e o que ele representa para partes interessadas externas (HARTIG, 218).

A questão da audiência da mídia chinesa também foi tratada por Thussu (2018). Segundo o acadêmico, ao menos no curto prazo, a tendência é que o público principal desses veículos seja a diáspora chinesa (a maior do mundo), os empregados chineses trabalhando no exterior, os estudantes chineses (que constituem o maior percentual de estudantes internacionais do mundo) e os turistas chineses (desde 2013, a China é a maior fonte de turistas do mundo). Além disso, grandes cadeias de hotéis internacionais estão sendo compradas por empresas

chinesas e fornecem conteúdos de entretenimento e informações da China para seus hóspedes (THUSSU, 2018).

Miao Mi (2018), falando sobre a internacionalização dos jornais e das revistas chineses, comentou que a expansão internacional da mídia chinesa é muito mais impulsionada por interesses políticos do que comerciais, o que faz com que somente alguns poucos veículos, escolhidos pelo Partido, tenham a capacidade de investir nesse processo – como é o caso do *China Daily* e do *Global Times*. Além disso, afirmou que, em decorrência da percepção da mídia chinesa como instrumentos de propaganda rigidamente controlados pelo governo, torna-se difícil para os jornais chineses competirem com as companhias de mídia transnacionais em termos de credibilidade e de marca e, assim, transmitir a voz da China para o mundo (MI, 2018). Dessa forma, para que os jornais e as revistas chineses funcionem melhor como plataformas de exportação do *soft power* chinês, Mi (2018) sugeriu que eles considerem as boas práticas de alguns jornais ocidentais – como o britânico *The Guardian*, por exemplo – na produção de conteúdo online.

Essa percepção da mídia chinesa como instrumento de propaganda do governo é constante na literatura. Pál Nyíri (2017), por exemplo, afirmou que a mídia chinesa tem sucesso limitado em exercer influência internacional em parte pela excessiva burocratização e pela censura – aberta e encoberta – que restringe o impacto jornalístico. Assim, um modo que talvez tenha sido usado para atenuar esse efeito deletério da aproximação entre o governo chinês e os veículos de mídia foi a não divulgação dessa conexão. Um relatório da Reuters, de 2015, identificou ao menos 33 rádios em 14 países cuja acionista majoritária era *China Radio International* (QING; SHIFFMAN, 2015). Segundo o relatório, nos EUA, a CRI não era possuidora direta das ações, mas mantinha o controle por meio de uma subsidiária de Pequim. Para Joseph Nye (2018), essa atuação encoberta da China, para exercer influência sem que se perceba a presença do Estado chinês, cruza a linha que distingue o *soft* do *sharp power*: ou seja, não seria mais *soft power*, mas sim uma forma de utilização *hard* de recursos intangíveis, pois manipula e esconde informações.

No entanto, uma vez mais, é importante tentar analisar o processo como um todo. Falando da CRI, Huang (2018) comentou algumas experiências mais mercadológicas do veículo midiático, como a *CRI Like FM*, na Tailândia, que, adotando uma programação jovem, com apresentadores locais (33 dos 34 membros da equipe eram locais; o único chinês foi designado pelo *headquarters* da CRI para supervisionar a programação) e promoções com produtos tailandeses, a rádio estava entre as dez de maior audiência do país, passando de uma receita de propaganda de cerca de US\$ 210 mil em 2011 para mais de US\$ 2,14 milhões em

2014. Isso, segundo Huang (2018), seria um indicativo de que o apoio governamental ao projeto de *going-out* da mídia chinesa não tem, necessariamente, que atingir somente objetivos de promoção da China ou da imagem chinesa no exterior, mas que, em vez disso, o governo também apoia a globalização da mídia chinesa, deixando em aberto como os veículos podem se desenvolver, na esperança de que eles possam competir com seus pares ocidentais no futuro. Para Huang (2018), na prática, o processo de internacionalização da *CRI* pode ser identificado como uma tentativa de balancear o papel de uma estação de rádio estatal de fornecer narrativas positivas sobre a China para o mundo, e o papel de uma organização midiática buscando se tornar uma organização *mainstream* globalmente, capaz de introduzir a China para o resto do mundo – e introduzir o mundo para a China –, promovendo entendimento e amizade entre chineses e povos de outros países. O desafio, concluiu Huang (2018), será continuar com a base financeira ampla e com o diversificado serviço, fornecido em muitos idiomas para uma audiência variada, sem precisar apoiar-se no modelo tradicional estado-dependente.

Uma análise mais detalhada também cabe no caso da *Xinhua News Agency*. Segundo Hartig (2015b), enquanto a *Xinhua* é vista no ocidente como um instrumento de propaganda e, portanto, não é tão bem-sucedida em explicar as perspectivas chinesas, isso é diferente no Sul Global⁶⁴, onde a agência tem certo sucesso. Isso ocorre ou por uma ênfase no *status* comum de países em desenvolvimento, em oposição ao ocidente, ou porque os conteúdos e serviços da *Xinhua* são muito mais baratos do que os das agências ocidentais. Hartig (2015b) afirmou que, no entanto, há uma ressalva: as reportagens explicando as perspectivas chinesas – que são, em última análise, o ponto central, no tocante à diplomacia pública – são deixadas de fora da programação das mídias nos países em desenvolvimento, basicamente pelos mesmos motivos que elas não são usadas nos países desenvolvidos.

Thussu, De Burgh e Shi (2018), por sua vez, fizeram alguns destaques com relação à *CGTV*. Segundo os autores, em 2012, a então *CCTV* lançou um canal específico para a África, com sede em Nairóbi, Quênia, transmitindo programas como o *Africa Live* (com uma hora diária de notícias, tendo como âncoras jornalistas africanos) e o *Talk Africa* (um *talk-show* de 30 minutos semanais discutindo temas atuais). Esses desenvolvimentos ocorreram, segundo os

⁶⁴ Segundo Jacqueline Braveboy-Wagner (2016), o termo Sul Global começou a ser usado com frequência na década de 1990, por conta da dinâmica da globalização – substituindo o antigo termo Terceiro Mundo, que tinha relação com a perspectiva da Guerra Fria –, demarcando que há certas semelhanças entre África, Ásia e América Latina. De acordo com Nour Dados e Raewyn Connell (2012), o termo Sul Global marca uma mudança da perspectiva das análises, de um foco nas diferenças culturais e de desenvolvimento, para uma ênfase nas relações geopolíticas de poder. Ver: BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline (Ed.). **Diplomatic Strategies of Nations in the Global South: The Search for Leadership**. Springer, 2016.; DADOS, Nour; CONNELL, Raewyn. The global south. *Contexts*, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012.

acadêmicos, em um contexto de crescente aproximação econômica entre a China e a África: desde 2000, o volume de comércio entre o país asiático e o continente africano foi multiplicado por mais de 20, passando de US\$ 10 bilhões em 2000 para US\$ 280 bilhões em 2015 (THUSSU; DE BURGH; SHI, 2018).

Ainda no tocante à *CGTN*, Hartig (2015b) comenta uma relevante estratégia que vem sendo usada pelo veículo. De acordo com o acadêmico, nos programas internacionais, o canal tem buscado usar a *expertise* de jornalistas estrangeiros – especialmente ocidentais. Isso, segundo o autor, possibilita, de um lado, a criação de intercâmbio entre jornalistas chineses e estrangeiros, além de aumentar a qualidade e a credibilidade dos programas da *CGTV*. Mesmo assim, a *CGTN*, como já se afirmou, vem encontrando dificuldade para expandir sua audiência. Parte disso tem relação com a questão da percepção do canal como um porta-voz da propaganda governamental. Como ressaltou Terry Flew (2016, p. 284), a China tem dificuldade para conquistar prestígio internacional porque a *CGTN* está claramente incrustada no coração do partido chinês, não conseguindo atrair o prestígio que acumula uma entidade como a *BBC*, que, embora financiada pelo governo inglês, é estruturalmente independente dele.

Nesse sentido, é relevante a comparação que Si Si (2014) fez entre a *CGTN* e a *Al Jazeera*. Segundo a acadêmica, a *Al Jazeera* foi fundada em 1996, mas, inicialmente, muitos espectadores estrangeiros viram-na com desconfiança, alguns até mesmo rotulando-a de “televisão terrorista”, por conta de sua disposição em cobrir e dar voz a organizações não estatais que combatiam nações e culturas ocidentais. A *Al Jazeera English channel*, lançada em 2006, alcança atualmente uma audiência potencial de mais de 200 milhões de pessoas em mais de 130 países, tendo sido descrita como o maior fenômeno de mídia no mundo árabe desde o surgimento da televisão (SI, 2004). A acadêmica comentou que, em entrevista com Neil Cairns, da *Al Jazeera*, ele destacou que o sucesso da *Al Jazeera* tinha como base a independência do veículo e o fato de muitas pessoas perceberem suas reportagens como precisas e confiáveis. Segundo ele, a *CCTV* poderia estar passando pelo mesmo período de desconfiança, de modo que ele encorajava a emissora a ser de fato independente e a divulgar matérias e eventos que, de outra forma, não seriam noticiados (SI, 2014, p. 16). De toda forma, Si (2014) ressaltou que ainda não estava claro se a *CGTN* conseguiria, ao menos no ocidente, ser vista como editorialmente independente, sem que houvesse alguma forma de independência política ou financeira do governo chinês.

Uma outra perspectiva foi trazida por Terry Flew (2016). Segundo o acadêmico, a literatura sobre globalização da mídia sempre viu o crescimento das redes globais de mídia e o declínio do poder dos Estados-nação como processos complementares, especialmente porque a

Internet torna o conteúdo da mídia ainda menos ligado ao território e porque as populações nacionais tornam-se culturalmente mais diversas e cosmopolitas. Isso, no entanto, é bastante complicado no caso da China, onde o governo está trabalhando com mídias e conglomerados de entretenimento altamente capitalizados para desenvolver “campeões nacionais” que não só sejam bem-sucedidos nos mercados globais de mídia, mas que também usem essas plataformas para promover conteúdos que reforçam o discurso nacional de identidade chinesa, distribuindo esses conteúdos internacionalmente.

A mídia internacional ainda é predominantemente dominada pelos veículos ocidentais tradicionais. Desde o final da década de 2000, a China vem investindo na internacionalização e na globalização dos seus “Quatro Grandes” meios de mídia: *Xinhua News Agency*, *CGTN*, *CRI* e *China Daily/Global Times*. Até o momento, esses meios de comunicação ainda não conseguiram se aproximar dos grandes veículos internacionais, sendo alvo de críticas quanto ao conteúdo transmitido, associado à propaganda estatal chinesa. Não obstante, em algumas regiões do Sul Global, em especial em países do continente africano, esses meios de comunicação vêm observando ao menos um sucesso parcial. A continuação das estratégias chinesas de melhora da qualidade e da credibilidade de seus veículos – com intercâmbios entre jornalistas locais e internacionais, por exemplo –, aliados aos grandes investimentos empreendidos, podem mudar esse cenário, especialmente em um ambiente de crescente conectividade digital e de inovações tecnológicas. Trata-se, seguramente, de um setor que merece constante observação.

2.2. Cinema e Chinawood: dos filmes feitos para a China aos filmes feitos pela China

Outra vertente de destaque dos novos esforços de diplomacia cultural chinesa envolve a indústria cinematográfica. A China ultrapassou os EUA e tornou-se o país com o maior número de salas de cinema do mundo⁶⁵ (PWC, 2017). Esse imenso mercado tem atraído o interesse de Hollywood e de outros atores globais (KOKAS, 2018; THUSSU, 2018). De modo a proteger esse mercado, a China impôs um sistema de cotas que limita o número de filmes de

⁶⁵ Em 2016, eram 41.056 salas de cinema chinesas e 40.928 salas norte-americanas. A China ainda está atrás dos EUA no tocante à receita de bilheteria (foram US\$ 6,2 bilhões na China e US\$ 10,6 bilhões nos EUA), mas a expectativa é que tanto o número de salas quanto a receita de bilheteria de cinema continuem em crescimento na China. Somente a título de comparação, em 2016, o Brasil tinha 3.160 salas de cinema e uma renda de bilheteria de aproximadamente US\$ 830,6 milhões. Fonte: Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro 2016. Fontes: China’s total number of cinema screens now exceeds the US. **PwC China**, 16 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.pwccn.com/en/press-room/press-releases/pr-160617.html>>; **Agência Nacional do Cinema – Ancine**. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/anuario_2016.pdf>. Acesso: 07 mai. 2018.

grande orçamento estrangeiros a 34 por ano (KOKAS, 2017). Um modo de contornar isso é por meio de parcerias com a China, realizando coproduções internacionais. As coproduções entre estúdios de Hollywood e companhias chinesas têm sido cada vez mais comuns: 41 filmes foram coproduzidos entre 2002 e 2013 (THUSSU, 2018). Mas isso, como se verá, vem acompanhado de algumas dificuldades. Nas coproduções cinematográficas, a China acaba por deter um poder maior sobre os rumos do projeto, o que inclui o controle sobre o momento de exibição, além da necessidade de um certo montante de financiamento chinês, de gravação de cenas na China e de utilização de atores chineses (KOKAS, 2017).

Outra dificuldade é a censura. Segundo Aynne Kokas (2017), há um notável aumento da capacidade dos censores chineses em moldar as coproduções com Hollywood. A acadêmica destacou o caso do filme *Homem de Ferro 3* (2013) como um momento-chave, pois foram feitas duas versões, uma para o país asiático, contendo elementos pró-China (como, por exemplo, bebidas da marca *Yili* e acupuntura), que depois foram retirados da versão norte-americana, para evitar estranhamento por parte da audiência dos EUA. Outros exemplos são *Transformers: a era da extinção* (2014) – produzido pelo *Paramount* com a ajuda da *Jiaflix Enterprises* e a *China Movie Channel*, da *CCTV* –, que teve seu roteiro atenuado para respeitar os censores chineses; e *Pixels* (2015), que teve cenas nas quais alienígenas explodiam um buraco na Grande Muralha da China preventivamente deletadas pela *Sony*, para evitar problemas com o governo chinês (THUSSU, 2018). Kokas (2017) afirmou ainda que Hollywood aprendeu a não escalar pessoas chinesas como vilões improváveis ou a não chamar muita atenção para temas politicamente sensíveis como o Tibete. Robert Daly, diretor do *Kissinger Institute on China and the United States*, no Wilson Center, em Washington/D.C., também apontou o fato de que “não tem havido filmes recentes que mostrem o Partido Comunista Chinês ou personagens da China continental desde uma perspectiva crítica. [...] Em vez disso, a China salvou o mundo em [os filmes] *2012* e *Perdido em Marte*”⁶⁶. Kokas (2017) ressaltou que a cessão de controle sobre um *blockbuster* hollywoodiano para reguladores chineses marca um momento de transformação na relação de Hollywood com a China. E acrescentou: se o mercado chinês continuar crescendo, as novas produções serão cada vez mais feitas para a China (KOKAS, 2017).

⁶⁶ No original: “there have been no films in recent years that depict the Chinese Communist Party or mainland Chinese characters in a critical light. [...] Instead, China has saved the world in ‘2012’ and ‘The Martian’”. Hollywood’s dangerous obsession with China. **LA Times**, 07 out. 2016. Disponível em: <<http://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-daly-hollywood-20161007-snap-story.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Mas a China tem também outros objetivos com a política de coproduções. Segundo Terry Flew (2016), com a onda de coprodução, vêm sendo formadas importantes alianças estratégicas, na qual a China consegue aprender *know-how* técnico e conhecimento sobre os interesses da audiência dos EUA, em troca de investimento de capital e de acesso privilegiado ao amplo mercado doméstico chinês. Kokas (2017) também destacou que, por meio da política de coproduções, o Partido Comunista Chinês consegue alavancar a *expertise* de Hollywood para desenvolver a indústria de mídia doméstica e a marca nacional da China.

Além disso, outro aspecto da intensificação do relacionamento entre a China e Hollywood é o crescente investimento chinês na indústria cinematográfica norte-americana. David Shambaugh (2013) já relatava que, durante a visita do então vice-presidente Xi Jinping a Hollywood em fevereiro de 2012, foi anunciada uma *joint venture* multimilionária entre a *DreamWorks Animation* e parceiros chineses (*China Media Capital, Shanghai Media Group e Shanghai Alliance Investment*), que acabou resultando no estabelecimento da *Oriental DreamWork* em Xangai, em 2012. Dava Kishan Thussu (2018) comentou o caso da *Disney*, que colabora com o Ministério da Cultura da China para ajudar a desenvolver a indústria de animação do país, e com a *Shanghai Media Group* – uma das maiores corporações midiáticas chinesas – para fazer filmes visando a audiências globais. Em 2016, o conglomerado chinês *Dalian Wanda Group* adquiriu o controle do estúdio hollywoodiano *Legendary Entertainment* – criador, entre outros *blockbusters* globais, de *Jurassic World* (2015) –, pela quantia de US\$ 3,5 bilhões (LANDRETH *et al*, 2016). Além disso, o dono do *Dalian Wanda Group*, Wang Jianlin, considerado o homem mais rico da China, planeja construir um *headquarter* do grupo em Beverly Hills no valor de US\$ 1,2 bilhão, com a intenção de apoiar a entrada da China em Hollywood e promover a cultura chinesa no exterior (THUSSU, 2018). Dessa forma, segundo Kokas (2017), as produções dos estúdios de Hollywood serão cada vez mais feitas pela China – ou melhor, por empresas chinesas investindo em Hollywood.

Flew (2016) ressaltou um possível risco para o lado chinês em razão dessa ênfase nas coproduções. Segundo o acadêmico, as produções resultantes ainda são geralmente *blockbusters* globais genéricos, como *Velozes e Furiosos 7* (2015), que geram receita mundial e aumentam a capacidade econômica das indústrias criativas e de mídia da China, mas que ajudam pouco no avanço da aspiração de tornar a cultura chinesa mais conhecida no mundo por meio da mídia global. No entanto, isso pode ser revertido, pelo aumento da capacidade técnica chinesa advinda do mesmo processo de coproduções. Segundo Kokas (2018), os filmes chineses têm feito cada vez mais sucesso no mercado doméstico e regional.

Um outro aspecto relevante é a proximidade entre o Estado e a indústria cinematográfica. O cinema chinês sofre severas críticas pela influência exercida pelo Partido Comunista Chinês. Shambaugh (2013, p. 203) relatou um comentário de Zhang Yimou, no qual o famoso cineasta chinês afirmou que:

Muitos filmes eu sabia desde o início que não passariam pela censura. O modo como se faz filmes na China é sabendo o que conseguirá passar pela censura. Na frente do censor, todos são iguais. Meus filmes podem estar sujeitos a um escrutínio maior. Os líderes no comando já me disseram em particular que meus filmes podem ser analisados com mais atenção, porque eles têm uma audiência maior, tanto na China quanto no exterior (tradução nossa⁶⁷).

Kokas (2018) também mencionou que todos os filmes gravados ou distribuídos na China estão sujeitos à aprovação da *State Administration of Press, Publication, Radio, Film and Television* (SAPPRFT), órgão regulatório do Partido Comunista Chinês, mesmo que com diferentes níveis de controle sobre a produção, a depender do formato utilizado (coprodução, produção assistida etc.). No caso do cinema – assim como ocorreu com os outros instrumentos da diplomacia cultural chinesa tratados neste capítulo – o problema tem relação também com percepção e intensidade. Conforme destacou Kokas (2017, p. 27), na China, as intervenções governamentais impulsionam as indústrias de mídia, enquanto nos EUA, as indústrias de mídia, em grande medida, impulsionam o governo. De fato, a relação entre Estado e indústria cinematográfica pode não ser uma exclusividade da China, mas o modo ostensivo com que isso acontece acaba realçando o caso chinês. Como colocou Flew (2016, p. 287), no caso da indústria cinematográfica de Hollywood, o percebido desejo de entreter as audiências de massa, evitando mensagens políticas evidentes, é parte do apelo global desses conteúdos, mesmo que seja possível encontrar, sem muitas dificuldades, relações consideráveis entre grandes conglomerados de entretenimento norte-americanos e agências governamentais dos EUA, como o Departamento de Estado e o Departamento de Comércio.

De toda forma, em comparação com outros instrumentos da diplomacia cultural chinesa, a indústria cinematográfica parece apresentar elementos bastante distintivos. Isso porque, segundo Kokas (2017), o impulso chinês para reduzir seu déficit de produção cultural, combinado com o desejo de Hollywood de ampliar seu mercado global, é uma relação ao mesmo tempo simbiótica e competitiva. Simbiótica porque Hollywood, não sem cumplicidade,

⁶⁷ No original: “There are a lot of movies I knew from the start would not pass the censors. The way you make movies in China is to know what will make it past the censors and what won’t make it. In front of censorship everyone is equal. My films may be subject to more scrutiny. Leaders in charge tell me in private that my films will be looked at more closely because I have bigger audiences, both in China and overseas”.

tem avançado o *Chinese Dream* por meio da expansão da capacidade das indústrias culturais chinesas. Ao mesmo tempo, a competição entre a China e Hollywood tem resultado em uma lista crescente de projetos que oferecem novas misturas de cultura midiática de massa, práticas de produção e marcas, expandindo para além do controle completo seja da indústria, seja do aparato regulatório.

Mas essa relação simbiótica e competitiva pode não ser de todo estável. Analisando a volatilidade das relações entre China e Hollywood, Kokas (2018) destacou que a distribuição de poder subjacente às estruturas de colaboração cinematográfica sino-americana conecta-se com as relações complexas e em evolução entre os EUA e a China. Segundo a acadêmica, à medida que a indústria cinematográfica chinesa for crescendo, a concentração de poder regulatório da China terá um impacto ainda maior em Hollywood; além disso, a necessidade de investimentos hollywoodianos na indústria cinematográfica chinesa também diminuirá, sendo que mecanismos políticos já estão em ação no país asiático para regular esses fluxos de investimentos.

Dessa forma, as regulações de filmagem e distribuição da China significam riscos financeiros para os investidores norte-americanos, mas os EUA ainda não responderam com regulamentações sobre o acesso chinês ao mercado estadunidense. Assim, embora as políticas de cinema da China limitem o envolvimento de Hollywood na China, o contrário não é verdadeiro. Analisando a política de cinema da China e a ausência de políticas de cinema dos EUA, em termos de distribuição de poder em estruturas de rede, fica fácil entender, segundo Kokas (2018), como a distribuição centralizada do poder regulatório da China fortalece os esforços de globalização da mídia chinesa. Os EUA não são o único país buscando se aproveitar do massivo mercado cinematográfico chinês, e a China vem utilizando essa política de cinema com outros atores internacionais, bem como em outras indústrias relacionadas, como televisão, animação e transmissão de vídeos.

Portanto, percebe-se que, diferentemente do que ocorre nos outros setores analisados neste capítulo, a indústria cinematográfica chinesa possui trunfos que lhe permitem um melhor posicionamento internacional. Aproveitando-se do interesse gerado pelo seu massivo mercado interno, o governo chinês tem implementado uma política de cinema que limita a entrada de filmes estrangeiros, oferecendo como alternativa o caminho das coproduções. Nesse crescente relacionamento com as empresas de Hollywood, a China aumenta seu *know-how* e melhora suas indústrias culturais domésticas, ao mesmo tempo em que passa a investir também em estúdios cinematográficos. Nessa simbiose de ganhos mútuos, os estúdios hollywoodianos vêm aceitando passar o controle de suas produções para os censores chineses, de modo que os filmes

de Hollywood têm sido cada vez mais feitos para a China. Ademais, o controle centralizado dos mecanismos regulatórios da política de cinema por parte da China, ante a descentralização e a ausência de políticas de controle de acesso ao mercado dos EUA, coloca a China em uma posição favorável nessa relação de poder. Trata-se, como afirma Kokas (2017), de uma relação imprevisível, cujo desenrolar deverá ser acompanhado de perto por ambos os países.

2.3. Institutos Confúcio: a plataforma de promoção do idioma e da cultura chineses que inquieta o mundo ocidental

Nesta seção, serão investigados os Institutos Confúcio. Primeiramente, se fará um histórico do surgimento dos IC, sua expansão e distribuição pelo mundo, objetivos e ações principais. Em seguida, serão expostas as principais críticas feitas aos IC. Por fim, serão feitos alguns estudos de caso sobre os IC, que, debruçando-se sobre a prática e o cotidiano dos Institutos, podem auxiliar na compreensão mais ampla desses importantes instrumentos da diplomacia cultural chinesa.

2.3.1. Caracterizando os Institutos Confúcio

Os Institutos Confúcio (IC) são um dos mais proeminentes instrumentos da diplomacia pública da China. Donald Clarke, professor de *China Studies* na *The George Washington University*, chegou mesmo a descrever os IC como o projeto oficial de *soft power* da China (Guttenplan, 2012), enquanto Jaques deLisle (2010), *Deputy-Director* do *Center for the Study of Contemporary China*, da Universidade da Pensilvânia, caracterizou os IC como a manifestação mais visível da agenda de *soft power* cultural da China.

O primeiro IC consistiu em um instituto piloto estabelecido em Tashkent, Uzbequistão, em junho de 2004, e o primeiro instituto de fato foi estabelecido em Seul, na Coreia do Sul, em 21 de novembro de 2004 (GIL, 2017). Desde então, principalmente após o discurso de Hu Jintao em 2007 durante o XVII Congresso do Partido Comunista Chinês, já anteriormente mencionado, no qual o então presidente destacou a necessidade de a China fortalecer a cultura como parte do *soft power* do país (HU, 2007), o programa dos IC cresceu rapidamente em escopo e em ambição (GUTTENPLAN, 2012).

Até dezembro de 2015, havia cerca de 500 Institutos Confúcio e 1.000 Salas de Aula Confúcio em 134 países/regiões do mundo, oferecendo mais de 211.500 aulas e matriculando mais de 5 milhões de alunos entre 2006 e 2015, além de 94,2 milhões de participantes em

eventos culturais e de 23,7 milhões de participantes em testes de idioma no mesmo período (XIAO, 2017). Somente entre 2012 e 2015, 34 novos países foram contemplados com um Instituto Confúcio, com a criação de adicionais 136 IC e 541 Salas de Aula Confúcio⁶⁸. Os IC já estão presentes em todos os continentes, com exceção da Antártida, e há uma meta ambiciosa de alcançar a marca de 1000 IC no mundo até 2020 (SWITZER, 2018).

Todos os IC estão sob a supervisão da *Hanban*, também conhecida como *Confucius Institute Headquarters*. De acordo com seu site oficial:

A *Hanban/Confucius Institute Headquarters*, como uma instituição pública afiliada ao Ministério da Educação Chinês, é comprometida com a promoção de recursos e serviços de ensino do idioma e da cultura chineses no mundo todo, buscando atender às demandas dos estudantes estrangeiros de chinês e contribuir para o desenvolvimento do multiculturalismo e para a construção de um mundo harmonioso (tradução nossa⁶⁹).

A *Hanban* é responsável pela administração dos Institutos, pelo fornecimento de professores e pelo desenvolvimento e distribuição dos materiais de ensino, além da coordenação da cooperação entre as instituições parceiras na China e no exterior que conduzem os IC. Ademais, a *Hanban* também fornece suporte financeiro aos IC. De acordo com os relatórios anuais divulgados pela *Hanban*, o investimento passou de US\$ 56,7 milhões em 2006 (CONFUCIUS INSTITUTE HEADQUARTERS, 2006) para US\$ 310,9 milhões em 2015 (CONFUCIUS INSTITUTE HEADQUARTERS, 2016). Somente a título de comparação, Falk Hartig (2015b, p. 106) citou que o governo alemão investiu cerca de €215 milhões (aproximadamente US\$ 298 milhões) em 2015. Na figura abaixo, Switzer (2018) mostra o crescente investimento chinês nos IC:

⁶⁸ Five years of sheer endeavour: what data says about Confucius Institute (2012-2017). **Hanban News**, 26 out. 2017. Disponível em: <http://english.hanban.org/article/2017-10/26/content_703508.htm>. Acesso: 10 mai. 2018.

⁶⁹ No original: “Hanban/Confucius Institute Headquarters, as a public institution affiliated with the Chinese Ministry of Education, is committed to providing Chinese language and cultural teaching resources and services worldwide, it goes all out in meeting the demands of foreign Chinese learners and contributing to the development of multiculturalism and the building of a harmonious world”. Fonte: About Us. **Hanban**. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_7719.htm>. Acesso em: 21 abr. 2018.

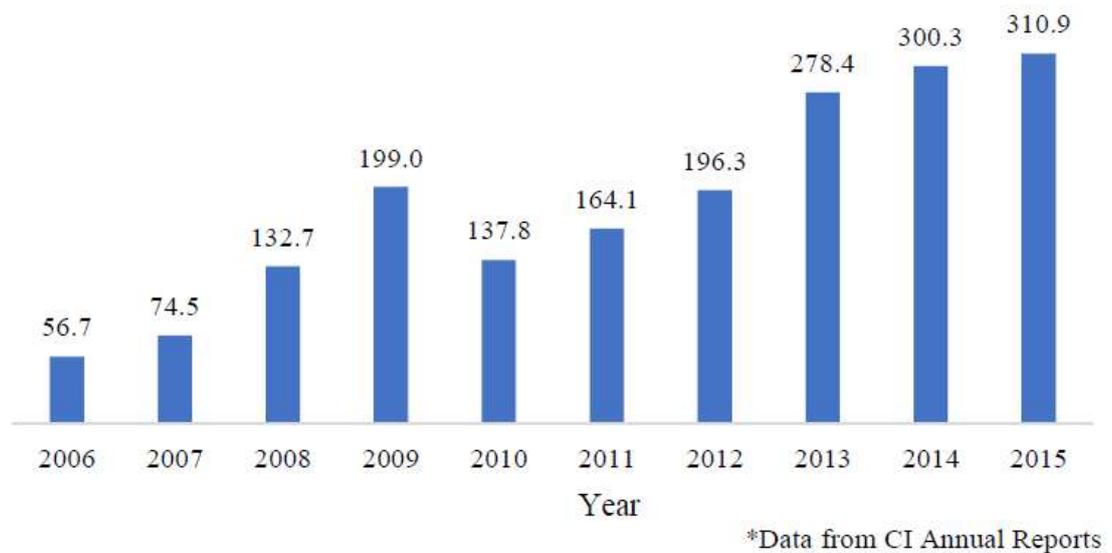


Figura 2: Total de Investimento nos IC, em milhões de dólares. **Fonte:** SWITZER, 2018, p. 6.

Os IC são frequentemente comparados com institutos culturais como Aliança Francesa, Instituto Goethe, *British Council* e Instituto Cervantes, mas há diferenças significativas entre aquele e estes, o que leva analistas como Gary D. Rawnsley (2009) a considerar que os IC são apenas vagamente inspirados em seus similares europeus. Um dos aspectos diferenciais apontados pela literatura relaciona-se com a questão da representação. Christopher R. Hughes (2014) foi incisivo em destacar que os institutos culturais europeus representam um Estado, não um partido político. Apesar da diferença aparentemente sutil, o fato de a China ser um Estado de partido único tornaria os IC, como representantes da China, também representantes do Partido Comunista Chinês, o que levou o professor de Relações Internacionais da *London School of Economics* a tecer diversas críticas a possíveis perigos à liberdade acadêmica (HUGHES, 2014), as quais serão melhor analisadas nas seções seguintes.

Em termos estruturais, a principal diferença entre o Instituto Confúcio e os institutos europeus é que, no caso destes, um órgão central nos países de origem cria institutos autônomos nos países estrangeiros, enquanto a China opera com um modelo diferente, baseado em uma cooperação entre parceiros chineses e estrangeiros, sob coordenação da *Hanban*, a partir de Pequim. Como ver-se-á nas seções seguintes, esse formato operativo é alvo de severas críticas por parte de algumas instituições e analistas, mas é, também, apontado como um diferencial positivo dos IC por outros.

Segundo a Constituição e Estatutos dos Institutos Confúcio⁷⁰ – documento que

⁷⁰ Constitution and By-Laws of the Confucius Institutes. **Hanban**. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_7880.htm#no4>. Acesso: 21 abr. 2018.

estabelece regras e diretrizes para os IC –, os Institutos podem ser estabelecidos de várias formas, com flexibilidade para atender circunstâncias e necessidades específicas dos diferentes países. Mas a grande maioria dos IC configura-se como uma parceria entre três entidades: a *Hanban*, uma instituição chinesa (geralmente uma universidade) e uma instituição estrangeira (geralmente uma universidade) (YANG, 2010).

Com relação aos recursos, consta da Constituição e Estatutos dos Institutos Confúcio que institutos recém-estabelecidos receberão ajuda para sua operação inicial na forma de uma quantia de fundos definida pelas partes chinesas. Além disso, os recursos para os projetos anuais devem ser arrecadados por cada IC e pelas partes chinesas conjuntamente, na proporção de 1 para 1⁷¹.

Não há tanta clareza quanto à quantia que de fato cada IC recebe, sendo que os ajustes quanto à divisão do financiamento entre as universidades anfitriã e estrangeira variam dependendo do país e da instituição (HARTIG, 2015b). De modo geral, a *Hanban* fornece às universidades parceiras uma subvenção de cerca de US\$ 100 mil a US\$ 150 mil para cobrir os gastos iniciais e, após a consolidação dos institutos, o financiamento ocorre de forma conjunta entre *Hanban* e a universidade parceira (ZHANG; GHO, 2018). Além disso, a *Hanban* também pode fornecer materiais didáticos e professores chineses para os institutos⁷².

Quanto às funções dos IC, de acordo com os Princípios gerais da Constituição e Estatutos dos Institutos Confúcio⁷³:

Os Institutos Confúcio se empenham para atender às necessidades de pessoas de diferentes países e regiões do mundo que aprendem o idioma chinês, para aumentar o conhecimento sobre a cultura e o idioma chineses, para fortalecer o intercâmbio cultural e educacional e a cooperação entre a China e outros países, para aprofundar as relações de amizade com outras nações, para promover o desenvolvimento do multiculturalismo, e para construir um mundo harmonioso (tradução nossa⁷⁴).

Falk Hartig (2015) destacou que, observando os objetivos principais supracitados, dois aspectos são perceptíveis. Primeiro, os IC são apresentados como instrumentos reativos e responsivos por meio dos quais a China busca oferecer ao mundo a oportunidade de aprender

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ No original: “Confucius Institutes devote themselves to satisfying the demands of people from different countries and regions in the world who learn the Chinese language, to enhancing understanding of the Chinese language and culture by these peoples, to strengthening educational and cultural exchange and cooperation between China and other countries, to deepening friendly relationships with other nations, to promoting the development of multi-culturalism, and to construct a harmonious world”.

sobre a China. Segundo, assim como outros institutos culturais, os IC buscam objetivos idealísticos de entendimento internacional e de intercâmbio cultural. Xin Liu (2017) também analisou a escolha de palavras dessa descrição feita pela *Hanban*. Segundo a acadêmica, o uso de “*to satisfy the demand*”, em vez de “*promoting its language*” ou “*spreading its culture*” (termos mais usados na descrição dos objetivos de outros institutos culturais, nos quais os IC se inspiraram), visa a colocar o IC na posição de responder à crescente demanda pelo aprendizado de mandarim no mundo, “*the unprecedented China fever*”, que é encorajada pelo crescimento econômico do país; o uso de “*enhancing understanding*” visa a indicar que há uma compreensão insuficiente, ou mesmo distorcida, sobre o idioma e a cultura chineses, marcando uma prioridade diferente para os IC com relação a seus homólogos ocidentais (LIU, 2017, p. 127).

Importante mencionar que, além dos Institutos Confúcio, há também as Salas de Aula Confúcio e o IC Online. As Salas de Aula Confúcio têm uma atuação bastante parecida com a dos Institutos Confúcio, mas com foco nos alunos do ensino fundamental e médio (SWITZER, 2018). Segundo a Constituição e Estatutos dos Institutos Confúcio, as regras e os princípios orientadores do IC devem ser seguidos também pelas Salas de Aula Confúcio, que também têm certa flexibilidade quanto a seus formatos, sendo geralmente ligadas aos IC (STARR, 2009; GIL, 2017). De toda forma, a atuação das Salas de Aula Confúcio também é alvo das mesmas críticas dirigidas aos IC, como se verá a seguir. A *Hanban* coordena ainda o IC Online, uma plataforma online para o ensino do idioma e da cultura chineses, que, em 2017, contava com mais de 600 mil alunos matriculados pelo mundo (SWITZER, 2018).

Após esse panorama sobre a estrutura dos Institutos Confúcio, serão analisadas, na próxima seção, as principais críticas feitas aos IC.

2.3.2. A polêmica em torno dos Institutos Confúcio

Segundo Yun Xiao (2017), o rápido crescimento dos IC ocasionou uma série de estudos e análises, tanto na China quanto no exterior. Contudo, enquanto acadêmicos chineses concentram-se no papel que os IC têm na promoção do idioma e da cultura, para o desenvolvimento do *soft power* do país, acadêmicos estrangeiros são mais críticos, questionando a função dos IC como ferramentas de poder usadas pelo país asiático para apresentar outra narrativa sobre a China, que se oponha à ideia de *China Threat* (XIAO, 2017).

Analisando a bibliografia sobre o tema, de fato é possível notar essa divisão apontada por Xiao (2017), com textos mais críticos vindos de autores não chineses, enquanto os textos

chineses buscam investigar o potencial dos institutos. Entretanto, essa divisão não é de forma alguma rígida. Primeiro, porque há muitos estudos estrangeiros que buscam investigar os IC sem partir de premissas necessariamente negativas, como se verá na próxima seção. Segundo, porque as críticas aos IC são tanto externas quanto domésticas: no exterior, os IC são muitas vezes acusados de serem instrumentos de propaganda do Partido Comunista Chinês, bem como de interferir na liberdade de ensino acadêmica; internamente, questiona-se o porquê de a China subsidiar organizações estrangeiras, especialmente em países desenvolvidos, para ensinar chinês para estrangeiros, enquanto nas escolas chinesas, principalmente nas áreas rurais, há falta de recursos (HARTIG, 2015b; GIL, 2015; SHAMBAUGH, 2013; LAI, 2012;).

De fato, David Shambaugh – em entrevista, em 2016, para o *China Power Project*, do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) – destacou:

(...) há muitas controvérsias na academia americana e na europeia a respeito desses institutos, sobre se eles estariam ou não em conflito com os valores da liberdade de pesquisa, de ensino, de pensamento, ou se eles seriam uma espécie de cavalo de Troia para a propaganda chinesa no exterior (tradução nossa⁷⁵).

Shambaugh, de sua parte, ponderou que a experiência dos IC é em geral positiva, pois o conteúdo deles é basicamente idioma, cultura, culinária e filmes⁷⁶. Porém, esse debate ficou bastante acirrado nos Estados Unidos, especialmente depois das declarações de Marshall Sahlins, antropólogo e professor da Universidade de Chicago, que acusou abertamente os IC de censurar discussões políticas e de restringir o livre debate de ideias (2013), considerando os institutos como um “*malware* acadêmico” (2015). Os comentários de Sahlins iniciaram um intenso debate sobre o papel dos IC nas universidades, seus impactos na liberdade de expressão e se eles seriam ou não um exercício perigoso do *soft power* chinês. Ainda em 2014, Sahlins foi um dos vários membros da Universidade de Chicago a assinar uma petição pedindo o fim do contrato da universidade com o IC, que acabou ocorrendo ainda naquele ano⁷⁷ (WALLACE, 2016).

Essa censura à liberdade de expressão, segundo os críticos, pode acontecer tanto direta quanto indiretamente. Um dos exemplos mais citados de censura direta é o caso que ficou

⁷⁵ No original: “there’s a lot of controversy in American academia and in European academia about these institutes, and whether they are in conflict with values of freedom of inquiry, freedom of teaching, freedom of thought, or are they kind of Trojan horses for Chinese propaganda abroad”. Disponível em: <<http://chinapower.csis.org/is-chinas-soft-power-strategy-working/>>. Acesso: 21 abr. 2018.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Esse e outros casos envolvendo os IC nos EUA serão vistos com maior detalhe no próximo capítulo.

conhecido como “incidente de Braga”, em Portugal. Em julho de 2014, em uma conferência da *European Association for Chinese Studies* (EACS) na cidade portuguesa, Xu Lin, diretora-geral da *Hanban* desde 2004, ordenou, sem o consentimento ou o conhecimento dos organizadores do evento, que diversas páginas fossem arrancadas do programa da conferência. A *Hanban* era uma das patrocinadoras do evento, e, além disso, parte dos custos de impressão dos programas tinha sido pago com recursos que a Universidade de Minho recebeu por meio do IC instalado no campus. De acordo com Roger Greatrex, presidente da EACS, foram retiradas dos programas páginas contendo informações sobre a *Chiang Ching-kuo Foundation* (CCKF), de Taiwan, que patrocina conferências da EACS há mais de 20 anos, além de informações sobre as exposições de livros organizadas pela *Taiwan National Central Library*, que sempre acontecem nas conferências da EACS; o nome de autores de livros que compareceriam à conferência; os patrocinadores da conferência na Universidade de Coimbra; bem como informações essenciais sobre eventos da conferência e sobre o *Confucius China Studies Program*. Greatrex publicou uma declaração considerando totalmente inaceitável a interferência em uma organização acadêmica independente⁷⁸, e o caso repercutiu bastante negativamente na imprensa, principalmente nos EUA, na Europa e em Taiwan⁷⁹.

Quanto à censura indireta, uma das formas mais debatidas é a autocensura, que se relaciona, de certa forma, com a crescente dependência de recursos externos das universidades (WALLACE, 2016). Em seu estudo de caso sobre os IC na Alemanha, Falk Hartig (2010, p. 10) afirmou que, ao mesmo tempo em que poderia ser argumentado que os membros alemães dos IC – em sua maioria acadêmicos reconhecidos – não arriscariam perder suas reputações fazendo propaganda para o governo chinês, também era “óbvio que os acadêmicos não arriscariam perder os recursos vindos da *Hanban* tratando de temas anti-China” (tradução nossa⁸⁰). Andrew Switzer (2018) apontou mais alguns casos, como o episódio em que a Universidade de Sydney, na Austrália, cancelou uma viagem marcada do Dalai Lama, em 2013, para evitar colocar em risco os recursos do IC local, e o episódio em que um juiz em Israel concluiu que a Universidade de Tel Aviv violou a liberdade de expressão ao fechar uma exposição de arte, organizada por estudantes, sobre a opressão aos adeptos da Falun Gong, na qual a universidade teria também agido com medo de arriscar perder o apoio do IC. Dessa

⁷⁸ Letter of Protest at Interference in EACS Conference in Portugal, July 2014. **European Association for Chinese Studies Online**, 01 ago. 2014. Disponível em: <<http://chinesestudies.eu/?p=585>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

⁷⁹ A *European Association for Chinese Studies* publicou uma linha do tempo com informações sobre o “Incidente de Braga” e com a repercussão na imprensa, disponível em: <<http://chinesestudies.eu/?p=609>>. Acesso: 08 mai. 2018.

⁸⁰ No original: “But on the other hand it is also obvious they wouldn’t risk losing the money coming from Hanban by covering anti-China topics”.

forma, concluiu Switzer (2018), as instituições acadêmicas que são sede de IC ainda têm dificuldades para encontrar um equilíbrio entre a necessidade de recursos cada vez mais escassos e as preocupações bastante reais sobre limites do discurso acadêmico.

Hughes (2014) também salientou que não são somente os acadêmicos que sentem pressão pela autocensura. Segundo o professor, estudantes chineses teriam ficado preocupados ao descobrir que a *London School of Economics* era sede de um IC, por sentirem que estariam sob a vigilância chinesa mesmo no exterior. Preocupação semelhante foi externada por outras universidades nos EUA (GUTTENPLAN, 2012).

Hartig (2015b) mencionou ainda outra questão, segundo ele pouco explorada, mas bastante preocupante: o desejo da *Hanban* de se envolver com pesquisa acadêmica. Segundo o acadêmico, seus estudos de caso demonstraram que os IC estão cada vez mais empenhados em treinar professores chineses locais ou em fornecer suporte para o treinamento acadêmico. Além disso, os IC estão criando cursos de chinês em universidades que equivalem a matérias optativas ou até mesmo que são incorporados ao sistema de créditos dos cursos. Para Hartig (2015b, p. 184), seria uma abordagem muito mais problemática apoiar a pesquisa acadêmica sobre a China contemporânea com dinheiro advindo do governo chinês do que apresentar a cultura do chá ou a caligrafia chinesa para um público interessado, pois esse plano levanta a questão sobre como seria possível acadêmicos conduzirem suas pesquisas na China, financiadas pela *Hanban*, de forma independente.

Nos parágrafos anteriores, foram apontadas algumas das principais críticas feitas aos IC. Entretanto, é importante destacar, também, que os diversos exemplos trazidos acima representam uma fração mínima do amplo campo ocupado pelos IC no mundo. Em termos de fechamentos e não renovações de contratos, por exemplo, em um montante de mais de 500 IC distribuídos por todos os continentes do globo, com exceção da Antártida, somente sete tinham deixado de operar até o final de 2017⁸¹ (LIU, 2017). Mesmo somando as duas universidades norte-americanas que anunciaram recentemente que encerrarão as atividades de seus IC (como se verá no próximo capítulo), ainda assim são nove fechamentos em um universo de 516 IC, ou seja, houve o fechamento de menos de 2% do total de IC. Entretanto, apesar desses números, o volume de críticas aos IC, como se apontou anteriormente, é grande. Uma das reclamações

⁸¹ Os dois primeiros IC fecharam em 2010: o da *Osaka Sangyo University*, no Japão, e outro em Yakutsk, na Rússia. Os outros cinco IC fecharam entre 2013-2015: o *Lyon Confucius Institute*, na França, em 2013, os IC da *Macmaster University* em 2013, da *Chicago University* e da *Pennsylvania State University* em 2014, todas nos EUA, e o IC da *Stockholm University* em 2015. Houve ainda o caso de duas universidades no Canadá que encerraram a cooperação com a *Hanban*, mas os IC continuaram a existir com parceiros no nível do ensino médio (LIU, 2017).

frequentes de quem estuda os IC mais detidamente é justamente esta: poucos estudos se aprofundam na prática dos IC ou ao menos se utilizam de dados primários para examinar a operação de fato dos institutos. Ademais, dados secundários amplamente utilizados pelos pesquisadores parecem incompletos e tecnicamente incapazes de refletir a influência exercida por estas instituições em diferentes contextos (YUAN; GUO; ZHU, 2016; HARTIG, 2015b; PROCOPIO, 2015). Como argumenta Anita Wheeler (2014), em seu estudo de caso sobre o IC na Universidade de Nairóbi, as dúvidas acerca do projeto Instituto Confúcio devem ser contextualizadas em negociações e concessões entre atores diferentes com interesses variados, requerendo estudos tanto de uma perspectiva macro quanto micro para conseguir uma análise mais clara das reais capacidades dos IC. Nesse sentido, na seção seguinte serão realizados alguns estudos de casos sobre os IC, com foco maior nas operações e nas práticas dos IC, buscando uma melhor compreensão sobre esse instrumento do *soft power* chinês. Além disso, também será feita, no capítulo seguinte, uma investigação sobre a experiência dos IC nos EUA, que também pretende contribuir para esse objetivo.

2.3.3. Indo além: potencialidades e resultados dos Institutos Confúcio

Em seu estudo de caso sobre os Institutos Confúcio na Austrália e na Alemanha, Hartig (2015) analisou o formato de *joint venture* adotado pelos IC, e a possibilidade que esse modelo tem de engajar atores locais. Segundo o acadêmico, isso traria uma série de vantagens, uma delas sendo que esse modo de atuação é bastante financeiramente efetivo para a China, garantindo que o governo chinês consiga ampliar os efeitos de suas ações, com o mínimo de investimento possível. Hartig (2015b, p. 167) destacou que uma das diretoras locais de um IC australiano comentou que, para ela, haveria mais vantagens para a China do que para as instituições anfitriãs, porque a *Hanban* está conseguindo se inserir em universidades bastante conceituadas, o que é uma grande ferramenta de *marketing* para o governo chinês; além disso, universidades internacionais investem muito mais financeiramente nos IC do que a *Hanban*, que só fornece “*a little bit of money*”. O autor observou que esse pode não ser o caso de todos os IC, especialmente em países em desenvolvimento, mas que parece ser uma tendência global, mencionando um discurso da Xu Lin, diretora-geral da *Hanban*, no qual ela comenta que, em média, a proporção de contribuição entre o lado chinês e o estrangeiro em 2014 foi de 1 para 1,5, respectivamente.

Essa questão do financiamento traz implicações importantes com relação às críticas que usualmente são feitas ao projeto Instituto Confúcio. Hartig (2015b, p. 170) salientou que os IC

não são as fontes inesgotáveis de recursos que alguns imaginaram, principalmente porque os parceiros internacionais também têm de investir, seja em dinheiro ou em suporte, como salas e locais de trabalho, de modo a sustentar o IC. Assim, estudos que afirmam serem os recursos advindos da *Hanban* o único motivo para uma universidade estrangeira sediar um IC merecem ser analisados com mais cautela. Segundo o acadêmico, os benefícios para os parceiros internacionais podem ser descritos com mais propriedade em termos de suportes práticos para a universidade anfitriã e suporte para o público mais amplo interessado na China, para conhecer mais sobre o país asiático. E acrescentou: reconhecendo as vantagens práticas no contexto de uma cooperação de ensino superior, mas ao mesmo tempo recordando os necessários compromissos financeiros inerentes à parceria e a atitude às vezes hostil de parte do público com relação aos IC, fica a impressão de que os parceiros internacionais querem aproveitar o momento da China e, para tanto, estão dispostos a fechar os olhos para resultados não totalmente administráveis.

Um dos aspectos negativos, para os quais os países anfitriões têm de fechar os olhos, segundo Hartig (2015b), é a narrativa oferecida pela China. De acordo com o autor, os IC tendem a apresentar uma versão politicamente correta da China para o mundo. E isso inclui uma tendência a se referir e a incentivar o uso de conceitos e *slogans* do Partido Comunista Chinês. Um dos exemplos é a referência expressa ao *Mundo Harmonioso*, que consta da Constituição e Estatutos dos Institutos Confúcio, como anteriormente mencionado. Para Hartig (2015b), isso prejudica a capacidade de os IC contribuírem com a diplomacia pública chinesa, pois, para tanto, esses deveriam apresentar uma descrição ampla da China, e não uma versão correta. Mas isso, segundo o autor, não é uma falha dos IC em si, mas do sistema político autoritário por trás deles, bem como do problema mais amplo de credibilidade do qual sofre a diplomacia pública chinês no geral, com relação aos assuntos domésticos e ao comportamento internacional da China. Ademais, acrescentou o acadêmico, o comportamento internacional da China também contribui para a diferença de percepção entre como a China quer ser vista e como a China de fato é vista pelo mundo. No caso da China e de seus IC, essa diferença de percepção é óbvia: enquanto a China quer projetar a narrativa de um país em desenvolvimento pacífico que busca construir um mundo harmonioso, o público global basicamente a percebe como um “grandalhão na multidão⁸²”, que empurra os outros e toma seus lugares. Se, de fato, essa

⁸² Trata-se de uma referência a um discurso de Xi Jinping no Parlamento australiano, em novembro de 2014, no qual o presidente chinês afirmou que: “[China] is like the big guy in the crowd. Others naturally wonder how the big guy will move and act, and they may be concerned that the big guy may push them around, stand in their way or even take up their place”. Discurso completo disponível em: <<https://www.straitstimes.com/asia/australianz/full-text-of-chinese-president-xi-jinpings-address-to-australias->

percepção é real ou não, seria uma questão de menor relevância. O importante, afirmou Hartig (2015b), é que palavras devem ser seguidas de ações para ganharem credibilidade. Neste sentido, independentemente de quantos IC promovam a cultura e o idioma chineses pelo mundo, e independentemente de quão bem eles o façam, enquanto o governo chinês continuar prendendo defensores de direitos humanos, censurando a mídia e ameaçando seus vizinhos do Leste Asiático, os esforços dos IC para promover a imagem da China não terão como prosperar. E esse ponto torna-se ainda mais relevante quando se leva em consideração que, como foi destacado no **Capítulo 1** desta dissertação, diminuir a diferença entre como o mundo vê a China e como a China se vê é uma das *raison d'être* da diplomacia cultural chinesa (SUN, 2015).

Mesmo assim, as críticas ao Instituto Confúcio devem ser feitas com atenção às atividades dos IC como um todo. Os casos negativos com relação aos IC, e eles existem, como apontado acima, atraem a atenção da imprensa e podem levar críticos a descrever os IC como instrumentos de propaganda do Partido Comunista Chinês. Contudo, de acordo com Hartig (2015b), esses casos não representam o que acontece no dia a dia dos IC pelo mundo. Essa percepção acerca dos IC é determinada, segundo o acadêmico, em primeiro lugar pelo modo como o termo propaganda é entendido: como já apontado na **Introdução** e no **Capítulo 1** desta dissertação, na China, propaganda tem uma conotação positiva, associada à divulgação externa de ideias, próxima ao conceito de diplomacia pública. Em segundo lugar, a percepção é determinada pela questão mais ampla de que as reservas com relação aos IC dizem tanto sobre aqueles que as têm quanto sobre os IC em si. Como consequência, concluiu Hartig (2015b), pode ser uma questão de opinião entender os IC como um agente de uma crua propaganda de Estado ou como um instrumento de uma diplomacia pública mais positiva.

Nesse ponto, são relevantes os apontamentos trazidos por Chi-Cheung Leung e Hilary Du Cros (2014). Analisando as missões de diversos Institutos Culturais pelo mundo, os autores comentam que esses institutos geralmente têm ênfases diferentes: o Dante Alighieri, da Itália, promove o espírito do humanismo universal; o Instituto Goethe, da Alemanha, foca a promoção do idioma como um fator de qualificação para a educação e o emprego, além do desenvolvimento na compreensão da Europa; enquanto os Institutos Confúcio, da China, colocam atenção especial na harmonia e no desenvolvimento de um mundo harmonioso. De toda forma, apesar de ênfases diferentes, promover o idioma e a cultura são as duas missões principais compartilhadas por muitos dos institutos culturais do mundo. E aqui vem o destaque dos autores: muitos desses institutos culturais começaram seus trabalhos promovendo uma

versão formalmente aprovada da cultura de seus países, não afetada por influências locais ou por versões híbridas, como no caso da promoção do idioma e da cultura franceses formal *versus* o idioma e a cultura crioula no Caribe (LEUNG; DU CROS, 2014).

Outra aproximação entre os IC e os institutos culturais europeus feita por Leung e Du Cros (2014) diz respeito à utilização estratégica desses institutos para objetivos de diplomacia cultural. Os autores destacaram que muitos institutos culturais estão ativos ao redor do mundo, e que países europeus também usaram esse instrumento de diplomacia cultural em regiões e ex-colônias que consideravam estratégicas. E citaram o caso do Instituto Goethe na África, onde novos Institutos Goethe estão sendo criados. Segundo Leung e Du Cros (2014), por conta de seu passado colonial na África, a Alemanha deseja manter na região uma relação *soft* por meio do idioma e de projetos artísticos da comunidade, sediados por Institutos Goethe em diversos locais, como Johannesburgo, África do Sul. Nesse sentido, entre as diversas entrevistas que os autores conduziram com pesquisadores, acadêmicos e administradores relacionados com os IC, interessante mencionar a de um entrevistado justamente da África do Sul, que afirmou que a China não é diferente de outros países, que querem expandir seu alcance global, sendo o *soft power* uma expressão disso. Leung e Du Cros (2014) também apontaram que a Alemanha tem acompanhado de perto a expansão da China na África, com relatórios governamentais e volumes completos do *German Institute of Global and Area Studies* (GIGA) dedicados ao assunto. E concluíram: apesar de ser difícil afirmar com certeza, essa preocupação na academia e no governo alemão pode ter contribuído para os recentes reavivamentos e novos estabelecimentos do Instituto Goethe na África.

Talvez seja demasiado forte falar de um desejo alemão de manter uma relação *soft* com nações de seu passado colonial, mas a utilização estratégica da abertura e manutenção dos Institutos Goethe também foi notada por Madeira Filho (2016). Segundo o embaixador:

Nos últimos anos, verifica-se, como racionalização dos recursos financeiros destinados às atividades de difusão, o fechamento de algumas sedes do Instituto Goethe na Europa Ocidental, onde a Alemanha readquiriu seu estatuto de potência, e a abertura de centros em locais considerados estratégicos, tais como os países do Golfo e da Ásia, zonas de expansão de sua influência. Projetos de cooperação para o desenvolvimento são também realizados com vários países africanos (MADEIRA FILHO, 2016, p. 66).

No caso do Instituto Goethe, por sinal, transmitir “uma imagem abrangente da Alemanha através de informações sobre a vida cultural, social e política em nosso país” consta

expressamente das tarefas e objetivos da instituição⁸³. Bastante informativos, também, os principais objetivos do Instituto Goethe no Brasil: a atualização da imagem da Alemanha no Brasil; a apresentação da cultura alemã contemporânea; a inserção da língua e da cultura alemãs no sistema educacional brasileiro. Com o seguinte destaque, no tocante à cultura alemã contemporânea que será apresentada:

Fazemos valer posições importantes na cultura contemporânea alemã. Com isso mostramos não só arte e cultura na Alemanha, mas também transmitimos as tendências intelectuais atuais e o cenário social alemão. Uma de nossas prioridades é construir relações pessoais e institucionais entre os cenários culturais na Alemanha e no Brasil⁸⁴.

No caso da Aliança Francesa, também consta expressamente, entre suas missões, “contribuir para o aumento da influência intelectual e moral da França e do interesse de todas as culturas francófonas⁸⁵”. Por sinal, trata-se, em ambos os casos, de mandatos mais amplos do que o dos Institutos Confúcio, que não menciona aspectos sociais, políticos ou morais, restringindo-se ao idioma e à cultura chineses:

Os Institutos Confúcio se empenham para atender às necessidades de pessoas de diferentes países e regiões do mundo que aprendem o idioma chinês, para aumentar o conhecimento sobre a cultura e o idioma chineses, para fortalecer o intercâmbio cultural e educacional e a cooperação entre a China e outros países, para aprofundar as relações de amizade com outras nações, para promover o desenvolvimento do multiculturalismo, e para construir um mundo harmonioso (tradução nossa⁸⁶).

Desse modo, podem ser feitas algumas observações. Primeiramente, a crítica de que a China usa os IC para alcançar objetivos estratégicos deve ser relativizada, pois, como visto anteriormente, outros países também usam seus institutos culturais com o mesmo intuito. Ademais, a participação do Estado nessas iniciativas também não é exclusividade da China (embora no caso chinês isso seja mais destacado, até por conta da configuração política do

⁸³ Tarefas e objetivos. **Goethe Institut Brasilien**. Disponível em: <<https://www.goethe.de/ins/br/pt/ueb/auf.html>>. Acesso: 07 abr. 2018.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ No original: “de contribuer à accroître l’influence intellectuelle et morale de la France et l’intérêt de toutes les cultures francophones”. Fonctionnement de la fondation : ses missions. **La Fondation Alliance Française**. Disponível em: <<http://www.fondation-alliancefr.org/?p=440>>. Acesso: 08 mai. 2018.

⁸⁶ No original: “Confucius Institutes devote themselves to satisfying the demands of people from different countries and regions in the world who learn the Chinese language, to enhancing understanding of the Chinese language and culture by these peoples, to strengthening educational and cultural exchange and cooperation between China and other countries, to deepening friendly relationships with other nations, to promoting the development of multi-culturalism, and to construct a harmonious world”.

país⁸⁷), já que, como analisado na **Introdução** desta dissertação, o Estado é um dos atores da diplomacia cultural, que, aliás, por definição, visa a alcançar objetivos estratégicos nacionais, além de fortalecer o entendimento e a compreensão entre povos.

Xin Liu (2017), em tese doutoral sobre os Institutos Confúcio, defendida na *University of Central Lancashire*, no Reino Unido, mencionou, por outra via, as aproximações e as diferenças entre o IC e seus homólogos ocidentais. Liu destacou uma pergunta feita pelo *China Daily* em 2010: “talvez ninguém chamará o Instituto Goethe, a Aliança Francesa ou o Instituto Cervantes de veículos de propaganda ou de instrumentos de invasão cultural. Então porque tanto barulho em torno do Instituto Confúcio, que tem os mesmos objetivos?” (LIU, 2017, p. 128, tradução nossa⁸⁸). Para responder a esse questionamento, a acadêmica recorreu aos conceitos de Gramsci de hegemonia cultural; e de Foucault de teoria de relações de poder; e às críticas de Said ao Orientalismo para criar seu *framework* de “terreno de luta” (tradução nossa para o termo *terrain of struggle*, usado pela pesquisadora). Partindo dos três tipos de disputa propostos por Foucault (luta contra formas de dominação, luta contra formas de exploração e luta contra formas de subjetividade), Liu (2017) sugere que o terreno de luta no qual o IC se encontra envolve a luta contra a dominação cultural ocidental e contra a subjetividade da versão moderna do Orientalismo. Ela também partiu da noção de Gramsci de “guerra de posição” para examinar os movimentos feitos pela China para desenvolver uma contra-hegemonia nesse terreno de luta. Desde essa perspectiva, a maior diferença entre o IC e seus homólogos ocidentais é, para a autora, a seguinte: todos têm os mesmos objetivos, mas o campo de disputa não é uniforme, e eles ocupam posições completamente diferentes nesse “terreno de luta” dominado pela hegemonia cultural ocidental. Com relação às instituições culturais ocidentais, que compartilham os mesmos valores políticos, considera-se que suas missões compreendem

⁸⁷ De acordo com sua Constituição, a República Popular da China é um Estado socialista sob a ditadura democrática do povo, liderado pela classe trabalhadora e baseado na aliança entre trabalhadores e camponeses. O documento afirma ainda que todo o poder na República Popular da China pertence ao povo, que o exerce por meio do Congresso Nacional e de congressos locais de diversos níveis, sendo que os órgãos de Estado aplicam o centralismo democrático (a constituição da República Popular da China está disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/2007-11/15/content_1372963.htm>. Acesso: 04 jul. 2018). A República Popular da China é governada por um partido único, o Partido Comunista Chinês, que afirma, em sua constituição, que a liderança do Partido significa principalmente a liderança organizacional, ideológica e política, e que o Partido deve exercer o papel de liderança central entre todas as organizações e em todos os níveis do país (a constituição do Partido Comunista Chinês está disponível em: <http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27138030.htm>. Acesso: 04 jul. 2018). Ou, conforme afirmou Xi Jinping (2017) no XIX Congresso do Nacional do Partido Comunista Chinês, na vida política da China, o Partido exerce liderança, e deve-se aprimorar essa liderança do Partido para garantir que o povo efetivamente governe o país.

⁸⁸ No original: “perhaps no one will call Goethe Institute, Alliance Française or Cervantes Institutes propaganda vehicles or tools of cultural invasion. So why all the fuss over China’s Confucius Institute, which share the same goals?”.

somente a promoção do idioma e da cultura, algo visto como inofensivo, especialmente por conta da posição hegemônica que ocupam; o IC, por outro lado, tem sua missão interpretada como uma tentativa de desafiar a atual hegemonia cultural por meio da promoção de suas próprias ideologias, e, portanto, o IC é considerado uma ameaça (LIU, 2017, pp. 128-130).

Outro aspecto que merece ser observado diz respeito à crítica frequente dirigida aos IC de que eles, por censura ou autocensura, não promovem o debate de temas políticos e sociais. Na comparação da missão dos IC com a de outros institutos culturais, feita acima, fica claro que, diferentemente de alguns de seus homólogos, no caso dos IC, assuntos políticos, sociais e morais não fazem parte de seu mandato, que menciona expressamente idioma e cultura. Mas, neste ponto, vale retomar um debate apresentado no **Capítulo 1**, acerca das visões chinesas sobre a diplomacia cultural, em especial, dois aspectos. Por um lado, quanto ao conceito de cultura, viu-se que, na China, ele é bastante amplo, incorporando, inclusive, valores políticos e sociais, sendo, assim, considerado “o coração e a alma do *soft power*”, o que, inclusive, justifica a adoção do conceito de *soft power* cultural (ZHANG, 2017; KONG, 2015). Por outro lado, destacou-se também que a centralidade do conceito de cultura na definição chinesa de *soft power* pode ter outra razão: a percepção, entre os líderes políticos chineses, de que o sistema político atual da China não provoca impactos positivos na projeção da imagem nacional do país – mais assustando do que atraindo ou tranquilizando observadores externos –, mas que a cultura chinesa tem esse potencial de atração (BRESLIN, 2012). Dessa forma, valoriza-se o aspecto cultural, em detrimento dos outros elementos originalmente constantes no conceito de *soft power* criado por Joseph Nye⁸⁹.

Não obstante esses debates conceituais e o fato de que somente os termos cultura e idioma constam do mandato do IC, isso de forma alguma deve servir de justificativa para a censura de temas que fujam desse escopo, como no caso do “Incidente de Braga”, em que menções a Taiwan foram arrancadas do programa por ordem da diretora-geral do IC, ou pressões sobre debates envolvendo Dalai Lama ou Falun Gong, conforme relatado anteriormente. A censura e a limitação do diálogo são frontalmente contrárias ao multiculturalismo e ao entendimento entre povos que também constam dos princípios dos Institutos Confúcio, e, quando ocorrerem, devem ser expostas e combatidas. O que se tem buscado verificar ao longo desta dissertação é se esses casos são excepcionais no cotidiano de boa parte dos IC do mundo, como parecem demonstrar diversos estudos de caso trazidos neste

⁸⁹ Na definição de Nye (2006), como já destacado, o *soft power* de um país pode advir de três recursos: sua cultura (quando ela é atrativa para outros), seus valores políticos (quando eles regem a atuação do país em casa e no exterior) e suas políticas externas (quando elas são vistas como legítimas e com autoridade moral).

capítulo (além de outros específicos sobre os EUA, que serão debatidos no capítulo seguinte). Assim, buscou se ater, a presente dissertação, a uma análise dos fatos, evitando saltar de suspeitas para conclusões (MCCORD, 2014).

Outro aspecto frequentemente debatido acerca do IC é sua estrutura, que cria parceria entre instituições acadêmicas pelo mundo. Segundo Leung e Du Cros (2014), trata-se de um *design* astuto, que ajuda a aumentar a colaboração acadêmica. R. S. Zaharna (2014) também analisou o modelo de formação dos IC. De acordo com a professora, diferentemente de outros institutos culturais, os IC constituem um projeto de diplomacia cultural em rede, criando uma dinâmica cadeia de IC pelo mundo, conectando-os às suas universidades parceiras na China, à *Hanban* e ao IC Online. Quando essas redes orgânicas não são estabelecidas, um patrocinador (que pode ser um instituto cultural autônomo, apoiado por seu respectivo país) terá de sustentar o fluxo da rede, o que provavelmente requererá investimentos substanciais para fazer basicamente o que um organismo em rede dinâmico deveria conseguir fazer por si só – crescer e se sustentar. Além disso, Zaharna (2014) afirmou que a iniciativa dos IC ilustra alguns dos aspectos distintivos da colaboração. Segundo ela, a colaboração vê a diversidade não como obstáculo a ser superado, mas como fonte de ideias e de sinergia que auxiliam a descobrir novos usos para recursos existentes e familiares.

Um exemplo dessa dinâmica de rede pode ser observado no artigo de Villar *et al* (2016) sobre a experiência do Instituto Confúcio na Universidade de Pernambuco (UPE), Brasil. Segundo os autores, a instalação do IC em uma universidade é um exemplo de internacionalização. “Só que a experiência da UPE tem mostrado que a relação com a China, em função do Instituto Confúcio, é mais intensa do que com outros países com os quais a Universidade detém programas de intercâmbio”. Os autores destacam as Conferências Globais dos IC, realizadas a cada final de ano na China, como um compromisso de cada IC de manter os laços com a China e com outros institutos:

Como são cerca de 500 institutos mundo afora criados por meio de acordos com duas centenas de universidades chinesas, uma Conferência Global dos Institutos Confúcio se transforma assim numa das maiores reuniões de universidades do planeta. Então, na prática, é como se cada universidade que abriga um Instituto Confúcio tivesse relações próximas com 700 universidades internacionais. Então, especialmente para as universidades menores e com menos recursos, é o Instituto Confúcio uma forma conveniente e eficiente de internacionalização. Como prova disso, a UPE já recebeu propostas de cooperação de várias universidades com Institutos Confúcio (VILLAR *et al*, 2016, n.p.)

Em entrevista realizada especialmente para esta dissertação com Enrique Huelva,

diretor-geral do Instituto Confúcio da Universidade de Brasília, também se tratou dessa questão⁹⁰. Questionado acerca de eventuais pressões por parte dos professores estrangeiros ou da Hanban relativas a materiais ou a cursos a serem oferecidos e trabalhados no âmbito do IC/UnB, Enrique Huelva afirmou que não teve conhecimento de nenhuma dificuldade enfrentada ao longo da existência do Instituto, criado na Universidade de Brasília em 2009. Ademais, o diretor-geral relatou que, nas ocasiões em que participou dos encontros anuais dos IC, em Pequim, e teve a oportunidade de conversar com diretores de IC do Brasil e de outros países, tampouco ouviu comentários nesse sentido.

Segundo o professor, o impacto do IC/UnB é relevante. As ações do IC dão-se em basicamente três áreas: 1) cursos para os alunos da graduação da UnB, que contam créditos na grade curricular e que são bastante concorridos; 2) cursos de extensão, que vão desde aulas de idioma até cursos de cultura – que incluem aspectos como caligrafia, cerimônia do chá, medicina tradicional, entre outros –, oferecidos para a comunidade interna da UnB (alunos, professores e funcionários) e para a comunidade externa, de acordo com o interesse e o número de vagas; 3) cursos sob demanda, oferecidos geralmente a pedido de empresas ou de ministérios, notadamente o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa.

Na página do Instituto Confúcio da UnB no Facebook⁹¹ – principal canal de diálogo com o público –, é possível ler a missão do IC/UnB: “O Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo a formação de grupos de estudos que incentivem a elaboração de trabalhos de iniciação científica, dissertações e teses relacionadas à língua e cultura chinesas”. Ademais, destaca-se que o IC/UnB “conta com uma biblioteca com mais de 5.000 exemplares doados pelo Instituto Hanban”.

De acordo com o Enrique Huelva, todos os cursos oferecidos pelo IC/UnB passam pelo trâmite normal de disciplinas oferecidas pela Universidade: são debatidas internamente e devem ser aprovadas pelo Colegiado. Nesse sentido, o diretor-geral afirma que, não só não existem antagonismos entre os professores estrangeiros do IC e os professores da UnB, como, por outro lado, há uma construção conjunta das disciplinas, em um esforço de cooperação para compreender as necessidades e atender às demandas.

Não obstante os aspectos positivos apontados pelos casos anteriores, contam críticas na literatura acerca dessa estrutura dos IC, pois, supostamente, permitiria uma maior ingerência dos parceiros chineses sobre os atores locais e colocaria em risco a liberdade acadêmica. Em

⁹⁰ A entrevista foi realizada no dia 19 de julho de 2018, na Vice-Reitoria da Universidade de Brasília. O professor Enrique Huelva é Vice-Reitor da UnB, mas destacou que seus comentários na entrevista são dados na perspectiva de diretor-geral do Instituto Confúcio da Universidade.

⁹¹ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/pg/confuciuunb/about/>>. Acesso: 20 jul. 2018.

seu estudo de caso sobre três Institutos Confúcio no Canadá, Covina Y. W. Kwan (2013) investigou essa questão. Perguntados sobre suas percepções acerca do nível de autonomia das universidades, todos os três IC afirmaram que as universidades canadenses mantinham controle sobre o planejamento da programação e sobre os recursos utilizados. Mas a autora destacou também o comentário de um entrevistado, que afirmou:

(...) eles não estão nos dizendo o que fazer, mas eles podem não nos dar o financiamento para tudo o que queremos fazer. Então, nessa medida, eles têm influência sobre o que fazemos? Sim. Eles nunca dizem [não] para nós, mas se você tem a habilidade de conseguir financiamento de outro local, nós não estamos dizendo que você não pode fazer, só estamos dizendo que nós não pagaremos por isso. E eu acho que há uma distinção enorme (KWAN, 2013, p. 118, tradução nossa⁹²).

Esses comentários de certa forma mostram que, em alguns locais, a dependência dos recursos financeiros ainda funciona como incentivo para autocensura. Outro entrevistado por Kwan (2013) confirmou a importância do fator econômico, afirmando que a parceria fornece recursos adicionais que permitem que alguns departamentos mantenham cursos que, caso contrário, teriam de ser cancelados. Mesmo assim, Kwan (2013) colocou que a principal razão para o estabelecimento das parcerias é mais do que o dinheiro: trata-se da percepção de benefícios para a universidade local, que poderá cumprir seu mandato de internacionalização, fornecendo cursos para seus alunos, além de aumentar o contato com as comunidades locais, que passam a frequentar os eventos fornecidos pelo IC. Além disso, Kwan (2013) destacou que a parceria bilateral prova ser, nos casos estudados, um tipo de relação simbiótica, com benefícios mútuos.

No tocante à imagem da China, há estudos recentes também tentando analisar como o estabelecimento de IC afeta a percepção que outras nações têm sobre o país asiático. Um deles é o artigo *Confucius Institutes and the limitations of China's global cultural network*, publicado por Zhenjie Yuan, Junwanguo Guo e Hong Zhu, em 2016. Segundo os autores, com exceção da África e da Oceania, as opiniões sobre a China se deterioraram na última década, com opiniões negativas sobre a China especialmente na Ásia, na Europa e na América do Norte. Isso, comentaram Yuan, Guo e Zhu (2016), é contrário não somente a um dos objetivos principais dos IC, mas também ao argumento dominante de que esses institutos contribuem

⁹² No original: "(...) they are not telling us what we need to do, but they might not give us funding for everything we want to do. So to that extent, do they have influence on what we do? Yes. They never said [no] to us, but if you have the ability to get the funding from somewhere else, we are not saying you can't do it, we are just saying we are not going to pay for it. And I think that's a huge distinction".

para a ascensão da China. E concluíram: enquanto os IC têm sido estabelecidos de forma crescente em escala global, a China tem falhado em promover uma imagem positiva (YUAN; GUO; ZHU, 2016).

Não obstante as conclusões trazidas pelos autores no parágrafo anterior, a série de dados *The Soft Power 30*⁹³, elaborada pela Portland, uma consultoria de comunicação estratégica sediada em Londres, Reino Unido, em parceria com o Centro de Diplomacia Pública (CPD, na sigla em inglês) da *University of Southern California*, Estados Unidos, mostra uma história um pouco diferente. O índice, publicado desde 2015, classifica os 30 melhores desempenhos de *soft power* entre os países do mundo. A China passou da 30ª posição em 2015 para a 28ª posição em 2016 e chegou à 25ª posição em 2017. Segundo o relatório, a China segue em sua constante ascensão no *ranking*, e o impressionante salto de três posições no último índice é um reflexo da abordagem mais comprometida com *soft power* que a China tem mostrado nos anos recentes, destacando-se ainda que a abertura de centenas de Institutos Confúcio, combinada com extensivas iniciativas de *branding* internacional, fortaleceram muito a oferta cultural do país. A publicação destacou que o maior recurso de *soft power* da China é justamente sua cultura; por outro lado, sua maior fraqueza é a questão política, que, juntamente com a abordagem chinesa com relação aos direitos humanos, não combina bem com a perspectiva ocidental e acaba enfraquecendo a opinião pública global sobre a China. E concluiu: a abordagem chinesa mais *soft* das Relações Internacionais é um passo na direção certa, mas a crescente demanda por autenticidade significa que os esforços de *soft power* devem ir além de boas oportunidades de fotos; com uma abordagem mais congruente de *soft power*, a China deve continuar subindo no índice, consolidando-se como uma superpotência global.

Finalmente, outras análises buscaram quantificar os impactos do estabelecimento dos Institutos Confúcio em aspectos bastante concretos. A primeira delas, de Donald Lien, Chang Hoon Oh e W. Travis Selmier (2012), investigou os impactos dos IC no comércio e nos investimentos estrangeiros diretos (IED) da China. Os autores afirmaram que os efeitos da familiaridade idiomática e cultural sobre o volume de comércio e de investimentos já são conhecidos, e que esses efeitos poder ser quantificados por meio da análise do fator de resistência multilateral descrito na literatura de modelo gravitacional. Dessa forma, segundo os autores, os dados mostraram aumentos significativos tanto das exportações quanto do envio de IED da China para países em desenvolvimento anfitriões de IC, mas mudanças menores ou menos perceptíveis com relação a países desenvolvidos. Além disso, o efeito positivo é mais

⁹³ **The Soft Power 30**. Disponível em: <<https://softpower30.com/>>. Acesso: 21 abr. 2018.

forte para o IED do que para o comércio. Os autores também afirmaram que o estabelecimento de IC oferece significativo apoio educacional e estrutura institucional para estudantes estrangeiros aprenderem chinês, além de fornecerem importantes informações de acesso de mercado para empresários na China e no país anfitrião. Como resultado, custos de transação são reduzidos e comércio e IED são promovidos.

Outro estudo, de Donald Lien, Sucharita Ghosh e Steven Yamarik (2014), avaliou se os IC impactaram no número de viagens internacionais para a China. Os autores destacaram que o número de viagens para a China cresceu muito na década de 2010, como cresceu também o número de IC, que tem entre seus objetivos o de aumentar o conhecimento sobre a cultura e o idioma chineses de modo a impactar o desejo do turista de visitar o país. Os acadêmicos montaram um modelo gravitacional, usando como dados o fluxo de entrada de turistas na China, dados macroeconômicos e o número de IC para 31 países (incluindo países da OCDE e países em desenvolvimento da Ásia⁹⁴) entre os anos de 2004 e 2010. Os turistas entrando na China foram divididos, de acordo com o propósito da visita, em cinco grupos (Negócios; Lazer; Amigos e Família; Trabalho; e outros). Os dados mostraram que a presença de IC no país anfitrião teve um impacto significativo no fluxo geral de turista, bem como em dois subgrupos: Negócios e Trabalho. Além disso, há evidência de que ocorreu de fato um efeito de transbordamento, que já vinha sendo apontado, sem maiores detalhamentos, pela literatura. A explicação dos autores para os resultados encontrados é a seguinte: conforme a economia chinesa cresce, será necessário que mais negócios sejam conduzidos na China, e o crescimento dos IC, ao reduzir os obstáculos linguísticos e ao aumentar internacionalmente o entendimento sobre a cultura chinesa, facilita o crescimento do fluxo de turistas de Negócios e de Trabalho para o país.

Os mesmos autores, em 2017, buscaram expandir a pesquisa, analisando como a distância cultural (a ausência de familiaridade e de similaridade culturais) influenciou o fluxo de turistas, bens e investimentos para dentro e para fora da China, e como a rede de Institutos Confúcio impactou esse fluxo (GHOSH; LIEN; YAMARIK, 2017). O banco de dados usado pelos autores para o modelo gravitacional era composto de: fluxo de turistas, capitais, importações e Investimento Estrangeiro Direto (IED) para dentro da China; exportações e IED saindo da China; medidas de diferenças culturais e geográficas, e fatores políticos (índice de estabilidade e existência de acordos com a China) e econômicos (população, PIB real e PIB

⁹⁴ Os 31 países são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Cazaquistão, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Filipinas, Holanda, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Malásia, México, Mongólia, Nepal, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Portugal, Quirquistão, Reino Unido, Rússia, Singapura, Sri Lanka, Suécia e Tailândia.

convertido pelo fator de Paridade de Poder de Compra, inflação, porcentagem de IED com relação ao PIB e porcentagem de importações com relação ao PIB) de 108 países, no período de 2004-2012. Entre os fatores que podem impactar a distância cultural, além do estabelecimento de IC, os autores usaram ainda outras duas medidas: a quantidade de população chinesa nos outros países (que pode ajudar a mitigar diferenças culturais entre a China e seus parceiros) e um índice de distância cultural nacional (que é calculado com base em diferentes dimensões culturais que podem moldar os padrões de comportamento cultural das pessoas em um país). As estimativas do modelo gravitacional construído pelos autores apontaram que a distância cultural importou tanto para fluxos entrando quanto saindo da China. Além disso, os dados mostraram que o IC, ao ajudar o país anfitrião a aprender mais sobre a cultura chinesa, diminuiu a distância cultural e facilitou os fluxos transfronteiriços entre a China e outros países (GHOSH; LIEN; YAMARIK, 2017). Especificamente, os autores destacaram que o estabelecimento de IC aumentou o fluxo de turistas (tanto o fluxo geral de turistas quanto o das subcategorias Profissional e Pessoal) no país anfitrião, bem como o fluxo de capitais para a China, além de aumentar as exportações e a saída de IED da China. Ademais, com relação ao índice de distância cultural nacional, os autores salientaram que diferenças menores em cultura nacional aumentaram o fluxo de turistas profissionais e de importações da China, bem como as exportações e a saída de IED. Quanto à entrada de IED na China, no entanto, os autores ressaltaram que a única medida de distância cultural que teve impacto positivo foi a porcentagem de população chinesa no exterior (GHOSH; LIEN; YAMARIK, 2017).

Ainda em 2017, Muhammad Akhtaruzzaman, Nathan Berg e Donald Lien publicaram estudo no qual buscaram analisar a relação entre o estabelecimento de IC na África, a busca chinesa por recursos naturais e o fluxo de IED e de ajuda externa do país asiático para o continente africano. Segundo os autores (AKHTARUZZAMAN; BERG; LIEN, 2017), a pesquisa partiu de uma suspeita frequentemente levantada por críticos acerca dos IC e da China: que a proliferação dos IC na África refletiria segundas intenções do governo chinês, qual seja, a busca pelos recursos naturais dos países africanos. Assim, os acadêmicos observaram o fluxo de ajuda externa da China e de recursos naturais de um dado país africano em um dado ano, de modo a medir o efeito da presença de IC no fluxo de IED saindo da China para um país africano por ano, no período de 2004 a 2012. Eles também trabalharam com a literatura acerca da ajuda chinesa para a África, da comunicabilidade entre ajuda chinesa e *soft power* e das relações entre a ajuda externa chinesa e o desejo da China pelos recursos naturais da África. Os resultados encontrados pelos autores foram que tanto os IC quanto a ajuda externa e os recursos naturais têm poder preditivo conjunto no fluxo externo de IED chinês do ano subsequente. Entretanto,

os IC não são positivamente associados com o fluxo de ajuda externa do ano subsequente, nem o fluxo de ajuda externa é positivamente associado com o número de IC esperado para o ano subsequente. Segundo os autores, esses resultados sugerem que os IC são de fato uma expressão do *soft power* chinês; que os objetivos subjacentes a essa expressão de *soft power* não estão incluídos totalmente na busca por recursos naturais; e que esses objetivos, portanto, não podem ser unidimensionais. Os autores concluíram afirmando que a presença de IC revela informações independentes, originais e economicamente significativas sobre futuros fluxos de comércio que não podem ser explicados simplesmente por meio de balanço de recursos naturais ou variáveis de controle similares, comumente encontradas em modelos empíricos de fluxos de comércio (AKHTARUZZAMAN; BERG; LIEN, 2017). Ou seja, assim como outras críticas feitas aos IC e anteriormente apontadas ao longo desta seção, também esta – a de que a China estaria buscando aumentar sua influência na África para garantir a exploração de recursos naturais – ao menos por enquanto, não se sustenta em dados empíricos.

Nas páginas anteriores, revelou-se o crescimento impressionante da rede de Institutos Confúcio, que, em pouco mais de dez anos, já está presente em todos os continentes, com exceção da Antártida, com mais de 500 IC e mais de 1.000 Salas de Aula Confúcio. Tal expansão dos IC suscitou um grande interesse pelo tema, refletindo no aumento dos estudos sobre o assunto. Como apontado anteriormente, havia, no início, uma clara divisão entre artigos produzidos na China, que elogiavam o potencial dos IC de promover o *soft power* chinês, e artigos estrangeiros, que suspeitavam das intenções dos IC, acusando-os de colocar a liberdade acadêmica em risco.

Não obstante a razão de ser de muitas das críticas dirigidas aos IC, percebeu-se de forma clara que boa parte dos estudos eram feitos sem uma análise ou um contato mais aprofundado com os IC, que acabavam reproduzindo informações incompletas ou viciadas, que, assim, não conseguiam dar conta do processo todo. Desse modo, alguns acadêmicos têm, recentemente, buscado uma investigação mais aprofundada dos IC, com estudos de caso e acompanhamento das atividades diárias dos institutos. Assim, percebeu-se que algumas das críticas aos IC precisavam ser relativizadas. Inicialmente, reprovações quanto à utilização dos IC para se alcançar objetivos estratégicos da China devem levar em consideração que institutos europeus tradicionais, como a Aliança Francesa e o Instituto Goethe, também desempenham o mesmo papel para seus respectivos países, com indicações expressas em seus mandatos. Além disso, o fator econômico também deve ser visto com cautela, pois os estudos de caso analisados mostraram que os IC não eram a fonte abundante de dinheiro que alguns pressupunham, havendo, inclusive, uma tendência de aumento da participação dos parceiros internacionais no

financiamento⁹⁵. Ademais, mostrou-se que o controle sobre os IC por parte da China não era tão intenso quanto imaginado, ficando os atores locais responsáveis por boa parte da programação e condução das atividades. Entretanto, a dependência financeira ainda exerceu um papel importante ao menos em parte dos IC, e isso contribuiu para uma forma indireta de controle, a autocensura, detectada em diversos estudos de caso.

Por fim, há a questão dos potenciais resultados. Alguns estudos buscaram mensurar quantitativamente os efeitos do estabelecimento de IC, mostrando seus impactos no aumento de comércio e de IED, bem como no crescimento do turismo na China. Também foi apresentado um estudo quantitativo que, partindo de crítica frequente feita aos IC na África – de que o governo chinês estaria estabelecendo IC no continente para aumentar sua influência e explorar recursos naturais – buscou demonstrar que os IC, expressões do *soft power* chinês, não podem ser enquadrados em objetivos unidimensionais, não havendo relação clara entre o estabelecimento de IC e a exploração de recursos naturais nos países africanos. Quanto à imagem da China, a questão segue ainda indefinida. Por um lado, percebe-se que os investimentos chineses em *soft power* têm levado a uma melhora – ainda pequena, mas estável – nas suas avaliações internacionais, conforme aponta a publicação *The Soft Power 30*, elaborada pela consultoria Portland em parceria com o Centro de Diplomacia Pública da *University of Southern California*. Por outro, o caráter autoritário do regime, alvo de denúncias de censura e de violações de direitos humanos⁹⁶, acaba por enfraquecer as ações de *soft power* da China. Não somente pela divulgação de uma “versão correta” da China – até porque, como argumentado, outras nações já fizeram o mesmo – mas, principalmente, porque a promoção do multiculturalismo e a construção de um mundo harmonioso, expressamente mencionados pela Constituição e Estatutos dos Institutos Confúcio, pressupõem o respeito a culturas, a ideias e a opiniões diferentes. Enquanto não demonstrar seu comprometimento com a diversidade, os

⁹⁵ Conforme já mencionado, a *Hanban* fornece às universidades parceiras uma subvenção de cerca de US\$ 100 mil a US\$ 150 mil para cobrir os gastos iniciais e, após a consolidação dos institutos, o financiamento ocorre de forma conjunta entre *Hanban* e a universidade parceira (ZHANG; GUO, 2018). Também é relevante destacar que os valores investidos pelo governo chinês nos IC são bastante volumosos e seguem em crescimento, mas não destoam tanto do que outros governos europeus investem em seus institutos. Como no exemplo já apontado, enquanto o investimento do governo chinês nos IC em 2015 foi de aproximadamente US\$ 310,9 milhões (SWITZER, 2018), o investimento do governo alemão nos Institutos Goethe no mesmo ano foi de cerca de US\$ 298 milhões (HARTIG, 2015b).

⁹⁶ Um caso ilustrativo, já citado, é o da Bethany Allen-Ebrahimian (2018), publicado na *Foreign Policy*, no qual a jornalista relatou que, ao participar de um evento patrocinado por um IC em uma universidade norte-americana (*Savannah State University*) e discursar sobre os protestos pró-democracia em Hong Kong, a repressão do governo chinês aos tibetanos e à população Uyghur, e a ofensiva do presidente chinês Xi Jinping sobre os veículos de mídia e sobre a Internet, teria sido repreendida pela diretora chinesa do IC da universidade por não ter dado aos estudantes uma boa impressão sobre a China.

esforços dos IC correm o risco de serem vistos como, no mínimo, propagandísticos e incongruentes.

CAPÍTULO 3 – INSTITUTOS CONFÚCIO NOS ESTADOS UNIDOS: DEBATES, PERCEPÇÕES E RESULTADOS

No presente capítulo, será feito um estudo de caso acerca da experiência dos Institutos Confúcio (IC) nos Estados Unidos. Essa escolha, como já anteriormente comentado, deve-se ao fato de que há mais IC nos EUA do que em qualquer outro país do mundo, além de também ter ocorrido ali a maior quantidade de fechamentos de IC, e essas características contribuem para que o debate e a produção acadêmica acerca dos IC sejam mais amplos no país norte-americano. Dessa forma, inicialmente, far-se-á um panorama sobre a constituição dos IC nos EUA. Em seguida, será feita uma análise das principais críticas aos IC nos EUA, para, na sequência, serem apontados alguns contrapontos a esses questionamentos aos IC. Ao longo desse percurso, serão destacados os debates acadêmicos e políticos sobre os IC, bem como a repercussão na imprensa norte-americana, visando a ter uma noção mais clara acerca das percepções sobre os IC nos EUA e de possíveis resultados desses instrumentos da diplomacia cultural chinesa. Além disso, por meio desse estudo de caso – que tem como objetivo alcançar descrições e explicações detalhadas de um caso específico (JOHNSON; REYNOLDS; MYCOFF, 2016), visando a compreender uma quantidade maior de casos similares (GERRING, 2004) – busca-se evitar a crítica frequente dirigida às análises sobre os IC que, muitas vezes, não se debruçam sobre as atividades práticas desses institutos, repetindo dados e casos anedóticos que nem sempre dão conta da realidade, saltando de suspeitas e preocupações para conclusões (MCCORD, 2014; PROCOPIO, 2015; HARTIG, 2015b; YUAN; GUO; ZHU, 2016; LIU, 2017).

3.1. Institutos Confúcio nos EUA: estrutura e configuração

O primeiro Instituto Confúcio (IC) abriu suas portas em novembro de 2004, em Seul, Coreia do Sul (GIL, 2017). Ainda em novembro de 2004, foi fundado o Instituto Confúcio da Universidade de Maryland, Estados Unidos, que começou a funcionar em março de 2005, tornando-se o segundo IC criado em todo o mundo⁹⁷.

Segundo o *Office of China Affairs* da Universidade de Maryland (UMD), a universidade tem um longa e profunda relação com a China, que data de 1915, quando a UMD recebeu seu

⁹⁷ Confucius Institute at the University of Maryland. **Hanban**. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_8399.htm>. Acesso: 01 mai. 2018.

primeiro estudante chinês, Chunjen Chen⁹⁸. O texto intitulado “*The University of Maryland and China: A Shared History*”⁹⁹ ainda afirma que, desde então, a UMD foi instrumental no fortalecimento das relações EUA-China, por meio, entre outros, da promoção da cultura e de valores chineses em fóruns acadêmicos nas décadas de 1940, 1950 e 1960, e sediando as famosas partidas da Diplomacia do Pingue-pongue¹⁰⁰ em 1972, na *Cole Field House*. Essa história compartilhada com a China pavimentou o caminho para crescentes esforços de colaboração entre a UMD e o país asiático por meio de diversas iniciativas, entre elas a *Maryland China Initiative* (atualmente *Office of China Affairs*); e o Instituto Confúcio da Universidade de Maryland¹⁰¹ (CIM, na sigla em inglês).

O CIM, uma parceria entre a Universidade de Maryland, a *Hanban* e a *Nankai University*, de Tianjin, China, tem como objetivo principal, segundo seu site oficial, promover a compreensão da China atual, por meio do estudo da língua, da cultura, da ética e da filosofia chinesas. Para tanto, oferece, entre outros: cursos de idioma individual ou em grupo e atividades de pesquisa sobre a cultura chinesa e a sua importância contemporânea, com foco em “tópicos relevantes e atuais acerca de cultura, educação, história, filosofia, política, artes e economia, que não valem crédito para a universidade; seminários e palestras acadêmicas, eventos culturais e artísticos” (tradução nossa¹⁰²); viagens à China, para o aprendizado do idioma e da cultura; programas de treinamento para o ensino de chinês como língua estrangeira.

De acordo com o site oficial do governo de Pequim, somente nos primeiros cinco anos de existência, até 2010, o IC da Universidade de Maryland matriculou mais de 460 alunos em mais de 70 cursos de mandarim, além de ter promovido mais de 90 atividades culturais, que atraíram cerca de 20 mil pessoas¹⁰³. Em junho de 2018, quando da elaboração deste capítulo, não constava nenhum evento programado na aba *eventos*¹⁰⁴ do site oficial do CIM. Na aba *notícias*¹⁰⁵, era possível ler sobre a exposição fotográfica “*My Chinese Dream – Beautiful China*

⁹⁸ The University of Maryland and China: a shared history. Office of China Affairs. **University of Maryland**. Disponível em: <<http://globalmaryland.umd.edu/offices/china/timeline>>. Acesso: 09 jun. 2018.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Diplomacia do pingue-pongue refere-se ao processo iniciado com a visita da equipe de tênis de mesa dos EUA à China em 1971, em um movimento de aproximação entre os dois países que culminou com a viagem do presidente norte-americano Richard Nixon ao país asiático (KISSINGER, 2012).

¹⁰¹ The University of Maryland and China: a shared history. Office of China Affairs. **University of Maryland**. Disponível em: <<http://globalmaryland.umd.edu/offices/china/timeline>>. Acesso: 09 jun. 2018.

¹⁰² No original: “Programs focus on timely and relevant topics in culture, education, history, philosophy, politics, art, and economics”.

¹⁰³ Confucius Institute at the University of Maryland. **eBeijing, the Official Website of the Beijing Government**. Disponível em: <<http://www.ebeijing.gov.cn/Study/SchoolsPrograms/t1313835.htm>>. Acesso: 09 jun. 2018.

¹⁰⁴ Events. **Confucius Institute at Maryland**. Disponível em: <<http://globalmaryland.umd.edu/offices/confucius-institute-maryland/events>>. Acesso: 09 jun. 2018.

¹⁰⁵ News. **Confucius Institute at Maryland**. Disponível em: <<http://globalmaryland.umd.edu/offices/confucius-institute-maryland/news>>. Acesso: 09 jun. 2018.

Pictorial Exhibition”, organizada no CIM em 2015; sobre o “*annual Chinese Bridge Language Competition*” de 2013 e de 2015; além de uma visita do presidente da Universidade de Maryland e diretor do CIM, Wallace D. Loh, ao encontro anual dos IC na China, em 2013.

De 2005 até hoje, o número de IC nos EUA cresceu de modo impressionante: em abril de 2018, os EUA tinham 110 IC e 501 Salas de Aula Confúcio, sendo de longe o país com maior número de IC do mundo. Na tabela a seguir (adaptada e atualizada a partir de SWEET, 2017), percebe-se a discrepância entre o número de IC nos EUA e nos outros países que compõem o grupo dos 10 maiores em IC do mundo. Somente a título de comparação, somando todos os IC de Reino Unido, Coreia do Sul, Alemanha, França e Rússia, os cinco seguintes na lista, ainda assim não se alcança o número de IC dos EUA.

Tabela 1: 10 principais países em número de Institutos Confúcio (abril/2018)

Países	Número de IC	% do total de IC (516)
EUA	110	21,3%
Reino Unido	29	5,6%
Coreia do Sul	23	4,4%
Alemanha	19	3,6%
França	17	3,2%
Rússia	17	3,2%
Tailândia	15	2,9%
Austrália	14	2,7%
Japão	14	2,7%
Canadá	12	2,3%
Total	270	52,3%

Tabela 1: elaboração nossa, a partir de SWEET, 2017. **Fonte:** About Confucius Institute/Classroom¹⁰⁶. Tradução nossa.

As razões para essa presença tão intensa de IC no EUA relacionam-se com um contexto mais amplo de aumento da demanda pelo ensino da língua chinesa no país norte-americano. Segundo dados da *Modern Language Association* (MLA), que monitora as matrículas em cursos de língua estrangeira nos EUA desde 1960, há um crescimento constante no interesse norte-americano em estudar chinês: no período entre 1960 e 2013, o número de alunos matriculados em cursos de mandarim aumentou 90 vezes (SWEET, 2017).

¹⁰⁶ Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10971.htm>. Acesso: 28 abr. 2018.

Esse crescente interesse repercutiu em ações governamentais. Em 2006, o então presidente norte-americano George W. Bush lançou a *National Security Language Initiative*, que buscava “fortalecer a segurança e a prosperidade nacionais no século XXI por meio da educação, especialmente pelo desenvolvimento de habilidades em idiomas estrangeiros” (tradução nossa¹⁰⁷). O objetivo era aumentar o número de estudantes americanos aprendendo “critical need foreign languages¹⁰⁸” como árabe, chinês, russo, hindi, farsi e outras, patrocinando novos e já existentes programas de idioma, entre eles os de língua chinesa (SWITZER, 2017). Outra iniciativa foi a *100 Thousand Strong*, lançada pelo então presidente dos EUA Barack Obama, que visava a enviar 100 mil alunos norte-americanos para estudar na China. Em 2013, a então Secretária de Estado Hillary Clinton anunciou a criação da *100 Thousand Strong Foundation*, uma organização não governamental com o objetivo de aprofundar os laços entre futuros líderes dos EUA e da China¹⁰⁹. Em 2014, a meta de 100 mil estudantes foi ultrapassada e, em 2015, o então presidente dos EUA, Barack Obama, e o presidente da China, Xi Jinping, anunciaram a iniciativa *1 Million Strong*, que pretende expandir o número de alunos do ensino fundamental e médio dos EUA que estudam mandarim para 1 milhão até 2020. O objetivo, segundo o site oficial da iniciativa, é criar uma geração de líderes que tenha uma compreensão mais profunda da China e que possa atuar em diversas áreas industriais relevantes, garantindo que estudantes norte-americanos de todas as origens tenham a possibilidade de adquirir habilidades relacionadas à China¹¹⁰. Tendo em vista campanhas como as mencionadas anteriormente, é perceptível que o aprendizado de chinês é avaliado como algo politicamente relevante nos EUA, de modo que o crescimento dos Institutos Confúcio no país funciona como um complemento a essas iniciativas governamentais (SWEET, 2017; SWITZER, 2017).

Quanta à estrutura dos IC nos EUA, a maioria foi estabelecida no mesmo formato visto na seção 2.3.1 desta dissertação: uma parceria entre uma universidade dos EUA, a *Hanban* e uma universidade chinesa. Mas há também um modelo diferenciado, o *College Board’s Confucius Institute and Confucius Classroom Network*. O *College Board* é uma organização sem fins lucrativos criada nos EUA em 1900, que tem como missão, segundo seu site oficial,

¹⁰⁷ No original: “President Bush today launched the National Security Language Initiative (NSLI), a plan to further strengthen national security and prosperity in the 21st century through education, especially in developing foreign language skills”. Fonte: National Security Language Initiative. **U.S. Department of State Archive**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2006/58733.htm>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ 100,000 Strong. **US China Strong**. Disponível em: <<http://100kstrong.org/initiatives/100k-strong/>>. Acesso: 28 abr. 2018.

¹¹⁰ 1 Million Strong. **US China Strong**. Disponível em: <<http://100kstrong.org/initiatives/1-million-strong/>>. Acesso: 28 abr. 2018.

conectar estudantes a oportunidades e sucessos acadêmicos¹¹¹. Diferentemente do modelo tradicional, neste formato o *College Board* fica no lugar da instituição chinesa (que, geralmente, seria uma universidade chinesa), de modo que a parceria acontece entre uma instituição anfitriã nos EUA (no geral, colégios norte-americanos), a *Hanban* e o *College Board*. Ademais, os IC administrados pelo *College Board* não têm um espaço físico nas escolas, tampouco recebem professores ou instrutores, de modo que esses IC se parecem mais com bolsas de estudo (SWEET, 2017). Há, atualmente, 5 IC administrados pelo *College Board* nos EUA, localizadas em algumas das maiores escolas públicas do país¹¹², que se candidatam a um IC por meio do *College Board*, após uma solicitação de propostas. Como não dispõem de professores ou de espaço físico, os IC administrados pelo *College Board* usam os recursos recebidos para financiar a criação e a expansão de currículos associados ao ensino da língua e da cultura chinesas (SWEET, 2017), diferenciando-se, deste modo, tanto dos IC quando das Salas de Aula Confúcio – que, como visto antes, usam o mesmo modelo dos IC, mas com foco nos ensinamentos fundamental e médio. Importante destacar que os EUA têm também quase metade do total das Salas de Aula Confúcio do mundo (501 do total de 1076, ou 46,5%¹¹³).

Apesar da relevância desse modelo do *College Board Network*, as informações são, também neste ponto, escassas e pouco organizadas. Diana L. Sweet (2017) fez a ressalva de que as informações sobre os projetos do *College Board* são relativas ao ano escolar de 2012-2013. De fato, em pesquisa realizada em maio de 2018 no site do *College Board* não se localizaram referências explícitas a projetos dos IC ou das Salas de Aula Confúcio. Entretanto, há, na seção de *Awards, Grants, and Financial Aid*, um tópico específico sobre iniciativas de cultura e idioma chineses, afirmando que o *College Board* lançou iniciativas de cultura e de idioma chineses para ajudar a apoiar o crescimento de ensino de chinês nas escolas dos EUA e a construir fundações sólidas para o *AP Chinese Program*, que é feito para servir a escolas, professores e estudantes. O *AP Chinese Language and Culture* é descrito como uma etapa importante no compromisso do *College Board* de aprofundar o multiculturalismo e o multilinguismo na educação secundária dos EUA¹¹⁴. De todo forma, não é possível afirmar se

¹¹¹ About US. **The College Board**. Disponível em: <<https://www.collegeboard.org>>. Acesso: 01 mai. 2018.

¹¹² Segundo Sweet (2017, p. 82), os cinco colégios são: *Broward County Public Schools* em Fort Lauderdale, Florida; *Clark County School District* em Las Vegas, Nevada; *Davis County Schools* em Salt Lake City, Utah; *East Central Ohio Educational Service Center* em New Philadelphia, Ohio; e *Houston Independent School District* em Houston, Texas.

¹¹³ About Confucius Institutes/Classroom. **Hanban**. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10971.htm>. Acesso: 28 abr. 2018.

¹¹⁴ Maiores informações sobre os *Awards, Grants and Financial Aids*: <<https://professionals.collegeboard.org/k-12/awards>>. Maiores informações sobre o *AP Chinese Language and Culture*: <<https://apcentral.collegeboard.org/courses/ap-chinese-language-and-culture/course>>. Acesso: 01 mai. 2018.

os prêmios, as bolsas e as aulas são relacionados com os IC.

Voltando ao modelo tradicional de constituição dos IC: parceria entre universidades norte-americanas, Hanban e universidades chinesas. Nas universidades americanas, boa parte dos IC fornece cursos que contam créditos para o programa universitário. Além disso, muitas universidades aproveitaram os professores e os recursos advindos do IC para montar seus próprios programas de ensino de língua chinesa, ou, então, para transformar programas já existentes em bacharelados (SWEET, 2017; HARTIG, 2015; KLUVER, 2014). Ademais, diversos IC adaptaram-se aos ambientes nos quais estão inseridos: por exemplo, o IC da *University of Arkansas* já ofereceu sessões de *business training* para profissionais que buscavam expandir seus negócios com a China, enquanto o IC da *University of California*, em Los Angeles, realizou evento com foco em questões médicas e de saúde (SWITZER, 2017).

A expansão impressionante do projeto Instituto Confúcio no mundo todo e o contingente enorme de IC nos EUA provocaram desconfianças quanto a possíveis intenções veladas da China. Analogamente ao que ocorreu com outros instrumentos da diplomacia cultural chinesa, já analisados anteriormente, suspeitou-se que os IC buscavam transmitir uma versão correta ou oficial do país asiático, servindo como mecanismo de propaganda do regime comunista chinês. Além disso, por conta de sua presença dentro das universidades, afirmou-se, entre outras questões, que os IC representam um risco às liberdades acadêmica e de expressão. Assim, na próxima seção, serão analisadas as principais críticas feitas aos IC nos EUA.

3.2. IC como ameaça: da liberdade acadêmica à segurança nacional

Uma das críticas mais contundentes feitas aos IC nos EUA partiu de Marshall Sahlins, antropólogo e professor da Universidade de Chicago. Em 30 de outubro de 2013, Sahlins publicou um artigo no periódico *The Nation* acusando abertamente os IC de censurar discussões políticas e de restringir o livre intercâmbio de ideias, questionando por que as universidades dos EUA seguiam fazendo parcerias com esses institutos. Sahlins (2013) comentou uma conversa com Ted Foss, diretor associado do Centro de Estudos do Leste Asiático, da Universidade de Chicago, acerca do IC que operava naquela instituição. Sahlins perguntou a Foss se o CI da Universidade de Chicago já havia organizado conferências sobre temas controversos na China, como a independência do Tibete ou o status político de Taiwan, ao que Foss respondeu: “eu posso colocar uma imagem do Dalai Lama neste escritório, mas não no

quarto andar [onde fica o IC]” (SAHLINS, 2013, tradução nossa¹¹⁵).

A partir disso, Sahlins (2013) relatou a problemática dos IC, que atuariam como agentes do partido comunista chinês em instituições pedagógicas internacionais, controlando os temas que podem ser debatidos. O antropólogo mencionou diversos casos, alguns já apontados no capítulo anterior, no qual os IC tiveram um papel ativo para evitar debates, como quando os IC das Universidades da Carolina do Norte e de Sydney tentaram impedir visitas do Dalai Lama, ou quando o IC da Universidade de Waterloo mobilizou seus estudantes para defender a repressão chinesa sobre insurgências no Tibete. Mas Sahlins (2013) mencionou também o ensino do idioma chinês simplificado, que ocorre nos IC, que, segundo ele, seria uma das formas de controle do Partido Comunista Chinês (o chinês simplificado foi adotado pelo PCC, e os alunos dos IC não poderiam ter acesso à história anterior ao período comunista na China, segundo o antropólogo). Comentou também a questão da autocensura: como no caso de seu colega Foss, que, por conta própria e sem intimação por parte do IC, não colocaria um retrato do Dalai Lama na parede, diversos temas estariam deixando de ser debatidos em universidades que sediavam os IC, configurando um perigo à liberdade acadêmica.

O artigo de Sahlins (2013) provocou um amplo debate acerca dos IC no EUA. Em um especial da *Foreign Policy* publicado em julho de 2014, seis representantes da academia foram convidados para opinar acerca dos IC. Apesar de somente dois deles terem de fato opiniões contrárias aos institutos, as acusações que trazem são fortes: relatos de recrutamento para trabalhar nos IC somente de professores que atuem como porta-vozes do Estado chinês; supressão explícita, por parte dos IC, de discussões que tratem de tópicos sensíveis ao governo chinês, como Tibete, Taiwan e Tiananmen; além de casos de autocensura, como quando a *North Carolina State University* desconvidou o Dalai Lama depois de reclamações do IC presente no campus (LEVINE *et al*, 2014).

Da leitura do especial da *Foreign Policy*, salta aos olhos que as vozes mais críticas quanto aos IC não tenham, necessariamente, grande proximidade com as atividades dos institutos, ou que, mesmo tendo relações com os IC, não baseiem suas críticas em suas experiências. Um dos críticos é Matteo Mecacci, presidente da *International Campaign for Tibet*, cujo único contato relatado no especial foi a tentativa de conseguir informações sobre o Tibete em um dos IC, que, não surpreendentemente, repassou panfletos com as informações oficiais do governo chinês, “em vez de material acadêmico produzido por autores norte-americanos renomados (ou autores tibetanos)” (LEVINE *et al*, 2014).

¹¹⁵ No original: “I can put up a picture of the Dalai Lama in this office. But on the fourth floor, we wouldn’t do that”.

Outra voz crítica no especial da *Foreign Policy* é a de Stephen I. Levine, professor aposentado de História e Política Chinesa (LEVINE *et al*, 2014). Levine foi bastante incisivo ao criticar o perigo à liberdade acadêmica que os IC representam, afirmando que há modos melhores de valorizar a cultura chinesa do que sacrificar a integridade das universidades norte-americanas por meio dos IC. E fez uma confissão: ele próprio, enquanto diretor-associado do *Mansfield Center* da Universidade de Montana, foi responsável pela abertura bem-sucedida de um IC naquela universidade. Curiosamente, Levine relatou que ele e seus colegas da Universidade de Montana se comprometeram a não ceder às investidas de Pequim e, mais do que isso, afirmou que não tem conhecimento de nenhuma interferência chinesa, a não ser no critério de escolha de professores dos IC, que é feita pela China. Mesmo assim, fez críticas fortes aos institutos, ainda que sua experiência pessoal não sirva de embasamento.

Contemporaneamente, outras instituições entraram no debate, como a Associação Americana de Professores Universitários (AAUP, na sigla em inglês). Em junho de 2014, a AAUP publicou um relatório¹¹⁶, no qual afirmava que a presença dos IC nos *campi* seria inconsistente com a liberdade acadêmica e com a autonomia das universidades. Por isso, recomendava que todas as universidades encerrassem seus envolvimento com os IC, a não ser que os acordos entre as universidades e a *Hanban* fossem renegociados para garantir que: 1) as universidades tivessem controle unilateral sobre todos os assuntos acadêmicos, incluindo recrutamento de professores, determinação de currículo dos cursos, bem como escolha dos materiais didáticos; 2) que as universidades garantissem aos professores dos IC os mesmos direitos de liberdade acadêmica assegurados aos outros membros da universidade; e 3) que os acordos entre universidades e *Hanban* fossem disponibilizados para todos os membros da comunidade acadêmica.

No âmbito desse crescente debate acerca dos IC, circulou uma petição, na Universidade de Chicago, pedindo a não renovação do contrato com o IC local, que deveria ocorrer em 2014. O documento contou com a assinatura de 100 acadêmicos, entre eles o já mencionado professor e antropólogo Marshall Sahlins. Em setembro daquele ano, Xu Lin, diretora-geral da *Hanban*, deu uma entrevista para um jornal chinês, na qual tratou, entre outros assuntos, da petição da Universidade de Chicago. Segundo o artigo, Xu Lin teria afirmado à administração da Universidade de Chicago que, se eles quisessem terminar com o contrato do IC, ela concordaria, o que, ainda segundo o artigo, teria causado ansiedade na administração da Universidade de

¹¹⁶ On partnerships with foreign governments: the case of Confucius Institutes. Reports & Publications. **American Association of University Professors**. Disponível em: <<https://www.aaup.org/report/confucius-institutes>>. Acesso: 12 mai. 2018.

Chicago, que concordou, assim, em seguir com o contrato (SWEET, 2017). Na sequência, a Universidade de Chicago publicou uma declaração afirmando que “comentários recentes sobre a universidade em um artigo acerca da diretora da *Hanban* são incompatíveis com a continuidade de uma parceria em condições de igualdade” (tradução nossa¹¹⁷), dando por encerrada as negociações para a renovação do contrato com o IC, que acabou fechando.

O fechamento do IC da Universidade de Chicago foi seguido, com diferença de uma semana, pelo encerramento das atividades do IC da *Pennsylvania State University* (que, como se verá na seção seguinte, ocorreu por motivos diferentes), gerando grande repercussão nos EUA, com expectativa de um efeito cascata de fechamentos de IC.

Em relatório publicado em abril de 2017, intitulado **Outsourced to China: Confucius Institutes and soft power in American higher education**, a Associação Nacional dos Acadêmicos (NAS, na sigla em inglês) fez dura crítica aos institutos. Segundo a Associação, as principais áreas de preocupação quanto aos IC seriam: a liberdade acadêmica – os professores chineses, contratados e pagos pela *Hanban*, seriam pressionados para evitar tópicos sensíveis à China, e os professores norte-americanos estariam sujeitos à autocensura; a transparência – os contratos entre as universidades americanas e a *Hanban*, bem como os acordos de financiamento e as políticas de contratação da equipe raramente estão disponíveis para o público; a livre crítica – seria mais difícil que universidades com incentivos financeiros criticassem políticas chinesas, apenas para agradar a China; e o *soft power* – pois, ao evitar tópicos sensíveis à China, apresentando o país somente sob aspectos positivos, os IC desenvolveriam uma geração de estudantes acadêmicos com conhecimento seletivo sobre o país (PETERSON, 2017).

Além disso, a NAS fez uma série de recomendações, sendo a principal delas bastante incisiva: que todas as universidades norte-americanas fechassem seus IC. Enquanto isso não ocorresse, a NAS sugeriu passos intermediários, principalmente relacionados à transparência e ao controle dos IC. Por fim, propôs que o Congresso dos EUA abrisse uma investigação sobre os IC, para saber se os interesses norte-americanos estariam sendo ameaçados por essas instituições, bem como para avaliar se haveria riscos à segurança nacional (PETERSON, 2017).

Durante o período de redação do presente capítulo, nos meses iniciais de 2018, houve um novo crescendo de críticas aos IC nos EUA. No início de fevereiro, o senador republicano

¹¹⁷ No original: “(...) recently published comments about UChicago in an article about the director-general of Hanban are incompatible with a continued equal partnership”. Statement on the Confucius Institute at the University of Chicago. **UChicago News**, 25 set. 2014. Disponível em: <<https://news.uchicago.edu/article/2014/09/25/statement-confucius-institute-university-chicago>>. Acesso: 30 abr. 2018.

Marco Rubio, da Flórida, escreveu uma carta para quatro universidades daquele estado pedindo para que elas fechassem seus IC¹¹⁸:

Dada a agressiva campanha da China para infiltrar as salas de aula norte-americanas, para reprimir a livre pesquisa e para subverter a liberdade de expressão tanto doméstica quanto externamente, eu respeitosamente os insto a considerar extinguir o acordo com seus Institutos Confúcio (tradução nossa¹¹⁹).

Na sequência da divulgação da carta do Senador Rubio, a *University of West Florida* declarou que decidiu não renovar o contrato com seu IC, que venceria em maio de 2018. Segundo Megan Gonzales, porta-voz da universidade, a decisão foi resultado de uma revisão do programa por conta da proximidade do final do contrato: “concluimos que não estávamos recebendo o retorno adequado em termo de interesse dos estudantes, entre outras coisas, e decidimos descontinuar” (tradução nossa¹²⁰).

Ainda em fevereiro de 2018, o diretor do *Federal Bureau of Investigation* (FIB), Christopher Wray, em depoimento para o comitê de inteligência do Senado dos EUA, afirmou que a academia norte-americana é ingênua quanto aos riscos representados por professores e acadêmicos chineses, que exploram o ambiente aberto de pesquisa para tentar tirar vantagem, coletando informações para o governo chinês e influenciando a opinião pública norte-americana. Na audiência, o senador republicano Marco Rubio afirmou que ele acreditava que os IC eram cúmplices nesses esforços de disfarçadamente influenciar a opinião pública e ensinar meias verdades designadas para apresentar a história chinesa, o governo e as políticas oficiais desde uma perspectiva positiva; e, na sequência, o senador perguntou se o diretor o FBI compartilhava de suas preocupações. Wray respondeu que sim, que ele compartilhava dessas preocupações, e que o FBI tem observado há algum tempo os IC – que seria apenas uma das diversas ferramentas das quais os chineses tentam tirar vantagem. Ele afirmou que tem percebido uma diminuição no comprometimento e no entusiasmo da China com relação aos IC, mas que o FBI segue observando com cautela, até mesmo adotando procedimentos

¹¹⁸ Uma versão final aprovada da carta está disponível em: <https://www.rubio.senate.gov/public/_cache/files/34f01f9b-a642-4078-af7e-32536bfe7c25/7AA114B69F9469BFEBD47B5F71D65072.final-approved-letter-text-to-fl-universities.pdf>. Acesso: 30 jun. 2018.

¹¹⁹ No original: “Given China’s aggressive campaign to ‘infiltrate’ American classrooms, stifle free inquiry, and subvert free expression both at home and abroad, I respectfully urge you to consider terminating your Confucius Institute agreement”.

¹²⁰ No original: “We concluded that we were not getting adequate return in terms of student interest, among other things, and decided to discontinue”. Fonte: More scrutiny for Confucius Institutes; one to close. **Inside Higher Ed**, 06 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/quicktakes/2018/02/06/more-scrutiny-confucius-institutes-one-close>>. Acesso: 12 mai. 2018.

investigativos adequados¹²¹.

O diretor Christopher Wray ainda destacou que o FBI não vê somente o governo chinês, mas, sim, toda a sociedade chinesa, como uma ameaça:

Uma das coisas que estamos tentando fazer é ver a ameaça chinesa não como uma ameaça do governo como um todo, mas uma ameaça da sociedade como um todo da parte deles. E eu acho que isso demandará uma resposta da sociedade como um todo da nossa parte (tradução nossa¹²²)

Em 23 de março de 2018, os congressistas do Texas Michael McCaul, do Partido Republicano, e Henry Cuellar, do Partido Democrata, enviaram uma carta bipartidária às quatro universidades do Texas que possuem sedes de IC, acompanhada da seguinte declaração conjunta:

Nós instamos fortemente essas universidades a considerar extinguir suas parcerias com os Institutos Confúcio ou outras organizações mantidas pelo governo chinês. Essas organizações são uma ameaça para a segurança da nossa nação, servindo de plataforma para a coleta de informações e para a promoção de agenda política por parte da China. Nós temos a responsabilidade de defender os valores americanos de liberdade de expressão, e de fazer tudo o que for necessário para responder a qualquer comportamento que signifique uma ameaça à nossa democracia (tradução nossa¹²³).

Na carta enviada às universidades¹²⁴, os congressistas elencaram declarações, dados e reportagens que, em boa parte, já foram trazidos anteriormente na presente dissertação, como o depoimento do diretor do FBI Christopher Wray, o anunciado fechamento do IC da *University of West Florida*, o relatório publicado pela NAS em 2017, o fechamento dos IC da Universidade de Chicago e da *Pennsylvania State University*, além do fechamento de outros IC pelo mundo. São apontadas algumas reportagens mais recentes, como a publicada no site da *Politico Magazine* intitulada *How China Infiltrated U.S. Classrooms*¹²⁵, que, em boa parte, remete aos

¹²¹ Disponível em: <<https://www.intelligence.senate.gov/hearings/open-hearing-worldwide-threats-hearing-1>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹²² No original: “One of the things we're trying to do is view the China threat as not just a whole-of-government threat, but a whole-of-society threat on their end. And I think it's going to take a whole-of-society response by us”. The director of the FBI says the whole of Chinese society is a threat to the US – and that Americans must step up to defend themselves. **Business Insider**, 13 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/china-threat-to-america-fbi-director-warns-2018-2>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹²³ A declaração conjunta pode ser acessada no *press release* disponível no site do congressista Michael McCaul: <<https://mccaul.house.gov/media-center/press-releases/mccaul-cuellar-send-letter-to-texas-universities-hosting-confucius>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹²⁴ Disponível em:

<<https://mccaul.house.gov/sites/mccaul.house.gov/files/Confucius%20Institute%20Letter%20to%20Texas%20Colleges%2C%20Universities%2C%20and%20Other%20Educational%20Institutions.pdf>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹²⁵ How China infiltrated U.S. classroom. **Politico Magazine**, 16 jan. 2018. Disponível em:

dados e às críticas já apresentados aqui.

Em resposta à carta dos congressistas, no início de abril, a *Texas A&M* anunciou que não renovaria seu contrato com o Instituto Confúcio¹²⁶. O *Chancellor* da universidade, John Sharp, emitiu a seguinte declaração: “Eu não questiono o julgamento nem o patriotismo deles [dos congressistas MCaul e Cuellar]. Além disso, eles têm acesso a informações sigilosas que nós não temos. Estamos extinguindo o contrato, como eles sugeriram” (tradução nossa¹²⁷).

Segundo Laylan Copelin, porta-voz da *Texas A&M*, a universidade, depois de receber a carta dos congressistas, estava ciente e revisando as preocupações sobre os IC. Ele afirmou que a A&M não oferece cursos de mandarim por meio dos IC, usando, em vez disso, a parceria para trazer acadêmicos visitantes para dar aulas sobre a cultura chinesa, destacando que os acadêmicos não tinham acesso a pesquisas sigilosas da universidade¹²⁸.

Ainda em março de 2018, foi introduzido para debate no Congresso norte-americano um projeto de lei que pode ter impacto direto nos IC. O *Foreign Influence Transparency Act of 2018*, de autoria do congressista republicano Joe Wilson, da Carolina do Sul, exigiria que os IC e outras entidades que promovem “agenda política de governos estrangeiros” fossem registrados como agentes estrangeiros (ALLEN-EBRAHIMIAN; GROLL; GRAMER, 2018). O projeto de lei também obrigaria as universidades a divulgar doações de fontes estrangeiras acima de US\$ 50 mil (atualmente, as universidades só têm de divulgar investimentos acima de US\$ 250 mil, e, como visto na seção 2.3.1, na maioria dos casos, a *Hanban* investe entre US\$ 100 mil e US\$ 150 mil nos IC). A legislação anterior que tratava do tema é a *Foreign Agents Registration Act* (FARA), de 1938, que visava a resistir à propaganda nazista (ALLEN-EBRAHIMIAN; GROLL; GRAMER, 2018).

Como antes visto, uma das críticas frequentemente dirigidas aos IC é a de que o Partido Comunista Chinês impõe os temas que serão abordados pelos IC, indicando de forma explícita o que deve ou não constar das aulas. Segundo McCord (2014), trata-se de uma “*no-win*

<<https://www.politico.com/magazine/story/2018/01/16/how-china-infiltrated-us-classrooms-216327>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹²⁶ No site da IC da *Texas A&M*, é possível ver um anúncio de que o instituto encerrará suas atividades em 30 de junho de 2018, “after 10 immensely productive and event-filled years”. Disponível em: <<http://confucius.tamu.edu/>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹²⁷ No original: “I don't question their judgment, nor their patriotism. In addition, they have access to classified information we do not have. We are terminating the contract as they suggested”. Closing a Confucius Institute, at Congressmen's request. **Inside Higher Ed**, 9 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/news/2018/04/09/texas-am-cuts-ties-confucius-institutes-response-congressmens-concerns>>. Acesso: 12 mai. 2018.

¹²⁸ Texas A&M System cuts ties with China's Confucius Institute after congressmen's concern over spying. **Dallas News**, 05 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.dallasnews.com/news/higher-education/2018/04/05/congressmen-urge-ut-dallas-texas-universities-cut-ties-chinas-confucius-institute>>. Acesso: 12 mai. 2018.

situation” para os IC: espera-se que os institutos tratem de eventos como Tibete ou Taiwan para provar que eles não estão censurando tópicos; mas se os IC oferecem perspectivas apoiando as posições da China, isso será visto com suspeita como uma propaganda inapropriada.

De fato, como destacado, esta é outra crítica bastante frequente feita aos IC: a de que eles não apresentam debates sobre temas sensíveis para a China. A China, por seu lado, costuma responder que os IC têm como objetivo somente difundir a cultura e o idioma chineses, e não debater sobre questões políticas e sociais. Como visto no capítulo anterior, é realmente isso que consta do mandato dos IC. Entretanto, isso não poderia, de modo algum, ser usado como escudo para a prática da censura. Nesse sentido, Bethany Allen-Ebrahimian (2018) em artigo para a *Foreign Policy*, comentou sua experiência após ser convidada para aceitar um prêmio e fazer um discurso no Departamento de Jornalismo e Comunicação de Massa da *Savannah State University* – em um evento que contava com o patrocínio do IC instalado no campus. Allen-Ebrahimian (2018) afirmou que, no perfil que ela enviou para o evento, constava, entre os locais que trabalhou, a ilha autônoma de Taiwan, referência que foi removida do material distribuído no evento. Em seu discurso, Allen-Ebrahimian (2018), que é cofundadora de uma associação de jornalistas que fazem reportagens sobre a China, mencionou ter focado nas questões sobre as quais vem escrevendo, como os protestos pró-democracia em Hong Kong, a repressão do governo chinês aos tibetanos e à população Uyghur, e a ofensiva do presidente chinês Xi Jinping sobre os veículos de mídia e sobre a Internet. Segundo Allen-Ebrahimian (2018), após sua fala, a diretora chinesa do IC da universidade, Luo Qijuan, veio repreendê-la, dizendo que ela deveria ter dado aos estudantes uma boa impressão sobre a China. Allen-Ebrahimian (2018) destacou que soube, pela administração do evento, que teria sido Luo Qijuan que demandou a retirada da menção a Taiwan do programa, sob pena de boicote ao evento, pois isso feria a soberania da China. Allen-Ebrahimian (2018) comentou que pediu explicações sobre a supressão de Taiwan do programa do evento, mas que a resposta não veio da diretora chinesa do IC *Savannah State University*, mas, sim, de Gao Qing, relações públicas do diretor executivo dos IC, em Washington/DC. Segundo Allen-Ebrahimian (2018), Gao Qing teria dito que Taiwan era um tópico político, e, portanto, fora dos limites dos eventos do IC, afirmando: “A política oficial dos Institutos Confúcio é ensinar o mandarim e cultivar a consciência cultural” (tradução nossa¹²⁹).

Em suas críticas ao IC, Allen-Ebrahimian (2018) comentou, ainda, a questão mais ampla da redução de investimentos, por parte do governo norte-americano, nas universidades dos

¹²⁹ No original: “The official policy of Confucius Institutes is to teach Chinese language (Mandarin) and cultivate cultural awareness”.

EUA, que tem levado a uma corrida por outras fontes de financiamento, o que contribui para que as universidades aceitem sujeitar-se aos desígnios dos IC para manter seus cursos abertos. Segundo Sweet (2017), a crítica inicial de Marshall Sahlins ao IC da Universidade de Chicago, ainda em 2013, fazia parte de um contexto justamente de críticas à *corporatização*¹³⁰ das universidades norte-americanas. Sweet relata que essa foi uma questão frequente de seus estudos:

(...) isso leva ao fato de que a história sobre os IC não é somente sobre o *soft power* chinês, mas também sobre o papel da *corporatização* das universidades americanas. De um lado, muitas instituições estão prontamente reconhecendo a mudança que está ocorrendo e a pressão adicional que está sendo exercida nelas para a diversificação de ofertas e para a captura de recursos de mensalidades, ao mesmo tempo em que lidam com a diminuição do financiamento, especialmente no caso das universidades públicas. Mas mesmo as universidades de elite, que contam com doações impressionantes, continuam a ter dificuldade com esse cenário (SWEET, 2017, p. 117, tradução nossa¹³¹)

Esse ponto também foi destacado por Christopher R. Hughes (2014). Segundo o professor da *London School of Economics*, ainda é necessário explorar a questão de como a expansão dos IC foi encorajada pela mudança de natureza da educação superior, que é impulsionada por fatores como alteração do padrão de financiamento, que deixa de sair dos gastos do governo, bem como pela necessidade de reforçar a legitimidade social das universidades, pelo fornecimento de pesquisas com relevância social e de ensino com foco no emprego. De todo modo, Hughes (2014) opinou que os riscos que os IC apresentam para as universidades são demasiadamente grandes e, portanto, ele incentivou a busca por outras formas de suprir essa necessidade de recursos.

¹³⁰ Escrevendo em inglês, Marshall Sahlins utiliza o termo *corporatization*. Segundo o dicionário online *Oxford*, o verbo *corporatize* significa converter uma organização estatal em uma companhia comercial independente (disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/corporatize>>. Acesso: 30 jun. 2018). Segundo Tadeu Gomes Teixeira, professor da Universidade Federal do Maranhão e doutor em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas, o processo de corporatização “consiste na transformação de um órgão da administração pública direta – departamento, autarquia ou outro órgão de Estado – em corporação; a princípio, em uma empresa pública” (Fonte: TEIXEIRA, Tadeu Gomes. Tendências do setor postal no cenário internacional: liberalização, regulação do mercado e reestruturação organizacional. *Soc. estado.*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 349-372, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000200349#B8>. Acesso: 30 jun. 2018). Optou-se por usar o termo em itálico porque, apesar de sua utilização em pesquisas e matérias jornalísticas no Brasil, ele ainda não se encontra dicionarizado (pesquisa realizada no sistema de busca do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso: 30 jun. 2018).

¹³¹ No original: “(...) this gets at the fact that the tale of the CIs is not just one about Chinese soft power but also the role of corporatization in American universities. On the one hand, many institutions readily acknowledge the change that is taking place and the added pressures placed on them to diversify offerings and capture tuition dollars while at the same time dealing with decreased funding, especially in the case of the state universities. But again, even the elite schools with impressive endowments continue to struggle with this”.

Como se viu nos parágrafos anteriores, são volumosas as reclamações com relação aos IC. Na seção seguinte, serão analisados alguns autores que fazem um contraponto a essas críticas.

3.3. Mesmos fatos, outras perspectivas: IC como possibilidade

Em artigo publicado em março de 2014, Edward A. McCord, então diretor do *Sigur Center for Asian Studies* e do *Taiwan Education and Research Program*, da *The George Washington University*, em Washington/DC, EUA, contestou diversos pontos abordados no artigo de Marshall Sahlins antes mencionado (2013). Segundo McCord (2014), o maior problema do criticismo com relação aos IC é que, com frequência, se salta de suspeitas e preocupações para uma conclusão de fatos. De acordo com McCord (2014), no máximo, o que ocorre é que um pequeno número de casos anedóticos é repetido para dar suporte a acusações mais amplas de que os IC poderiam ter impactos deletérios sobre a vida acadêmica dos EUA. E afirmou: pode ter até existido espaço para essas preocupações e esses cuidados em 2005, quando o primeiro IC foi aberto no país; entretanto, com mais de 100 institutos, já haveria experiência suficiente para avaliar como essas organizações interagem na prática com a academia norte-americana e, na ausência de relatos de problemas e abusos disseminados, parece que essas preocupações com os IC não se tornaram fato consubstanciado.

No especial publicado pela *Foreign Affairs* (LEVINE *et al*, 2014), um dos defensores da parceria dos IC com as universidades é Michael Hill, professor associado de Literatura Chinesa e Comparada e diretor do Centro de Estudos Asiáticos da *University of South Carolina*. Hill afirmou que qualquer um que tenha experiência com o ensino de “*critical languages*” como chinês, árabe ou russo, no nível universitário, conhece o que ele chamou de “*low-equilibrium trap*”, situação na qual os programas de línguas têm somente a equipe necessária para manter os cursos funcionando, mas nunca recebem recursos suficientes para expandir. Assim, em sua experiência, a parceria com os IC ajudou os programas de chinês a evitarem essa armadilha. Hill comentou que o IC da *University of South Carolina* foi inaugurado em 2008 – em uma parceria com a Universidade de Cultura e Idioma de Pequim – e que ele não conseguia imaginar manter a gama de cursos oferecida não fosse por essa parceria, acrescentando que os alunos se beneficiavam do trabalho de instrutores experientes da universidade parceira chinesa. Além disso, afirmou que nunca viu nenhuma tentativa por parte do IC de interferir politicamente na universidade (LEVINE *et al*, 2014).

Em tese de doutorado defendida em 2017, na George Mason University, intitulada **The**

art of winning hearts and minds: explaining divergent outcomes of Confucius Institutes in the US, Diana L. Sweet (2017) argumentou que, após o encerramento das atividades, em 2014, dos IC da Universidade de Chicago e da *Pennsylvania State University*, não houve um efeito cascata de fechamentos de IC nos EUA por conta da combinação de alguns fatores: necessidades internas das universidades, patrocinadores fortes dos IC e percepção positiva da rede transnacional mais ampla de IC. Com relação às necessidades internas, segundo Sweet (2017), elas variam de universidade para universidade: em algumas, com programa de língua chinesa em fase inicial, professores e recursos advindos da parceria com os IC foram utilizados para expandir os programas, até mesmo transformando-os em bacharelados; em outras, que já contavam com programas de idioma e cultura chineses mais bem desenvolvidos, os professores e recursos dos IC foram vistos como uma possibilidade de deixar a tarefa de ensino do idioma a cargo dos professores chineses, reservando tempo e recurso dos programas das universidades para pesquisas acadêmicas.

Segundo Sweet (2017), um dos locais em que essa integração entre recursos do IC e necessidades internas não ocorreu foi na *Pennsylvania State University*, justamente um dos IC que fechou. Sweet (2017) relatou que, quando um dos membros da *Pennsylvania State University* – que havia sido responsável pela instalação do IC no campus – deixou a universidade, começaram a surgir dificuldades de comunicação com a parceira chinesa e com a *Hanban*. Por conta disso, alguns projetos selecionados para serem financiados pela *Hanban* foram recusados, o que criou mal-estar com administradores e alunos. Além disso, a *Hanban* ficou responsável somente pela programação cultural do IC, o que era visto como menos relevante e adequado para a *Pennsylvania State University*. Quando da renovação do contrato com o IC, em 2014, um dos administradores sugeriu que se considerasse terminar a parceria, que não vinha dando tantos resultados. Para Sweet (2017), a decisão de fechar o IC foi mais uma questão administrativa, bastante diferente do que ocorreu na Universidade de Chicago no mesmo período.

Em entrevista concedida, à época dos fechamentos dos IC das Universidades de Chicago e da Pensilvânia, para o site *Inside Higher Ed*, Eric Hayot (2014), professor de Literatura Comparada e Estudos Asiáticos e ex-diretor do IC da *Pennsylvania State University*, parece atribuir o fechamento do IC a uma percepção de retornos insuficientes da parceria. Como colocou Hayot (2014):

Eu diria que, na minha experiência como diretor do IC, uma das minhas maiores frustrações com a parceria foi que nós consistentemente tínhamos

mais ideias ambiciosas sobre formas de usar os recursos do IC – principalmente para apoiar pesquisa, não somente em humanidades ou em cultura chinesa, mas também em ciências, política, meio ambiente, e outros assuntos –, que eram regularmente rejeitadas pela *Hanban* como sendo muito fora do âmbito oficial do IC (que eles diziam que era principalmente “cultural”) (HAYOT, 2014, n.p., tradução nossa¹³²).

Além disso, Hayot (2014) afirmou que, porque o IC não fornecia muito apoio para o já bastante robusto programa de idioma chinês da universidade – eles não usavam nem os professores nem os materiais didáticos enviados pela *Hanban* –, o trabalho que o IC podia fazer era restrito à “*fairly narrow*” gama de atividades dentro da universidade, com atividades culturais e eventos de trupes chinesas em visita ao país promovidos pela *Hanban*, por exemplo, e algumas outras atividades fora da universidade, como apoio a eventos comunitários, entre outros.

Bastante diferente foi o caso do fechamento do IC da Universidade de Chicago. Segundo Sweet (2017), a Universidade de Chicago percebia como positivos os professores e os recursos da *Hanban*, que possibilitavam que membros da universidade dedicassem tempo e recursos em pesquisa e em cursos mais avançados de idioma, enquanto os cursos de níveis iniciais ficavam a cargo dos professores do IC. Sweet (2017) destacou que, por ser uma prestigiosa instituição de pesquisa, a Universidade de Chicago já possuía um amplo portfólio de cooperações internacionais, e, por isso, para muitos, o projeto IC não era um motivo de preocupação. Foi somente depois que um contingente pequeno, mas barulhento, de professores da universidade percebeu o projeto como instrumento de propaganda do governo chinês que as preocupações começaram a aparecer. Esse contingente de professores, relatou Sweet (2017), demandou um comitê de revisão do acordo com o IC e circulou duas petições pela Universidade. O comitê de revisão apontou alguns aspectos do acordo que poderiam ser melhorados, mas concluiu que o projeto agregava valor às necessidades do campus, da faculdade e dos estudantes. A seguir, ocorreu a sequência de fatos já relatados: em artigo publicado em um jornal chinês, Xu Lin, diretora da *Hanban*, afirmou que teria dito à a Universidade de Chicago que, se eles quisessem encerrar o acordo, ela concordaria, o que teria pressionado a universidade a manter o IC aberto. O presidente da Universidade de Chicago, então, reclamou da falta de igualdade na relação e entre os parceiros e não renovou o contrato, fechando o IC.

¹³² No original: “I will say that in my experience as CI director one of the major frustrations with the relationship was that we consistently had more ambitious ideas for the ways CI funding could be used -- mainly to support research not only in the humanities or on Chinese culture, but also on science, politics, the environment, and a variety of other topics -- that the Hanban regularly rejected as too far outside the official CI ambit (which they would tell us was mainly ‘cultural’)”.

Desse modo, os principais motivos para os fechamentos dos IC foram a ausência de percepção de benefícios internos, no caso da *Pennsylvania State University*, e uma forte oposição interna – seguida de uma declaração da diretora da *Hanban* vista como uma inaceitável violação da autonomia acadêmica, no caso da Universidade de Chicago. Como comentou Sweet (2017), as semelhanças entre os casos de Chicago e da Pensilvânia começam e terminam com a data; entretanto, a quase simultaneidade dos fechamentos ajudou a potencializar as críticas aos IC, exagerando o significado real dos casos e o potencial efeito em outros IC.

Uma observação de Sweet (2017), por sinal, é bastante eloquente do descasamento entre as críticas e a prática dos IC:

Fico continuamente impressionada pelo modo como a história contada pela imprensa leva a conclusões diferentes daquelas que tenho descoberto em minha pesquisa – que, primeiramente, a *Hanban* não tem controle sobre o currículo, e que os professores chineses recebem notas altas dos alunos, além de ficarem sob estrito controle dos departamentos; e segundo, que o fator mais importante para determinar o sucesso de um IC é o incentivo estratégico da instituição anfitriã, geralmente satisfazendo demanda de estudantes por aulas ou possibilitando o estabelecimento ou o fortalecimento de programas de chinês (SWEET, 2017, p. 117, tradução nossa¹³³).

O segundo ponto destacado por Sweet (2017) tem relação com a percepção de benefícios para a instituição anfitriã, que, assim, acaba apoiando a manutenção dos IC. Já o primeiro ponto – que a *Hanban* não tem controle sobre o currículo e que os professores trabalham sob supervisão dos departamentos das universidades anfitriãs e, além disso, são bem avaliados pelos alunos, é outra questão frequentemente apontada pelos detratores do IC. Um exemplo é o relatório da Associação Americana dos Professores Universitários (AAUP, a sigla em inglês), anteriormente mencionado, que exigia que as universidades tivessem controle unilateral sobre todos os assuntos acadêmicos, incluindo recrutamento de professores, determinação de currículo dos cursos, bem como escolha dos textos usados. Além de Sweet (2017), que afirmou que a *Hanban* não tinha nenhum controle sobre os currículos dos cursos, outros também destacaram o mesmo argumento. Stephen E. Hanson, professor do *College of William & Mary*, foi um deles (LEVINE *et al.*, 2014).

¹³³ No original: “I am continually struck by how the story in the news leads to very different conclusions than those that my research has uncovered – namely that, first, Hanban has no control over curricula and that instructors receive high marks from students and remain under close control by the departments and, second, the most important factor in determining the success of a CI is in the strategic incentive (generally, satisfying student demand for classes and/or possibly establishing or strengthening a Chinese program) of the host institution side”.

Primeiramente, Hanson destacou que, tendo participado como administrador de dois IC (o IC de *William & Mary* e o IC de *State of Washington*), ele podia afirmar inequivocamente que nunca teve nenhuma dificuldade relacionada com censura ou com autocensura – mencionando, inclusive, que o Dalai Lama esteve no campus de *William & Mary* em 2013, sem nenhuma manifestação por parte do IC de lá. Ele também comentou que palestras e conferências sobre temas como os protestos de 1989 na praça Tiananmen, o status do Tibete e de Taiwan, e a legitimidade de grupos como o Falun Gong, ocorreram com frequência nos *campi* nos quais ele trabalhou – só que sem contar com o financiamento direto da *Hanban*. Além disso, especificamente falando da demanda da AAUP para que as universidades tivessem controle unilateral dos assuntos acadêmicos, Hanson afirmou que isso já acontecia:

Ninguém, nem a China nem nenhum outro país estrangeiro, pode nos dizer como gerir nossas universidades. Se a *Hanban* nos demandasse alterar o currículo ou tópicos de nossas palestras como condição para continuar a receber financiamento, nós evidentemente iríamos deixar de trabalhar com a *Hanban* (LEVINE *et al*, 2014, tradução nossa¹³⁴)

Para o crédito da *Hanban*, concluiu Hanson, isso nunca ocorreu, apesar das dificuldades políticas que tal flexibilidade pode por vezes causar dentro da China (LEVINE *et al*, 2014).

Um dos desenvolvimentos motivado pelo temor acerca dessa possível influência que os IC exerceriam nas universidades é o *Foreign Influence Transparency Act*, anteriormente mencionado, de autoria do congressista Joe Wilson, que exigiria que entidades como o IC fossem registradas como agentes estrangeiros. Nesse ponto, é interessante notar que, tanto na cobertura da imprensa sobre essa iniciativa legislativa, quanto nas declarações dos políticos envolvidos, mencionam-se somente os Institutos Confúcio, e não seus homólogos ocidentais, como a Aliança Francesa, o *British Council*, o Instituto Cervantes, o Instituto Goethe, entre outros. Como já se destacou no capítulo anterior, a utilização desses institutos culturais com objetivos estratégicos de melhorar a imagem internacional dos países, típicos da diplomacia cultural, é comum a todos eles. Além disso, diferentemente dos IC, que limitam sua atuação à esfera da cultura e do idioma, outros institutos, a exemplo da Aliança Francesa e do Instituto Goethe, incluem em seus mandatos, inclusive, as áreas política, social e moral. Como destaca Liu (2017), a diferença entre a reação aos IC e aos homólogos ocidentais pode estar mais relacionada a questões de disputa pela hegemonia cultural ocidental do que à atuação dos

¹³⁴ No original: “No one in China, or any other foreign country, can in the end tell us how to manage our universities. If Hanban were to ask us for changes to our curriculum or adjustments to the topics of our lecture series as a condition for receiving further funding, we would obviously have to stop working with Hanban”.

Institutos Confúcio em si. Poder-se-ia argumentar que uma diferença fundamental seria a localização dos IC dentro das universidades, representando um problema adicional, pois configuraria financiamento do governo chinês às instituições acadêmicas. Este, inclusive, foi um dos comentários dos acadêmicos presentes à reunião de revisão do acordo entre a Universidade de Chicago e o seu IC, em 2014: de que a reação contrária à influência de Estados estrangeiros na universidade seria a mesma, independentemente de qual governo estrangeiro enviase o financiamento (SWEET, 2017). Entretanto, como destacou Sweet (2017), a Universidade de Chicago recebia, naquele momento, financiamentos governamentais da Dinamarca, da França, da Noruega, entre outros, fato que aparentemente não era do conhecimento dos – ou não causava preocupação nos – acadêmicos presentes à reunião que questionavam o financiamento chinês.

De todo modo, essa intensificação da ofensiva contra os IC chamou a atenção de alguns analistas, incluindo o antropólogo Marshall Sahlins, antigo crítico dos IC e um dos incentivadores do fechamento do primeiro IC nos EUA, na Universidade de Chicago. Em entrevista concedida à Elizabeth Redden, Sahlins (2018) afirmou que:

Nessa incipiente Guerra Fria com a China, o discurso crítico sobre os Institutos Confúcio migrou da liberdade acadêmica para a espionagem, tendo sido capturado de acadêmicos e das universidades por políticos conservadores e por agências de segurança do Estado. Em um resultado irônico, como o caso da *Texas A&M* mostra, agentes e agências do governo americano agora imitam ações totalitárias do governo chinês e ditam o que pode ou não pode ser ensinado em nossas universidades (SAHLINS, 2018, n.p., tradução nossa¹³⁵).

Mesmo reconhecendo essa nova investida sobre a liberdade acadêmica por parte dos políticos e das agências governamentais norte-americanas, Sahlins (2018) não deixou de criticar os IC, que também representariam uma ameaça. Mas, segundo ele, a culpa desse ataque redobrado à liberdade acadêmica é dos próprios professores e de suas universidades, que falharam em reconhecer a ameaça a seus valores intelectuais representado pelo estabelecimento há mais de uma década dos IC em seus meios.

Não deixa de ser curiosa a menção de Sahlins (2018) a uma “incipiente Guerra Fria” entre China e EUA. O antropólogo segue crítico aos IC, mas mesmo ele aponta que o debate foi apropriado por políticos conservadores e por agências do governo. Nesse ambiente de

¹³⁵ No original: “In the incipient cold war with China, the critical discourse on Confucius Institutes has shifted from academic freedom to spying, having been taken over from the academics and the universities by conservative politicians and state security agencies. In the ironic upshot, as the Texas A&M episode shows, agents and agencies of the American government now mimic the totalitarian actions of the Chinese government by dictating what can and cannot be taught in our own universities”.

tensões, algumas análises podem deixar de investigar as ações de fato dos IC, recorrendo à retórica do suposto inimigo externo. Percebe-se isso, por exemplo, na carta dos congressistas McCaul e Cuellar, que, repetindo críticas antigas sobre os IC (muitas delas, como se tem buscado demonstrar ao longo deste capítulo, sem amparo na realidade dos IC), coloca os institutos como uma ameaça aos valores democráticos norte-americanos.

Questões não diretamente relacionadas com os Institutos Confúcio também têm o potencial de afetar a relação sino-estadunidense e contribuir para acentuar essa ideia de “incipiente Guerra Fria” mencionada por Sahlins (2018). Um exemplo disso é a crescente tensão existente na relação comercial entre China e Estados Unidos – iniciada pela imposição de tarifas por parte dos EUA sobre diversos produtos chineses, um cenário que está sendo tratados por muitos como uma “guerra comercial” (DOLLAR, 2018). Elizabeth Economy, em conferência promovida pelo *Council on Foreign Relations*, em Nova Iorque, EUA, em 26 de junho de 2018¹³⁶, afirmou que, mesmo com os indicativos retóricos do presidente norte-americano Donald Trump ainda durante a campanha presidencial, os chineses ficaram surpresos e confusos com a dimensão das tarifas impostas¹³⁷, o que suscitou reações das mais variadas na China, com críticas à imprevisibilidade e até mesmo à irracionalidade das ações do presidente dos EUA.

Assim, os discursos ou as ações políticas podem reforçar a ideia de enfrentamento e de inimigo externo, mas outras esferas da sociedade também podem ter seu papel. Um debate ocorrido no *Brookings Institution*, em Washington/DC, EUA, em 07 de março de 2018, é representativo dessa diferença entre o discurso político e a prática dos IC dentro das universidades¹³⁸. No evento, que tinha como tema o fim do engajamento dos EUA com a China, o Congressista democrata Rick Larsen, questionado sobre os Institutos Confúcio, repetiu algumas das críticas já mencionadas anteriormente neste capítulo: que eles não se tratavam somente de promoção cultural, que tentavam influenciar decisões, e que, se não fosse possível ter liberdade acadêmica nos *campi* por conta dessas instituições que não permitem a liberdade acadêmica, então elas deveriam ser retiradas dos *campi*. Na sequência, falou David Shambaugh (2018), que, afirmando ter um envolvimento muito próximo com o IC do campus da *The*

¹³⁶ A transcrição da conferência está disponível em: <<https://www.cfr.org/conference-calls/us-china-trade-dispute>>. Acesso: 20 jul. 2018.

¹³⁷ O cenário ainda está em evolução, mas, até julho de 2018, foram impostas tarifas de 25% sobre a importação de U\$S 34 bilhões em bens da China, na mais extensiva proteção contra importações adotada pelos EUA desde as tarifas Smoot-Hawley, na década de 1930 (Dollar, 2018).

¹³⁸ Os vídeos do evento podem ser acessados em: <<https://www.brookings.edu/events/the-end-of-u-s-engagement-with-china/>>. A transcrição da palestra está disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/03/fp_20180307_us_china_transcript.pdf>. Acesso: 22 jun. 2018.

George Washington University, onde ele leciona, discordou do Congressista Larsen. Para Shambaugh (2018), os IC são benignos, devotados à missão principal de ensino do idioma e de estudos culturais, com filmes, culinária, Tai chi, entre outras atividades. Segundo o acadêmico, não há evidências de que os IC estejam sendo politizados; o que há são muitas suposições e insinuações, baseadas em poucos casos anedóticos. Um dessas suposições, segundo Shambaugh (2018), é a de que os IC de alguma forma influenciam o modo como se estuda a China nos *campi* dos EUA, o que é “absolutamente errado”. O acadêmico afirma que há um completo *firewall* entre os IC, que ensinam idioma e cultura, e o resto da faculdade e dos currículos em todos os *campi*, não só nos EUA, mas no mundo todo. Portanto, de acordo com Shambaugh (2018), os IC não impactam nos estudos de China, e essa é uma presunção falha feita por jornalistas, baseada em poucos casos anedóticos. Shambaugh (2018) afirmou que é possível sim melhorar aspectos de transparência com relação aos IC nos *campi*, o que poderia ser feito por uma maior supervisão dos contratos dos IC com as universidades nos EUA. Mas acrescentou que é necessário cuidado e pragmatismo neste ponto, em especial por parte da mídia, que deve agir sem presunções e insinuações, afirmando até que parece existir traços de macarthismo na questão.

Os comentários de Shambaugh (2018) merecem algumas considerações. Primeiro, porque o acadêmico se junta a diversos outros já destacados nesta dissertação, que apontam que os críticos dos IC saltam de alguns casos anedóticos para conclusões, sem se ater ao cotidiano dos Institutos (MCCORD, 2014; PROCOPIO, 2015; HARTIG, 2015b; YUAN; GUO; ZHU, 2016; LIU, 2017). Shambaugh – que, como já se mencionou nesta pesquisa, é um crítico dos esforços de *soft power* do governo chinês, afirmando que enquanto o sistema político da China negar o desenvolvimento humano de seu povo, suas ações de propaganda terão uma tarefa árdua (SHAMBAUGH, 2015) – contestou as acusações de que os IC tentariam influenciar os ensinamentos de China dentro das universidades. Segundo ele, as ações do IC da *The George Washington University*, que ele acompanha de perto, são relacionadas somente ao ensino da cultura e do idioma chinês.

De fato, o IC da *The George Washington University* publica, ao menos desde 2016, relatórios de impacto (*impact reports*), onde é possível ver fotos e relatos dos principais eventos do IC. No ano de 2017¹³⁹, destacam-se: *Chinese New Year Festival at Smithsonian American Art Museum: Highlighting the GW Confucius Institute*, que contou com a presença de mais de

¹³⁹ O relatório de impacto do Instituto Confúcio da *The George Washington University* está disponível em: <<https://confucius.columbian.gwu.edu/sites/g/files/zaxdzs2051/f/image/2017%20Impact%20report%20compress.ed.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

7.500 pessoas); *The Power of the Pen: Arabic Calligraphy from East to West*, um evento organizado pelo IC da *The George Washington University* em colaboração com diversos departamentos da Universidade, como *Elliott School of International Affairs Middle East Studies Program*, *Arabic Language Program*, *Department of Classical & Near Eastern Languages and Civilization*, *The George Washington University Museum* e *The Textile Museum*, o *Department of Religion* da *The George Washington University*, e *The Reed Society for Sacred Arts*; Noite Anual do *Dumpling*, organizada pelo IC e pelo *Global China Connection*, ambos da *The George Washington University*; o Terceiro Simpósio do IC da *The George Washington* sobre o Ensino do Chinês como Segunda Língua, coorganizado pela *Nanjing University Institute for International Students*; participação do IC no *2017 World Language Festival*, organizado pela *DCPS Global Education*, uma instituição norte-americana com foco em idiomas globais e em intercâmbios culturais¹⁴⁰; viagem à China dos alunos do IC, entre 24 de maio a 7 de junho de 2017. Percebe-se, por essa breve lista de eventos, que se trata de atividades eminentemente culturais, dentro do escopo de atuação proposto pelo documento constituinte dos IC e, ademais, que tais atividades seguem um roteiro bastante tradicional de diplomacia cultural. Além disso, também chama atenção a participação de instituições norte-americanas, sejam elas departamentos da própria universidade, sejam elas organizações da sociedade civil, o que enfraquece a crítica de uma atuação politizada dos IC em favor da China, em detrimento dos valores norte-americanos.

Outro ponto que merece destaque nos comentários de Shambaugh (2018) refere-se ao modo como a mídia norte-americana trata os IC. O acadêmico estadunidense chegou a afirmar que a atuação da imprensa dos EUA parece apontar traços de macarthismo, em referência ao período de perseguição aos comunistas na década de 1950 nos EUA, durante a Guerra Fria. A atuação da imprensa com relação aos IC já foi analisada por outros acadêmicos. Em estudo realizado em 2014, Therese L. Lueck, Val S. Pippis e Yang Lin focaram na cobertura do jornal *New York Times (NYT)* sobre os IC, mostrando que ela se insere em um contexto culturalmente carregado de um discurso politicamente construído. Segundo os autores, tradicionalmente, a mídia teve uma função essencial em determinar como o público americano aprende sobre aspectos culturais e políticos relacionados à China. Nesse sentido, o IC foi apresentado pelo *NYT* como um instrumento usado pelo governo chinês para influenciar positivamente as percepções norte-americanas sobre as políticas domésticas e as ações internacionais da China. Segundo os autores, as contribuições dos IC para ampliar o conhecimento que os norte-

¹⁴⁰ Para mais informações sobre a *DCPS Global Education*: < <https://dcpsgloaled.org>>. Acesso: 01 jul. 2018.

americanos têm acerca da cultura e do idioma chineses foram pouco reportados, e o que foi reportado não foi apresentado em um contexto jornalístico livre de ideologia política. Além disso, quando se tratava dos EUA, as alusões ao sofisticado *soft power* ocidental deram-se em termos de progresso: a influência norte-americana nunca foi rotulada como *soft power*. De acordo com os autores, “identificar os IC a uma resposta de *soft power* da China funcionou como uma forma de estereotipar os institutos para caberem no *China frame* dominante de *communist Other* na imprensa dos EUA” (LUECK; PIPPS; LIN; 2014, tradução nossa¹⁴¹). Essa menção ao “outro comunista”, que trata os IC como os comunistas de fora, pode ter relação ao que Shambaugh (2018) chamou de traço macarthista da mídia norte-americana, que não se atenta aos fatos, parte de prerrogativas falhas e chega a conclusões equivocadas. Para Lueck, Pips e Lin (2014), a narrativa construída pelo *NYT* sobre os IC funcionou como uma resposta cultural a uma necessidade internacional, mas não como uma resposta que aprofundará o diálogo global.

Essas narrativas criadas tanto pela mídia quanto por políticos podem ter impacto no modo como alunos dos IC, e seus familiares, interagem com as ações dos institutos. Isso foi percebido por Jennifer Hubbert (2014), em um estudo de caso no qual acompanhou por um ano professores, alunos e pais de uma Sala de Aula Confúcio nos EUA. A acadêmica tentou analisar como os pais e os alunos percebiam o Estado chinês em suas experiências com os professores e os materiais didáticos usados pelos IC (distribuídos pela *Hanban*). Segundo ela, era possível notar a continuidade de uma retórica de Guerra Fria, reformulada no momento histórico de pós-Guerra Fria. Nas conversas com os pais dos alunos do colégio analisado, Hubbert (2014) notou que a interpretação sobre os IC e sobre a China passava por um *framework* discursivo pré-determinado, no qual o comunismo aparecia como uma lente importante para o modo como os pais imaginavam a China¹⁴². E, nessa concepção de comunismo, o termo era historicamente determinado, com referência a uma série de eventos, como Vietnã, ateísmo, filas de pão e políticas permissivas com relação ao aborto. E mesmo que o método de ensino e os materiais didáticos dos IC fossem pensados para dissipar a imagem de uma China como ameaça para o bem-estar global, eles eram recebidos em um contexto de percepções pré-definidas sobre a

¹⁴¹ No original: “Identifying the Confucius Institute with China’s soft power response functioned as media shorthand to stereotype the institute to fit it into the dominant China frame of communist Other in the U.S. press”.

¹⁴² Como um exemplo disso, Hubbert cita o pai de uma aluna do IC investigado que comenta: “I know the CIs are trying to portray a very positive image. Our daughter’s impression of China, what has bothered me, is that she thinks communism is a viable form of government”. A mãe da aluna ainda pondera: “Well it is. It works in China”. Mas o pai conclui: “She thinks communism is okay [but] it’s not. We have different values. It’s our values versus their values, i.e., the redistribution of wealth. They do that there. It’s not okay; she thinks it’s okay, I don’t.” (HUBBERT, 2014, pp. 338-339).

China, que incluía violações aos direitos humanos, autoritarismo, repressão e cidadãos sem vontade própria. Hubbert (2014) destacou que, ironicamente, porque a China é imaginada na esfera pública como politicamente repressiva e antagonista dos interesses dos EUA, a natureza propositalmente apolítica dos materiais didáticos e das práticas de aula acabavam por vezes servindo de empecilhos para os esforços da *Hanban* de apresentar uma versão apolítica da China. Isso porque via-se na natureza apolítica dos materiais e das aulas um exercício da censura de um Estado ditatorial.

Entretanto, Hubbert (2014) fez um importante destaque: apesar dos esforços da *Hanban* para apresentar um conteúdo somente histórico e apolítico, a prática do dia a dia de aulas nem sempre é previsível. Dessa forma, Hubbert (2014) comentou situações em que professores foram questionados sobre tópicos sensíveis, como Tibete e Tiananmen, e que interagiram com os alunos, mostrando suas perspectivas. Hubbert (2014) também mencionou que alguns professores estrangeiros, visando a evitar esses temas sensíveis e, ao mesmo tempo, encontrar pontos em comum com seus alunos, trataram de questões cotidianas, como visitas a shopping centers para compras. Curiosamente, segundo Hubbert (2014), foram justamente nesses momentos em que os professores agiram aparentemente fora de um roteiro estritamente definido pela *Hanban* que os alunos mais se identificaram com eles e com a China. Hubbert (2014, p. 342) notou, na conversa com os alunos, que, para eles, se os professores podiam “fazer compras como nós” em vez de ficar em filas de pão, eles poderiam falar livremente sobre política em vez de somente repetir a propaganda do Partido Comunista, e o Estado chinês poderia ser entendido como não mais exercendo seu “insano domínio tirânico” sobre seus representados. São visíveis, nos comentários tanto dos alunos quanto dos pais, como as visões sobre a China são marcadas por um imaginário pré-definido. Entretanto, esse imaginário também é desconstruído quando os alunos se identificam com os professores e param de perceber neles a mão dura do Estado. E isso leva a uma situação interessante: quanto menos o Estado é percebido na ação de seus agentes, mais o *soft power* é efetivo; o que, por sua vez, acaba fortalecendo o Estado. Assim, Hubbert (2014) argumentou que, no caso dos IC, as ações de *soft power* cultural podem funcionar como mecanismos para esconder o poder com o objetivo de aumentá-lo.

Assim, volta-se, por caminho diverso, ao debate acerca de como o percebido controle excessivo do Estado chinês enfraquece as ações da diplomacia cultural do país. Mesmo em um ambiente marcado por uma ideia pré-concebida sobre a China, quando os professores dos IC atuam mais como indivíduos do que como agentes do Estado, as ações dos Institutos têm mais impacto, o que contribui para aumentar o conhecimento sobre a China e para melhorar a

imagem chinesa.

Nos parágrafos anteriores, Hubbert (2014) fez menção uma espécie de roteiro pré-definido estabelecido para os professores do IC pela *Hanban*. Xin Liu (2017) apontou que há, de fato, recomendações feitas pela *Hanban* aos professores antes de viajarem para o exterior. Segundo a acadêmica, ela entrevistou diversos professores dos IC, e todos os entrevistados disseram que, no *pre-departure training*, organizado pela *Hanban*, eles foram instruídos a, ou responder com a retórica oficial, ou mudar de assunto quando discussões politicamente sensíveis surgissem em sala de aula. Isso foi percebido empiricamente por Hubbert (2014) em seu estudo de caso em uma Sala de Aula Confúcio nos EUA: “quando assuntos com potencial político surgiam nas discussões em aula, eu observei que os professores rapidamente voltavam a atenção dos alunos para o aprendizado do idioma e para as atividades culturais (HUBBERT, 2014, p. 330, tradução nossa¹⁴³). Mas, assim como McCord (2014) falou de uma “*no-win situation*” – na qual se espera que os IC promovam eventos sobre Taiwan e Tibete para provar que não censuram tais temas, mas, caso eles mostrem as perspectivas do Partido Comunista Chinês sobre esses temas, eles são tratados com suspeita como propaganda inadequada –, Liu (2017) também comentou esse paradoxo:

Se os professores dos IC são acusados de ignorar ou desviar desses tópicos, eles são encorajados, ou mesmo permitidos, a entrar nessas discussões e fazer com que a voz da China seja ouvida? Não é contraditório criticar a censura por meio da censura das vozes da China? (LIU, 2017, p. 153, tradução nossa¹⁴⁴).

Liu (2017) fez referência à definição de liberdade acadêmica da Associação Americana dos Professores Universitários (AAUP, na sigla em inglês) –, como visto, uma das instituições mais críticas aos IC nos EUA –, que destaca: “Professores [americanos] têm direito à liberdade em sala de aula enquanto discutem seus temas, mas eles devem ter cuidado para não introduzir, em seu ensino, assuntos controversos, que não têm relação com seus temas” (tradução nossa¹⁴⁵). Liu (2017) argumentou que há uma linha tênue neste caso: se o “tema” é o ensino do idioma

¹⁴³ No original: “Whenever politically laden topics emerged from classroom discussions, I observed that the teachers quickly refocused students on language acquisition and cultural activities”.

¹⁴⁴ No original: “if the CI teachers are accused of ‘ignoring or diverting’ such questions, are they encouraged, or even allowed, to engage in these discussions and have the Chinese voice heard? Isn’t this self-contradictory in criticising censorship by censoring voices from China?”.

¹⁴⁵ No original: “Teachers are entitled to freedom in the classroom in discussing their subject, but they should be careful not to introduce into their teaching controversial matter which has no relation to their subject”. Fonte: 1940 Statement of Principles on Academic Freedom and Tenure. Reports & Publications. **American Association of University Professors**. Disponível em: <<https://www.aaup.org/report/1940-statement-principles-academic-freedom-and-tenure>>. Acesso: 12 mai. 2018.

chinês, então “questões politicamente sensíveis” poderiam ser tidas como “assuntos controversos que não têm relação com o tema”, e, portanto, pela própria definição da AAUP, esses assuntos não deveriam ser tratados em sala de aula. Assim, concluiu Liu (2017), sendo essa definição de liberdade acadêmica da AAUP endossada por mais de 200 associações acadêmicas e educacionais nos EUA, trata-se de mais um exemplo clássico de *double standard*, pois os professores dos IC, fazendo exatamente a mesma coisa, são acusados de interferir com a liberdade acadêmica.

Não se pretende, com isso, questionar a liberdade de expressão nas escolas e nas universidades norte-americanas, não obstante haja relatos isolados nesse sentido. Um deles foi trazido pelo jornal *The Washington Post*¹⁴⁶ no dia 09 de junho de 2018, no qual se comenta que uma estudante de 17 anos teve seu discurso de formatura interrompido ao mencionar casos de assédio sexual no colégio. A matéria ainda traz a fala de um superintendente assistente do colégio afirmando que, se a escola está fornecendo o fórum, então a escola tem a habilidade de exercer algum controle sobre a mensagem. Entretanto, o que se defendeu ao longo deste capítulo foi justamente que não se faça uso de casos isolados e anedóticos para saltar para conclusões. De toda forma, a crítica de Liu (2017) mencionada anteriormente é no sentido não de que há também censura nos EUA, mas, sim, de que se exige algo dos IC que, mais do que não ser exigido dos professores norte-americanos, é mesmo desaconselhado: que se trate de temas alheios a seus temas de aula.

No presente capítulo, buscou-se ampliar o conhecimento sobre os Institutos Confúcio por meio de um estudo de caso acerca dos IC nos EUA. Após um panorama de como se deu a entrada e a expansão dos IC no país, apresentou-se as principais críticas quanto à instituição para, em seguida, analisar alguns contrapontos aos questionamentos feitos aos IC nos EUA.

Boa parte das críticas dirigidas aos IC relacionam-se àquelas feitas a todos os instrumentos da diplomacia cultural chinesa analisados ao longo desta dissertação: totalmente controlados pelo governo, eles seriam apenas porta-vozes do Partido Comunista Chinês, buscando influenciar a opinião pública a favor da China, mostrando somente uma versão positiva da história e da cultura chinesa. No caso dos IC, um ponto bastante debatido é a presença dos institutos dentro das universidades: os IC são acusados de ameaçar a liberdade acadêmica e de censurar debates sobre temas sensíveis à China.

Conforme foi visto ao longo deste capítulo, ocorreram, sim, situações nas quais os IC

¹⁴⁶ This valedictorian began to talk about sexual misconduct at her graduation. Then her mic was cut. **The Washington Post**, 09 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/education/wp/2018/06/09/this-valedictorian-began-to-talk-about-sexual-misconduct-at-her-graduation-then-her-mic-was-cut/>>. Acesso: 01 jul. 2018.

podem ter feito jus às críticas que receberam. Mas, como também foi visto nos outros capítulos, há muitas críticas que vão além dos fatos. No caso específico dos EUA, a situação fica ainda mais exacerbada pela captura do debate por políticos conservadores e por agências do governo, no cenário de crescentes hostilidades entre EUA e China. Nesse sentido, as ações dos IC são recebidas em um ambiente de concepções pré-definidas, formadas e incentivadas tanto por discursos políticos enviesados quanto pela cobertura feita pela imprensa dos EUA (LUECK; PIPPS; LIN; 2014; SHAMBAUGH, 2018).

De modo geral, mesmo com o crescendo de críticas e com os recentes anúncios de novos fechamentos de IC nos EUA, o país ainda segue como o de maior número de IC e de Salas de Aula Confúcio do mundo. Ao todo, foram quatro IC fechados (os da *University of West Florida*, *Texas A&M*, da Universidade de Chicago e da *Pennsylvania State University*), em um montante de mais de 100 IC nos EUA, representando menos de 5% do total. Além disso, como visto, os fechamentos se deram por motivos e em contextos diferentes, e ainda não ocorreu o há muito antecipado efeito cascata de extinção dos acordos com os IC nos EUA. Dessa forma, nota-se a continuidade da demanda pelo ensino do idioma chinês nos EUA, fazendo com que as universidades ainda percebam a parceria com os IC como algo positivo, mesmo em um ambiente marcado por uma retórica de crescente hostilidade quanto aos IC (SAHLINS, 2018; SHAMBAUGH, 2018).

Quanto aos possíveis efeitos e resultados, ainda não há uma direção definida. Os estudos de caso trazidos neste capítulo mostraram percepções variadas, dependendo da identificação dos alunos com os professores, do contexto nos quais essas interações ocorrem, além de um reconhecimento maior ou menor da presença do Estado chinês nas ações dos IC. De todo modo, o crescendo de críticas aos IC nos meses iniciais de 2018, inserido em um contexto de tensões entre China e EUA – chamada por Sahlins (2018), talvez de modo exagerado, de “uma incipiente Guerra Fria” – torna a situação ainda mais complexa.

Escrevendo em 2013, Trefor Moss, jornalista baseado em Hong Kong, ao analisar o *soft power* chinês para um artigo na *The Diplomat*, afirmou que, “*even in the China-bashing West*”, as mensagens da China estão encontrando uma audiência. E concluiu:

Os EUA, por exemplo, têm mais IC do que qualquer outros país (...). Se eles convencerem ao menos alguns americanos que a China é de algum modo apreciável, respeitável, confiável ou admirável, então os esforços de Pequim não terão sido um desperdício (MOSS, 2013, n.p, tradução nossa¹⁴⁷).

¹⁴⁷ No original: “The U.S., for example, hosts more Confucius Institutes than any other country (70 at the latest count). If they convince even a few Americans that China is somehow likeable, respectable, trustworthy or admirable, then Beijing’s efforts won’t have gone entirely to waste. If they convince even a few Americans that

Neste cenário de acirradas tensões na retórica entre China e EUA do início de 2018, os IC, contraditoriamente, podem funcionar tanto como munição para os críticos da China quanto como possibilidade de fortalecimento da relação entre os dois países. Para ajudar a desarmar esse impasse, a continuação da pesquisa acadêmica sobre o tema pode ter um papel fundamental.

Ao longo da pesquisa para o presente capítulo, foi constatado um clima de desconfiança em relação aos IC nos EUA – baseado em críticas semelhantes às feitas a esse e aos outros instrumentos da diplomacia cultural chinesa estudados nesta dissertação. De todo modo, ainda que sob críticas, a mídia chinesa, o cinema chinês e os Institutos Confúcio seguem se expandindo, buscando alcançar o objetivo de melhorar a imagem da China no exterior, por meio da disseminação de sua cultura e de seu idioma. Como visto, ainda são indefinidas e variáveis as percepções dos outros países acerca da diplomacia cultural chinesa, mas, ao que tudo indica, o governo chinês continuará atuando para que as histórias da China sejam bem contadas, a vozes da China sejam bem divulgadas, e as características da China, bem explicadas (XI, 2014).

China is somehow likeable, respectable, trustworthy or admirable, then Beijing's efforts won't have gone entirely to waste".

CONCLUSÕES

A China usa instrumentos de diplomacia pública e cultural semelhantes aos de outros países – incluindo os analisados ao longo desta dissertação: veículos de mídia, cinema e institutos culturais – e, apesar de diferenças de foco e de ênfase nas ações da diplomacia pública e cultural, essas diferenças dão-se mais na teoria do que na prática.

Não obstante a similaridade das ações, há peculiaridades importantes nas concepções chinesas de *soft power* e de diplomacia cultural. Um dos destaques é a centralidade da dimensão cultural no conceito de *soft power* na China, além de uma definição bastante ampla de cultura, o que justifica a adoção, nos debates acadêmicos e nos discursos políticos no país, do conceito de *cultural soft power*. Além disso, há uma maior proeminência do Estado na condução das ações de diplomacia cultural, seja no comando de agências governamentais que promovem as ações da diplomacia cultural, seja na escolha dos temas que serão debatidos e divulgados, doméstica e externamente. Outro ponto é a divisão mais tênue entre diplomacia pública e propaganda; conceitualmente, inclusive, a ideia de propaganda na China aproxima-se da definição de diplomacia pública, como a divulgação no exterior das ações governamentais, não tendo conotação negativa. Ademais, faz-se, no país, uma utilização dupla da diplomacia cultural: além de divulgar a cultura chinesa no exterior, busca-se alcançar objetivos relacionados à segurança cultural e à coesão interna, de modo a proteger o país de uma percebida ameaça de ocidentalização cultural, o que justificaria, na perspectiva do Partido Comunista Chinês, até mesmo a censura.

Essas peculiaridades podem não ser suficientes para motivar a denominação de um modelo chinês de diplomacia cultural, mas elas tornam a análise sobre as ações da diplomacia cultural chinesa mais complexas. Isso porque, mesmo fazendo uso dos mecanismos tradicionais de diplomacia cultural – como a mídia, o cinema e os institutos culturais –, a atuação da China é percebida de modo diferente: a centralidade do Estado é apontada como forma de intromissão e de censura; a predominância e a amplitude do conceito de cultura é criticada como ideologia; a diplomacia pública chinesa é vista como propaganda; as tentativas de proteger o país de uma invasão cultural são vistas como um exercício de arbítrio estatal que não deixa a sociedade manifestar-se. Dessa forma, desde uma perspectiva acadêmica, argumentou-se, nesta dissertação, que compreender essas nuances conceituais e essas diferenças de abordagem pode tornar a análise da diplomacia cultural chinesa mais objetiva e pragmática.

Desde o final da década de 2000, a China vem investindo na internacionalização e na globalização dos seus veículos de mídia, em especial: *Xinhua News Agency*, *China Global Television Network (CGTN)*, *China Radio Internation (CRI)* e *China Daily/Global Times*. Por ora, esses meios de comunicação ainda não conseguiram se aproximar dos grandes veículos internacionais, sendo alvo de críticas quanto ao conteúdo transmitido, associado à propaganda estatal chinesa. Entretanto, notou-se que, em algumas regiões do Sul Global, em especial em países do continente africano, esses meios de comunicação vêm observando ao menos um sucesso parcial. Algumas estratégias que vêm sendo adotadas pela China, como o intercâmbio entre jornalistas locais e internacionais, por exemplo, podem trazer melhoras na qualidade e na credibilidade de seus veículos. Isso, somado aos grandes investimentos chineses no setor, poderá alterar o cenário de baixa inserção internacional da mídia chinesa, especialmente em um ambiente de crescente conectividade digital e de inovações tecnológicas.

Diferentemente do que ocorre nos outros setores investigados (mídia e Institutos Confúcio), a indústria cinematográfica chinesa possui um trunfo que garante um melhor posicionamento internacional: o mercado interno chinês. Ao final de 2016, a China tornou-se o país com o maior número de salas de cinemas do mundo. O governo chinês, buscando aproveitar-se do interesse gerado por esse massivo mercado, utiliza uma cota de entrada de filmes estrangeiros, oferecendo como alternativa o caminho das coproduções. Além de limitar a concorrência internacional no país, esse crescente relacionamento com as empresas de Hollywood tem permitido à China aumentar seu *know-how* e melhorar suas indústrias culturais domésticas, que têm, por sua vez, cada vez mais investido financeiramente também nos estúdios cinematográficos norte-americanos. Nessa relação de ganhos mútuos, notou-se que os estúdios de Hollywood, para entrar no amplo mercado interno da China, têm aceitado a interferência dos censores chineses e alterado seus filmes, tornando-os mais amigáveis aos chineses. Além disso, o controle centralizado dos mecanismos regulatórios da política de cinema por parte da China, ante a descentralização e a ausência de políticas de controle de acesso ao mercado dos EUA, coloca a China em uma posição favorável nessa relação de poder, tornando os rumos desse relacionamento imprevisíveis.

Em relação aos Institutos Confúcio (IC), eles têm ainda a particularidade de serem constituídos dentro de universidades estrangeiras, o que levanta suspeitas e críticas sobre as intenções veladas da China, que, por meio dos IC, colocaria em risco a liberdade acadêmica para divulgar uma versão mais positiva da China. Não obstante a concretude de algumas das críticas, baseadas em relatos de pressão e de censura ocorridos nos ambientes dos IC – e que, quando ocorrem, devem ser condenadas com veemência, pois não são condizentes com os

objetivos de multiculturalismo e de compreensão mútua propostos pelos institutos e típicos da diplomacia cultural –, percebeu-se de forma clara que boa parte das críticas foram feitas sem um contato mais aprofundado com os IC, que acabavam reproduzindo informações incompletas ou viciadas, repetindo relatos anedóticos sem posterior investigação, saltando de suspeitas para conclusões, não conseguindo, assim, dar conta do processo como um todo.

Algumas das críticas, porém, devem ser relativizadas. No tocante às reprovações quanto ao uso dos IC para se alcançar objetivos estratégicos da China, como a melhora da imagem do país no exterior, por exemplo, é importante destacar que institutos culturais europeus tradicionais, como a Aliança Francesa e o Instituto Goethe, também desempenham o mesmo papel para seus respectivos países, com indicações expressas em seus mandatos. Mesmo comentários sobre os vultosos investimentos chineses nos IC devem ser melhor analisados, pois, como visto, os valores investidos em 2015 pela China nos IC são bastante próximos dos investidos pela Alemanha nos Institutos Goethe no mesmo ano.

Além disso, no que diz respeito aos recursos que os IC repassam às universidades anfitriãs, os estudos de caso analisados mostraram que os IC não eram a fonte abundante de dinheiro que alguns pressupunham, havendo, inclusive, uma tendência de aumento da participação dos parceiros internacionais no financiamento. Notou-se, ainda, que o controle sobre os IC por parte da China não era tão intenso quanto inicialmente indicado, vez que as universidades anfitriãs são responsáveis por boa parte da programação, e os professores estrangeiros são submetidos à direção dos departamentos e à avaliação dos alunos. Entretanto, a dependência financeira ainda exerceu um papel importante, ao menos em parte das universidades, que mencionaram que não poderiam manter seus cursos de cultura e de idioma chineses não fosse pelos professores e recursos dos IC, e isso contribuiu para uma forma indireta de controle, a autocensura, detectada em diversos estudos de caso.

No que se refere aos potenciais resultados dos Institutos Confúcio, viu-se que os IC têm relação com algumas variáveis bastante concretas: os dados analisados mostraram que o estabelecimento de IC impactou positivamente no aumento de comércio e de IED, bem como no crescimento do turismo na China. Quanto à imagem da China, a questão segue ainda indefinida. Se, por um lado, os investimentos chineses em *soft power* têm levado a uma melhora – ainda pequena, mas estável – nas suas avaliações internacionais; por outro, o caráter autoritário do regime, alvo de denúncias de censura e de violações de direitos humanos, acaba por enfraquecer as ações de *soft power* da China.

No estudo de caso sobre os Institutos Confúcio (IC) nos Estados Unidos, evidenciou-se que as críticas dirigidas aos IC assemelham-se às repreensões feitas aos outros instrumentos da

diplomacia cultural chinesa: que eles seriam controlados pelo governo, informando verdades parciais com objetivo de melhorar a imagem da China no exterior, servindo somente como mecanismos de propaganda do Partido Comunista Chinês. Uma particularidade no caso dos IC é sua presença dentro das universidades, o que ainda representaria uma ameaça à liberdade acadêmica, por meio da censura aos debates de temas sensíveis à China.

Deve-se destacar, inicialmente, que foram narrados episódios de tentativas de pressão e de censura por parte de agentes do governo chinês, bem como, em alguns casos, autocensura por parte de administradores ou de acadêmicos que, para não se indisporerem com os parceiros chineses, preferiam não pautar temas tidos como sensíveis. Porém, notou-se também muitas críticas sem atenção aos fatos, com a repetição dos mesmos casos anedóticos e a condenação dos IC, mesmo que a despeito da própria experiência pessoal de parte dos críticos. No caso específico dos EUA, percebeu-se, ainda, a exacerbação do debate, capturado por políticos conservadores e por agências do governo norte-americano, em um cenário de crescente hostilidade na retórica entre EUA e China. Assim, viu-se que as ações dos IC eram recebidas em um ambiente de concepções pré-definidas, formadas e reforçadas por discursos políticos enviesados e pela cobertura midiática.

Nos meses iniciais de 2018, mais duas universidades norte-americanas anunciaram o fechamento de seus IC, contabilizando quatro IC fechados no país. São quatro em um total de mais de 100 IC nos EUA, em mais de 10 anos de experiência dos IC no país norte-americano, desde o estabelecimento do primeiro IC, na Universidade de Maryland em 2005, menos de um ano depois do início do projeto chinês, sendo o segundo IC aberto no mundo. Assim, torna-se difícil afirmar que esses números expressem um fracasso da experiência dos IC nos EUA. Pelo contrário: o país ainda segue como o de maior número de IC e de Salas de Aula Confúcio do mundo. Além disso, os fechamentos se deram por motivos e em contextos diferentes, e ainda não ocorreu o há muito antecipado efeito cascata de extinção dos acordos com os IC nos EUA. Assim, percebeu-se que, ao menos por enquanto, há a continuidade da demanda pelo ensino da cultura e do idioma chineses nos EUA, fazendo com que as universidades ainda vejam a parceria com os IC como algo positivo, mesmo em um ambiente marcado por uma retórica de crescente hostilidade quanto aos IC.

Quanto aos possíveis efeitos e resultados, também nos EUA há certa indefinição. Os estudos de caso mostraram percepções variadas, dependendo da identificação com os professores, do contexto nos quais essas interações ocorrem, além de uma identificação maior ou menor do Estado chinês nas ações dos IC. Isso tudo se torna ainda mais complexo pelo ambiente de crescente politização do debate acerca dos IC visto nos EUA no início de 2018, no

qual os institutos, contraditoriamente, podem funcionar tanto como munição para os críticos da China quanto como possibilidade de fortalecimento da relação entre os dois países. Nesse sentido, a continuidade da pesquisa acadêmica, privilegiando a análise dos fatos, em detrimento de concepções pré-definidas, pode trazer mais clareza à questão.

Por meio do roteiro acima, buscou-se, na presente dissertação, de modo mais específico, contribuir com o conhecimento acerca da diplomacia cultural chinesa, um aspecto que vem merecendo atenção crescente por parte do governo da China e de acadêmicos tanto chineses quanto estrangeiros, mas que ainda demandava análises mais detidas (inclusive no Brasil). Além disso, de modo mais amplo, teve-se o objetivo de contribuir com os estudos sobre China na academia brasileira. A China é o maior parceiro comercial do Brasil, e compreender como funcionam os instrumentos de promoção da diplomacia cultural e do *soft power* chineses é importante tanto para acadêmicos quanto para agentes públicos e privados envolvidos nas relações sino-brasileiras. Por fim, no tocante à comunidade epistêmica, buscou-se participar da ampliação dos estudos acerca da dimensão cultural da Relações Internacionais, apontando que ela pode ter um papel relevante tanto no fortalecimento da inserção internacional dos países, quanto, principalmente, na construção de um ambiente de maior compreensão e harmonia entre Estados e povos. Assim, compreender melhor como funciona a diplomacia cultural da China, além de possibilitar uma análise mais completa sobre a inserção internacional do país, pode auxiliar também no vislumbre de perspectivas para a construção de um mundo mais compreensivo e harmonioso.

Por trás dos esforços de promoção de *soft power* cultural chinês, percebe-se o desejo de que as histórias da China sejam bem contadas, as vozes da China bem divulgadas e as características da China bem explicadas. Da mesma forma, percebe-se que o enfrentamento das discrepâncias entre como a China se vê e como ela é vista pelo mundo é a mais importante *raison d'être* das ações da diplomacia cultural chinesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKHTARUZZAMAN, Muhammad; BERG, Nathan; LIEN, Donald. Confucius Institutes and FDI flows from China to Africa. **China Economic Review**, v. 44, p. 241-252, 2017.

ALBERT, Eleanor. China's big bet on soft power. **Council on Foreign Relations**, 11 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/chinas-big-bet-soft-power/p39131>>. Acesso: 25 mar. 2018.

ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany. Allen-Ebrahimian. How china managed to play censor at a conference on U.S. soil. **Foreign Policy**, 09 mai. 2018. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2018/05/09/how-china-managed-to-play-censor-at-a-conference-on-u-s-soil/>>. Acesso: 12 mai. 2018.

_____; GROLL, Elias; GRAMER, Robbie. New House bills take aim at foreign propaganda. **Foreign Policy**, 20 mar. 2018. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2018/03/20/new-house-bill-takes-aim-at-foreign-propaganda-russia-today-foreign-agent-manafort-fara/>>. Acesso: 12 mai. 2018.

AUKIA, Jukka. The cultural soft power of China: a tool for dualistic national security. **Journal of China and International Relations**, v. 2, n. 1, pp. 71-94, 2014. Disponível em: <<https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/608>>. Acesso: 25 mar. 2018.

BARR, Michael. **Who's afraid of China**: the challenges of Chinese soft power. Londres: Zed Books, 2011.

BECARD, Danielly Silva Ramos. China diplomacy and trade in Latin America. **Estudos internacionais**: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 1, n. 2, p. 223-240, 2013.

BERGER, Maurits. Introduction. In: BERGER, Maurits *et al.* Bridge the gap, or mind the gap? Culture in Western-Arab relations. **Clingendael**, p. 54, 2008. Disponível em: <https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20080100_cdsp_paper_berger.pdf>. Acesso: 28 fev. 2018.

BRESLIN, Shaun. A hard-bitten pursuit of soft power. In: ANHEIER, Helmut; LORENTZ, Bernhard (Eds.) **Bridging the trust divide**: cultural diplomacy and fostering understanding between China and the West. Stiftung Mercator GmbH, Berlin, Germany, 2012. Disponível em: <<https://www.stiftung-mercator.de/en/publications/bridging-the-trust-divide-cultural-diplomacy-and-fostering-understanding-between-china-and-the-w/>>. Acesso: 07 mar. 2018.

CAO, Qing. The language of soft power: mediating socio-political meanings in the Chinese media. **Critical Arts**: South-North Cultural and Media Studies, 25(1), pp. 7-24, 2011.

CARRIJO, Fabrício Borges. **A theoretical and methodological proposal in cultural diplomacy analysis**: the case of the Brazilian Cultural Centre in Barcelona (2003-2013). 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política, Políticas Públicas e Relações Internacionais) – Departamento de Ciência Política e Direito Público, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona.

CHEN, Zhimin; CHANG, Lulu. **The power strategy of Chinese foreign policy: bringing theoretical and comparative studies together.** Freie Universität Berlin, NFG Research Group Asian Perceptions of the EU, 2013.

CONFUCIUS INSTITUTE HEADQUARTERS. 2006 Annual Report. **Hanban**. Disponível em: <<http://www.hanban.edu.cn/report/2006.pdf>>. Acesso: 21 abr. 2018.

_____. 2016. Annual Report. **Hanban**. Disponível em: <<http://www.hanban.edu.cn/report/2016.pdf>>. Acesso: 21 abr. 2018.

CULL, Nicholas J. **Decline and fall of the United States Information Agency: American public diplomacy, 1989-2001.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

CUMMING, Milton. **Cultural diplomacy and the United States government: a survey.** Washington, D.C.: Center for Arts and Culture, 2003.

D'HOOGE, Ingrid. **China's public diplomacy.** Leiden: Brill, 2015.

DELISLE, Jacques. Soft power in a hard place: China, Taiwan, Cross-Strait relations and US policy. **Orbis**, v. 54, n. 4, p. 493-524, 2010.

DING, Sheng. **The dragon's hidden wings: how China rises with its soft power.** Plymouth: Lexington Books, 2008.

DOLLAR, David. The future of the U.S.-China trade war. Order from Chaos – A how-to guide for managing the end of the post-Cold War era. **Brookings**, 09 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/07/09/the-future-of-the-u-s-china-trade-war/>>. Acesso: 20 jul. 2018.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

EDNEY, Kingsley. Implications for China's soft power under Xi Jinping. **China Policy Institute: Analysis – The Online Journal of the China Policy Institute**, 5 abr. 2016. Disponível em: <<https://cpianalysis.org/2016/04/05/chinas-soft-power-under-xi-jinping/>>. Acesso: 25 mar. 2018.

FENG, David. Social media and global conversation. *In*: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global.** Londres: Routledge, 2018.

FISHER, Ali. Four seasons in one day: the crowded house of public diplomacy in the UK. **Routledge handbook of public diplomacy.** Nova Iorque: Routledge, 2009. pp. 251-261.

FLEW, Terry. Entertainment media, cultural power, and post-globalization: The case of China's international media expansion and the discourse of soft power. **Global Media and China**, v. 1, n. 4, p. 278-294, 2016.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research.** 4 ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2009.

FRANK, Robert. Culture et relations internationales : les diplomaties culturelles. *In*: FRANK, Robert [org.]. **Pour l'histoire des Relations Internationales**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

GAGLIARDONE, Iginio. China as a persuader: CCTV Africa's first steps in the African mediasphere. **Ecquid Novi: African Journalism Studies**, v. 34, n. 3, p. 25-40, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

GERRING, John. What is a case study and what is it good for?. **American political science review**, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.

GHOSH, Sucharita; LIEN, Donald; YAMARIK, Steven. Does the Confucius Institute network impact cultural distance? A panel data analysis of cross-border flows in and out of China. **Asian Economic Journal**, v. 31, n. 3, p. 299-323, 2017.

GIL, Jeffrey. China's cultural projection: a discussion of the Confucius Institutes. **China: An International Journal**, v. 13, n. 1, pp. 200-226, 2015. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/578678>>. Acesso: 06 jul. 2017.

_____. **Soft power and the worldwide promotion of Chinese language learning: the Confucius Institute project**. Bristol; Blue Ridge Summit: Multilingual Matters, 2017.

GLASER, Bonnie S.; MURPHY, Melissa E. Soft power with Chinese characteristics. *In*: MCGIFFERT, Carola. **Chinese soft power and its implications for the United States: competition and cooperation in the developing world: a report of the CSIS smart power initiative**. DC: CSIS, 2009, pp. 10-26.

GOFF, Patricia M. Cultural diplomacy. *In*: COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. **The Oxford handbook of modern diplomacy**. Oxford University Press, 2013, pp. 331-343.

HÄBERLE, Peter. **Teoría de la constitución como ciencia de la cultura**. Madri: Tecnos, 2000.

HALL, Tod. An unclear attraction: a critical examination of soft power as an analytical category. **The Chinese Journal of International Politics**, Vol. 3, 2010, pp. 189-211.

HARTIG, Falk. **Confusion about Confucius Institutes, soft power push or conspiracy? A case study of Confucius Institutes in Germany**. Presented paper at the 18th Biennial Conference of the Asian Studies Association of Australia in Adelaide, 2010. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.458.49&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso: 21 abr. 2018.

_____. Confucius Institutes: the star of China's cultural diplomacy. *In*: ANHEIER, Helmut; LORENTZ, Bernhard (Eds.) **Bridging the trust divide: cultural diplomacy and fostering understanding between China and the West**. Stiftung Mercator GmbH, Berlin, Germany, 2012. Disponível em: <<https://www.stiftung-mercator.de/en/publications/bridging-the-trust-divide-cultural-diplomacy-and-fostering-understanding-between-china-and-the-w/>>. Acesso: 07 mar. 2018.

_____. Communicating China to the world: Confucius Institutes and China's strategic narratives. **Politics**, v. 35, n. 3-4, p. 245-258, 2015a.

_____. **Chinese public diplomacy: the rise of the Confucius Institute**. Routledge, 2015b.

_____. How China understands public diplomacy: The importance of national image for national interests. **International Studies Review**, v. 18, n. 4, p. 655-680, 2016.

_____. *China Daily* – Beijing's global voice?. In: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global**. Londres: Routledge, 2018.

HAYDEN, Craig. **The rhetoric of soft power: Public diplomacy in global contexts**. Lanham: Lexington Books, 2012.

HAYOT, Eric. Entrevista concedida à Elizabeth Redden. Another Confucius Institute to close. **Inside Higher Ed**, 01 out. 2014. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/quicktakes/2014/10/01/another-confucius-institute-close>>. Acesso: 12 mai. 2018.

HERZ, Monica. Teoria das relações internacionais no pós-Guerra Fria. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso: 01 jul. 2017.

HU, Jintao. Hold high the great banner of socialism with Chinese characteristics and strive for new victories in building a moderately prosperous society in all. **Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China**, 15 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/congress/229611.htm>>. Acesso: 10 ago. 2017.

HU, Zhengrong; JI, Deqiang. Ambiguities in communicating with the world: the “Going-out” policy of China's media and its multilayered contexts. **Chinese journal of communication**, v. 5, n. 1, p. 32-37, 2012.

_____; GONG, Yukun. From the outside in: CCTV going global in a new world communication order. In: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global**. Londres: Routledge, 2018.

HUANG, Kuo. The ‘going out’ of China Radio International. In: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global**. Londres: Routledge, 2018.

HUBBERT, Jennifer. Ambiguous states: Confucius Institutes and Chinese soft power in the US classroom. **PoLAR: political and legal anthropology review**, v. 37, n. 2, p. 329-349, 2014.

HUDSON, Valerie M. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. 2 ed. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.

HUGHES, Christopher R. Confucius Institutes and the university: distinguishing the political mission from the cultural. **Issues and Studies**, v. 50, n. 4, p. 45, 2014.

JIANG, Ying. **Cyber-nationalism in China: challenging Western media portrayals of Internet censorship in China**. Adelaide: University of Adelaide Press, 2012.

JOFFE, Joseph. The perils of soft power. **The New York Times**, 14 mai. 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/05/14/magazine/14wwln_lede.html>. Acesso: 28 jul. 2017.

JOHNSON, Janet Buttolph; REYNOLDS, Henry T.; MYCOFF, Jason D. **Political science research methods**. 8a ed. Thousand Oaks: Sage e CQ Press, 2016.

KING, Gary; PAN, Jennifer; ROBERTS, Margaret E. How the Chinese government fabricates social media posts for strategic distraction, not engaged argument. **American Political Science Review**, v. 111, n. 3, p. 484-501, 2017. Disponível em: <<https://gking.harvard.edu/files/gking/files/50c.pdf>>. Acesso: 20 jun. 2018.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KLUVER, Randy. Introduction: the Confucius Institute as a communicative phenomenon. **China Media Research**, 10(1), 2014.

KOKAS, Aynne. **Hollywood made in China**. Oakland: University of California Press, 2017.

_____. Predicting volatility between China and Hollywood: Using network management to understand Sino-US film collaboration. **Global Media and Communication**, 2018.

KONG, Da. **Imaging China: China's cultural diplomacy through loan exhibitions to British museums**. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Museum Studies, University of Leicester, Leicester.

KWAN, Covina Y. W. Cultural diplomacy and internationalization of higher education: the experience of three Confucius Institutes in Canada. **Frontiers of Education in China**, v. 9, n. 1, p. 110-126, 2014.

LAI, Hongyi. China's cultural diplomacy: going for soft power. *In*: LAI, Hongyi Lai; LU, Yiyi (eds.). **China's soft power and international relations**. Nova Iorque e Londres: Routledge Taylor & Francis Group, 2012, pp. 83-103.

LAMONT, Christopher. **Research methods in international relations**. Londres: SAGE Publications, 2015.

LANDRETH, Jonathan; ROSEN, Stanley; KOKAS, Aynne; NI, Vincent. Does Chinese investment pose a threat to Hollywood? **ChinaFile**, 13 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.chinafile.com/conversation/does-chinese-investment-pose-threat-hollywood>>. Acesso: 21 abr. 2018.

LEONARD, Mark. **Public diplomacy**. Londdes: Foreign Policy Centre, 2002.

LESSA, Antônio Carlos. Prefácio. *In*: SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (Orgs.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Faperj/Contra Capa, 2012.

LESSA, Mônica. Relações culturais internacionais. *In*: MENEZES, Lená; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 11-25.

_____. Cultura e política externa: o lugar do Brasil na Cena Internacional (2003-2010). *In*: SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (Orgs.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Faperj/Contra Capa, 2012, p. 169-192.

_____; SUPPO, Hugo R. O estudo da dimensão cultural nas relações internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. *In*: GONÇALVES, William da Silva; LESSA, Mônica Leite (Org.). **História das relações internacionais: teoria e processos**. Rio de Janeiro: Uerj, 2007.

LEUNG, Chi-Cheung; DU CROS, Hilary. Confucius institutes: multiple reactions and interactions. **China: An International Journal**, v. 12, n. 2, p. 66-86, 2014.

LEVINE, Stephen *et al.* The debate over Confucius Institutes in the United States. **Foreign Policy**, 2014. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2014/07/11/the-debate-over-confucius-institutes-in-the-united-states/>>. Acesso: 29 abr. 2018.

LI, Mingjiang. China debates soft power. **The Chinese journal of international politics**, v. 2, n. 2, p. 287-308, 2008.

_____. **Soft Power: China's emerging strategy in international politics**. Plymouth: Lexington Books, 2009.

LIEN, Donald; OH, Chang Hoon; SELMIER, W. Travis. Confucius institute effects on China's trade and FDI: isn't it delightful when folks afar study Hanyu?. **International Review of Economics & Finance**, v. 21, n. 1, p. 147-155, 2012.

_____; GHOSH, Sucharita; YAMARIK, Steven. Does the Confucius institute impact international travel to China? A panel data analysis. **Applied Economics**, v. 46, n. 17, p. 1985-1995, 2014.

LIMA JÚNIOR, Antônio F. de. O papel da diplomacia pública nas relações internacionais contemporâneas. *In*: **5º Encontro Nacional da ABRI**, 2015, Belo Horizonte, MG. Anais, 2015.

_____. A sociologia dos conceitos de diplomacia pública e de poder brando. *In*: **6º Encontro Nacional da ABRI**, 2017, Belo Horizonte, MG. Anais, 2017. Disponível em: <http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498437045_ARQUIVO_Asociologiaadoconceitoeticadadiplomaciapublica.pdf>. Acesso: 28 fev. 2018.

LIU, Xin. **An alternative framework of analysis to investigate China's Confucius Institutes: a great leap outward with Chinese characteristics?**. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia). University of Central Lancashire, Lancashire.

LUECK, Therese L.; PIPPS, Val S.; LIN, Yang. China's soft power: a New York Times introduction of the Confucius Institute. **Howard Journal of Communications**, v. 25, n. 3, p. 324-349, 2014.

MADEIRA FILHO, Acir Pimenta. Instituto de cultura como instrumento de diplomacia. Brasília: FUNAG, 2016.

MARK, Simon. **A comparative study of the cultural diplomacy of Canada, New Zealand and India**. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) – Political Studies, University of Auckland, Auckland.

MARSH, Vivien. Mixed messages, partial pictures? Discourses under construction in CCTV's Africa Live compared with the BBC. **Chinese Journal of Communication**, v. 9, n. 1, p. 56-70, 2016.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MATTERN, Janice Bially. Why 'soft power' isn't so soft: representational force and the sociolinguistic construction of attraction in world politics'. **Millennium**, Vol. 33, No.3, 2005, pp. 683-612.

MCCORD, Edward A. Confucius Institutes: hardly a threat to academic freedoms. **The Diplomat**, 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/03/confucius-institutes-hardly-a-threat-to-academic-freedoms/>>. Acesso 12 mai. 2018.

MELISSEN, Jan (Ed.). **The new public diplomacy: soft power in international relations**. Springer, 2005.

MI, Miao. China's media going global: newspapers and magazines. *In*: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global**. Londres: Routledge, 2018.

MOSS, Trefor. Soft power? China has plenty. **The Diplomat**, 04 jun. 2013. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2013/06/soft-power-china-has-plenty>>. Acesso: 12 mai 2018.

NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. Nova Iorque: Public affairs, 2004.

_____. Think again: soft power. **Foreign Policy**, 23 fev. 2006. Disponível em <<http://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power/>>. Acesso 13 jul. 2017.

_____. Get smart – combining hard and soft power. **Foreign Affairs**, jul/ago, 2009. Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-07-01/get-smart>>. Acesso: 24 fev. 2018.

_____. Soft power and cultural diplomacy. *In*: **Public Diplomacy Magazine**. University of Southern California. Winter 2010a. Disponível em: <<http://www.publicdiplomacymagazine.com/soft-power-and-cultural-diplomacy/>>. Acesso: 20 jun. 2017.

_____. Responding to my critics and concluding thoughts. *In*: Inderjeet Parmar and Michael Cox (eds), **Soft power and US foreign policy**: theoretical, historical and contemporary perspective. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010b, pp. 215-221.

_____. China's soft power strategy. *In*: ANHEIER, Helmut; LORENTZ, Bernhard (Eds.) **Bridging the trust divide**: cultural diplomacy and fostering understanding between China and the West. Stiftung Mercator GmbH, Berlin, Germany, 2012. Disponível em: <<https://www.stiftung-mercator.de/en/publications/bridging-the-trust-divide-cultural-diplomacy-and-fostering-understanding-between-china-and-the-w/>>. Acesso: 07 mar. 2018.

_____. China's soft and sharp power. **Project Syndicate**, 04 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-soft-and-sharp-power-by-joseph-s-nye-2018-01>>. Acesso: 05 mai. 2018.

NYÍRI, Pál. **Reporting for China**: how chinese correspondents work with the world. Seattle e Londres: University of Washington Press, 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. China rising – strategies and tactics of China's growing presence in the world: a special issue of RBPI. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2014, vol.57, n.spe, pp. 5-8. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso: 02 out. 2017.

ORTIZ, Renato. Cultura e desenvolvimento. **Políticas culturais em revista**, v. 1, n. 1, 2008, pp. 122-128.

PETERSON, Rachele. Outsourced to China: Confucius Institutes and soft power in American higher education. A report by the National Association of Scholars. **National Association of Scholars**, 2017.

PROCOPIO, Maddalena. The effectiveness of Confucius Institutes as a tool of China's soft power in South Africa. **African East-Asian Affairs**, n. 1-2, 2015.

PWC. **Global entertainment & media outlook 2017-2021**. Londres: PriceWaterhouse Cooper, 2017.

QING, Gui Koh; SHIFFMAN, John. Beijing's covert radio network airs China-friendly news across Washington, and the world. **Reuters**, 02 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.reuters.com/investigates/special-report/china-radio/>>. Acesso: 07 mai. 2018.

RABINOVITCH, Simon. The rise of an image-conscious China. **China Security** 4(3): 32-46, 2008.

RAMOS, Leonardo; ZAHRAN, Geraldo. From hegemony to soft power: implications of a conceptual change. *In*: Inderjeet Parmar and Michael Cox (eds), **Soft power and US foreign policy**: theoretical, historical and contemporary perspective. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010.

RAWNSLEY, Gary D. China talks back: public diplomacy and soft power for the Chinese century. *In*: SNOW, Nancy; TAYLOR, Philip M. (ed.). **Routledge handbook of public diplomacy**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2009.

REEVES, Julie. **Culture and International Relations: narratives, natives and tourists**. Abingdon: Routledge, 2004.

RIBEIRO, Edgard Telles. Cultural diplomacy: an instrument of Foreign Policy. **SIFA Ambassador Talks Program**, 19 dez. 2008.

_____. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

RIVA, Natalia Francesca. **From soft power to “wenhua ruan shili”**: theory and practice in the Chinese discourse on soft power. 2016. Tese (Doutorado em História, Instituições e Relações Internacionais da Ásia e África Moderna e Contemporânea) – Università degli Studi di Cagliari, Cagliari.

ROSELLE, Laura; MISKIMMON, Alister; O’LOUGHLIN, Ben. Strategic narrative: a new means to understand soft power. **Media, War & Conflict**, v. 7, n. 1, p. 70-84, 2014.

ROSS, Robert; JOHNSTON, Alastair Ian. Introduction. *In*: ROSS, Robert; JOHNSTON, Alastair Ian (ed.). **New directions in the study of China’s foreign policy**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

RÜSEN, Jörn. Prefácio à 1ª Edição. *In*: MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SAHLINS, Marshall. China U. **The Nation**, 30 out. 2013. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/china-u/>>. Acesso: 29 abr. 2018.

_____. **Confucius Institutes: academic malware**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2015.

_____. Entrevista concedida à Elizabeth Redden. Closing a Confucius Institute, at Congressmen's request. **Inside Higher Ed**, 09 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/news/2018/04/09/texas-am-cuts-ties-confucius-institutes-response-congressmens-concerns>>. Acesso: 12 mai. 2018.

SCHNEIDER, Cynthia P. Cultural diplomacy: hard to define, but you'd know it if you saw it. **Brown Journal of World Affairs**, v. 13, p. 191, 2006. Disponível em: <https://www.brown.edu/initiatives/journal-world-affairs/sites/brown.edu/initiatives.journal-world-affairs/files/private/articles/13.1_Schneider.pdf>. Acesso: 30 jul. 2017.

_____. Cultural diplomacy: the humanizing factor. **International Cultural Policies and Power**, p. 101-112, 2010.

_____. Cultural diplomacy for the 21st century: empowering local voices. **The Huffington Post**, 23 abr. 2012. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/cynthia-p-schneider/cultural-diplomacy_b_1290487.html>. Acesso: 20 jun. 2017.

SHAMBAUGH, David. **China goes global: the partial power**. Oxford: Oxford Un. Press, 2013.

_____. China's soft-power push: the search for respect. **Foreign Affairs**, jul./ago. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-06-16/china-s-soft-power-push>>. Acesso: 05 abr. 2018.

_____. *In: The end of U.S. engagement with China?*. Washington/DC, 2018. Debate ocorrido na *Brookings Institution* em 07 mar. 2018. Transcrição disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/03/fp_20180307_us_china_transcript.pdf>. Acesso: 22 jun. 2018.

SI, Si. Expansion of international broadcasting: the growing global reach of China Central Television. **Reuter Institute**, 2014. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2018-01/Expansion%20of%20International%20Broadcasting.pdf>>. Acesso: 05 abr. 2018.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 51, n. 1, 2008, pp. 53-69.

STARR, Don. Chinese language education in Europe: the Confucius Institutes. **European Journal of Education**, v. 44, n. 1, p. 65-82, 2009.

SUN, Wanning. Slow boat from China: public discourses behind the 'going global' media policy. **International Journal of Cultural Policy**, v. 21, n. 4, p. 400-418, 2015.

SUPPO, Hugo Rogelio. O papel da dimensão cultural nos diferentes paradigmas das relações internacionais. *In: SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (Orgs.). A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Faperj/Contra Capa, 2012, p. 13-44.

_____; LESSA, Mônica L. Contribuciones teóricas y metodológicas al estudio de la dimensión cultural en las relaciones internacionales. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**, Buenos Aires, v. 28, p. 155-174, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/?c=ciclos&a=d&d=ciclos_v14_n28_07>. Acesso: 01 jul. 2017.

SWEET, Diana L. **The art of winning hearts and minds: explaining divergent outcomes of Confucius Institutes in the US**. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Ciência Política, George Mason University, Fairfax.

SWITZER, Andrew. **The consequences of Confucius Institutes: understanding the opposition**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Asiáticos) – School of Arts and Sciences, Georgetown University, Washington/DC.

THE CHINESE are coming. *The Economist*, 04 mar. 2010. Disponível em: <<https://www.economist.com/node/15607496>>. Acesso: 06 mai. 2018.

THUSSU, Dava Kishan. Globalization of the Chinese media: the global context. *In: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). China's media go global*. Londres: Routledge, 2018.

_____ ; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin. Introduction. *In*: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global**. Londres: Routledge, 2018.

TOSCANO, Daniella Maria Barandier. **Diplomacia publica, soft power e influencia dos Estados Unidos no Brasil**: o programa Fulbright e a cooperação educacional (1957-2010). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom. J. Murray, 1871.

UNESCO. **Declaração universal sobre diversidade cultural**, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso: 10 jun. 2017.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Cultural diplomacy – the linchpin of public diplomacy. **Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy**. Set. 2005. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/54374.pdf>>. Acesso: 20 jun. 2017.

VILLAR, Heldio P.; GANG, Wang; DE ARAÚJO, José Guido C. O papel do Instituto Confúcio na internacionalização universitária: a visão da Universidade de Pernambuco. **FORGES** – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2016. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/11-Heldio-Villar-et-al_O-papel-do-instituto-confucio.pdf>. Acesso: 18 mai. 2018.

WALLACE, Rebecca. **The Confucius Institutes in the real world**. 2016. Monografia (Bacharelado em Filosofia) – Dietrich School of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh.

WANG, Jian. **Soft power in China**: public diplomacy through communication. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

WHEELER, Anita. Cultural diplomacy, language planning, and the case of the University of Nairobi Confucius Institute. **Journal of Asian and African Studies**, v. 49, n. 1, p. 49-63, 2014.

WILKENING, Kenneth E. Culture and Japanese citizen influence on the transboundary air pollution issue in northeast Asia. **Political Psychology**, v. 20, n. 4, p. 701-723, 1999.

XI, Jinping. *In*: China to promote cultural soft power. **China Daily**, 01 jan. 2014. Disponível em: <http://usa.chinadaily.com.cn/china/2014-01/01/content_17208365.htm>. Acesso: 21 abr. 2018.

_____. Full text of Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress. **China Daily**, 04 nov. 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm>. Acesso: 01 jun. 2018.

XIAO, Yun. Confucius Institutes in the US: platform of promoting China's soft power. **Global Chinese**, v. 3, n. 1, p. 25-48, 2017.

XU, Beina; ALBERT, Eleanor. Media censorship in China. **Council of Foreign Relations**, 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/media-censorship-china>>. Acesso: 10 mai. 2018.

YANG, Rui. Soft power and higher education: an examination of China's Confucius Institutes. **Globalisation, Societies and Education**, v. 8, n. 2, p. 235-245, 2010.

YANG, Suzanne Xiao. Soft power and the strategic context for China's 'media going global' policy. *In*: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global**. Londres: Routledge, 2018.

YANG, Vivian. How Chinese media is going global. **World Economic Forum**, 10 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2015/08/how-chinese-media-is-going-global/>>. Acesso: 06 abr. 2018.

YANQIU, Zhang; MATINGWINA, Simon. Constructive journalism: a new journalistic paradigm of Chinese media in Africa. *In*: **China's media and soft power in Africa**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.

YIWEI, Wang. The Chinese view of cultural diplomacy. *In*: ANHEIER, Helmut; LORENTZ, Bernhard (Eds.) **Bridging the trust Divide: cultural diplomacy and fostering understanding between China and the West**. Stiftung Mercator GmbH, Berlin, Germany, 2012. Disponível em: <<https://www.stiftung-mercator.de/en/publications/bridging-the-trust-divide-cultural-diplomacy-and-fostering-understanding-between-china-and-the-w/>>. Acesso: 07 mar. 2018.

YUAN, Zhenjie; GUO, Junwanguo; ZHU, Hong. Confucius Institutes and the limitations of China's global cultural network. **China Information**, v. 30, n. 3, p. 334-356, 2016.

ZAHARNA, R. S. China's Confucius Institutes: understanding the relational structure & relational dynamics of network collaboration. *In*: ZAHARNA, R.S; HUBBERT, Jennifer; HARTIG, Falk. **Confucius Institutes and the globalization of China's soft power**. Los Angeles: Figueroa Press, 2014.

_____; HUBBERT, Jennifer; HARTIG, Falk. **Confucius Institutes and the globalization of China's soft power**. Los Angeles: Figueroa Press, 2014.

ZHANG, Guozuo. **Research outline for China's cultural soft power**. Singapore: Springer, 2017.

ZHANG, Xiaoling; GUO, Zhenzhi. The effectiveness of Chinese cultural centres in China's public diplomacy. *In*: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). **China's media go global**. Londres: Routledge, 2018.

ZHU, Majie. Contemporary culture and international relations. *In*: YU, Xintian (ed.) **Cultural impact on international relations**. Chinese Philosophical Studies. Cultural Heritage and Contemporary Change Series III, Asia, Volume 20. Washington, D.C.: The Council for Research in Values and Philosophy, 2002.